

A CONSTITUIÇÃO QUE TEMOS EXIGE QUE A DEFENDAMOS

Artigo 1.º da Constituição: Portugal é uma República soberana, baseada na dignidade da pessoa humana e na vontade popular e empenhada na sua transformação numa sociedade sem classes.

Págs. 3/4/12



Açores e Madeira no Portugal de Abril

Grande jornada
dia 11 em Lisboa

O camarada Álvaro Cunhal usará da palavra no decorrer de uma jornada, a realizar Terça-feira, às 21 horas, no Pavilhão dos Desportos, de solidariedade para com os comunistas e democratas dos Açores e da Madeira.

Além de uma parte política, a sessão incluirá um grande espectáculo com a participação de dezenas de artistas, projecção de *síldes*, narração de textos sobre a vida nos Açores e Madeira, etc.

Pág. 3



Os trabalhos da Assembleia revelaram a crescente implantação do Partido na região.

ÁLVARO CUNHAL PARTICIPOU NOS TRABALHOS DA ASSEMBLEIA CONCELHIA DE SANTO TIRSO

Páginas centrais

O povo manifesta-se contra o aumento do custo de vida em defesa da Constituição

- Manifestação no Porto, no sábado, às 16 horas.
- Manifestação em Lisboa, no dia 14, sexta-feira, às 19 horas.
- Nos próximos dias, outras manifestações contra o aumento do custo de vida se realizarão em diversos pontos do país.

Págs. 2/3

ENSINO
PARA A DEMOCRACIA
DEMOCRACIA
PARA O ENSINO

Boa participação
nos trabalhos preparatórios no distrito de Setúbal

Pág. 7

As lições a tirar das recentes eleições no Sindicato dos Bancários do Sul

Das teorias e das práticas que conduzem à divisão e à derrota devem os elementos do PS e da UEDS tirar as necessárias conclusões

Pág. 5

Intensa actividade do PCP em diversas frentes de trabalho



Aspecto da sala onde se realizou o encontro de quadros do PCP que trabalham nas autarquias do concelho de Almada

Páginas interiores

Editorial

DESESTABILIZAÇÃO — UMA ESCALADA SEM FUTURO

O momento que vivemos exige dos democratas e patriotas portugueses uma redobrada atenção ao curso dos acontecimentos, uma necessária clarificação de posições políticas e um elevado espírito de solidariedade, unidade e aguda vigilância contra os maneios da reacção.

Nos últimos dias, a ofensiva de desestabilização política e militar da extrema direita intensificou-se, os seus objectivos imediatos e a sua estratégia tornaram-se mais nítidos, a sua arrogância maior.

Uma atitude ao mesmo tempo serena e lúcida, resoluta e firme deve manter-se perante esta nova ofensiva reacção.

Pode-se dizer que a escalada da reacção não constitui surpresa nem novidade para ninguém medianamente informado.

Sob a égide do VI Governo Provisório, de predominância socialista, e do governo do PS sozinho, a direita reacção gozou da complacência, da impunidade e mesmo da protecção de certos sectores do Poder democrático para os seus actos anticonstitucionais. A extrema-direita tem podido desenvolver com toda a tranquilidade as suas actividades conspiratórias orientadas para a reconquista do Poder e para o restabelecimento do 24 de Abril.

Com o novo Governo de coligação do PS e CDS — um partido da extrema-direita legal — aumentou a permeabilidade do Poder à acção dos elementos contra-revolucionários, alargou-se o seu terreno de infiltração, abriram-se novas portas ao seu trabalho desagregador. Haverá pessoas do CDS voltadas para o respeito pela legalidade democrática, mas há certamente muitas outras voltadas para a desestabilização.

As recentes campanhas contra os "capitães de Abril", as últimas declarações provocadoras de Sá Carneiro e de outros seus apaniguados dentro do PPD/PSD, no Vimeiro, a orquestração a seu favor de órgãos de comunicação social que lhe são afectos e ainda o palavreado coincidente de Lucas Pires, do CDS, são os marcos de uma nova escalada dos inimigos da democracia que encontram na acção fascizante do MIRN e do seu chefe Kaulza da Arriaga.

O PCP tem alertado para a estreita conexão das actividades da extrema-direita legal e da extrema ilegal; para a existência de um partido fascista que espalha os seus membros, os seus dirigentes e os seus homens de mão por diversos partidos e organizações legais da direita e por grupúsculos neonazis acobertados sob uma falsa capa de ultra-esquerda.

Os fascistas têm sabido aproveitar-se do liberalismo dos governos democráticos e da ausência de leis reguladoras dos preceitos constitucionais que reprimam as actividades antide-mocráticas, têm-se escudado nos direitos e garantias do Estado democrático para desenvolverem em alta escala à luz do dia a sua activa propaganda contra o 25 de Abril, a sua acção corrosiva contra as instituições e os órgãos de poder democráticos, contra a própria democracia.

Ao mesmo tempo o seu braço ilegal maneja a bomba e o cacete, inflama o separatismo fascista, conspira nos gabinetes e além-fronteiras para se apoderar do Poder.

Há uma linha reacção descontinua que passa por Sá Carneiro e pelas alas extremistas do PPD e do CDS, por Kaulza e pelo MIRN, pelos Casqueiros e outros mentores da CAP e da CIP, por políticos responsáveis que afivelam frequentemente a máscara da democracia.

Esta frente heterogénea desferiu os seus golpes abertos ou camuflados contra órgãos do poder democrático e contra as forças e dirigentes políticos que constituem obstáculos para as suas ambições de poder.

O encontro do Vimeiro tem uma relação estreita com as manobras visam a recuperação e inversão do processo democrático.

Rasgar a Constituição é outro dos seus objectivos.

Sá Carneiro e os seus sequazes para a revisão da Constituição antes de 1980, preconizam significativamente o velho sistema fascista do "referendo" tantas vezes utilizado por Salazar. Lançados em plena cavalgada, julgando poder alçar rapidamente o seu chefe à primeira magistratura do País, a clique carneirista proclama que a sua saída para o "impasse" far-se-á "sem o Presidente da República e se necessário contra o Presidente da República". Os propósitos golpistas e anticonstitucionais são evidentes,

uma arrogante sobrestimação das suas forças empolga-os numa escalada que pode muito bem ser uma autêntica corrida para o abismo.

A escalada reacção recebe um poderoso incentivo com as medidas antipopulares ultimamente decretadas pelo Governo PS/CDS.

Sem dúvida que o aumento do salário mínimo para 5 700\$00 e a elevação dos salários rurais para 4 600\$00 representa o fruto de uma luta firme e prolongada dos trabalhadores da cidade e do campo pelo melhoramento das suas condições de vida assim como o prático reconhecimento da justiça das suas reivindicações. Mas estas melhorias salariais estão ainda longe de compensar os aumentos excepcionais dos transportes, da electricidade, da água e dos géneros de maior consumo do chamado "cabaz de compras", assim como da subida extraordinária dos impostos indirectos, os que mais afectam a população trabalhadora.

Esta política que tende a fazer tombar sobre os ombros dos trabalhadores o peso principal da crise leva água aos moinhos da reacção. Os partidos da direita reacção que na Assembleia da República, participaram com o PS na contra-revolução legislativa votando as leis da recuperação capitalista, latifundiária e imperialista que estão na base da política de bancarrota dos dois últimos governos, esses partidos, representantes directos do patronato sabotador e dos grandes accionistas que vão empochar agora os 100 milhões de contos das indemnizações votadas pelo PS e pelos partidos da direita parlamentar, procuram destacar-se das suas próprias responsabilidades directas na errada política económica agora posta em prática pela coligação PS/CDS.

Os trabalhadores darão uma resposta às inconsequências duma tal política e dá-la-ão de maneira convincente, serena e firme. O povo trabalhador não se deixará iludir pelas atitudes e o palavreado demagógico de Sá Carneiro & C. e saberá distingui-los como verdadeiros comparas do agravamento das suas condições de vida.

O «Congresso» e o radicalismo esquerdista

Nas últimas semanas surgiu, colado não se sabe por quem em paredes de ruas e estradas, um cartaz contendo o anúncio, para o próximo fim-de-semana, de um «congresso» na Marinha Grande. Não se indica entidade organizadora nem objectivos da iniciativa. O facto insere-se numa operação política mais vasta, que a SIP do PCP analisa no importante comunicado que passamos a transcrever.

1. Está em curso uma nova iniciativa política destinada a reanimar as concepções, métodos e formas de acção do radicalismo esquerdista a quem, no curso da revolução portuguesa, cabem pesadas responsabilidades morais e políticas por graves prejuízos causados à luta dos trabalhadores e do Povo português.

No cerne desta operação divisionista e confusionalista, destacam-se a realização de reuniões em alguns pontos do País onde são feitas afirmações, completamente irresponsáveis e provocatórias, a publicação e ampla divulgação de um «manifesto» assinado por uma pretensa «organização unitária de trabalhadores» e o anúncio de um «congresso» para a formação de um partido otelista, tudo encobrindo alguns dos mais directos agentes de profundas divisões

artificialmente cavadas entre forças civis e militares, que apenas facilitaram avanços das forças de direita.

Se outros dados não existissem, bastaria o conteúdo nitidamente anticomunista de tal manifesto e o tipo de intervenção irresponsável e aventureira que propõe e sugere, para ficar mais uma vez à vista a aliança objectiva, na prática e na acção, do esquerdismo com os planos, intrigas e manobras da direita.

2. O PCP, como é evidente, não responde taca a taca a calúnias anticomunistas que, procurando falsificar a história e distorcer o papel determinante do PCP na luta antifascista e no processo democrático da revolução portuguesa, visam disputar-lhe o prestígio alcançado como o grande partido da classe operária e dos trabalhadores portugueses. O PCP intervém na vida política portuguesa de

uma forma responsável, construtiva e consequente e as suas posições, tão serenas como combativas, tal como as perspectivas que aponta, ganham por isso mesmo um crescente apoio.

O PCP entende porém ser seu dever desmascarar a demagogia, as falsificações e o aventureirismo do esquerdismo em geral e de certas acções esquerdistas em particular, como é o caso do referido «manifesto».

3. Partindo da tese reacçãoária de que o 25 de Abril foi um «golpe de Estado», o documento em questão desenvolve as concepções punitivas que, apesar de todo o palavreado demagógico em contrário, negam o papel do movimento de massas na condução da História, substituindo-o pelas «minorias activas» e pelos «heróis libertadores». As profundas transformações estruturais na sociedade portuguesa, entre

as quais, significativamente, se omitem as nacionalizações, são postas ao nível da construção de creches, e atribuídas ao espontaneísmo e à «benevolência» das Forças Armadas, escamoteando-se assim a organização e direcção política do movimento popular e a sua aliança com o Movimento das Forças Armadas. Ignora-se a luta decidida e heróica dos trabalhadores e dos democratas portugueses que têm defendido no essencial as conquistas de Abril, fazendo frente à ofensiva de recuperação capitalista, afirmando-se mesmo que cessaram as reivindicações de carácter político. Atribui-se toda a iniciativa política à direita, manifestando-se um total desprezo pela seriedade e determinação com que o movimento popular tem sabido analisar as condições e a situação objectiva da luta de classes e escolher as formas mais apropriadas de luta. Atribuem-se aos partidos políticos as causas do «divisionismo», metendo partidos democráticos e partidos reacçãoários no

mesmo saco e escamoteando que os partidos são a expressão da divisão da sociedade por classes com interesses opostos. Exalta-se e propõe-se o tipo de «organização» e de «unidade» que, noutros passos, se reconhece como «experiência falhada» e decide-se-lhe uma «linha de massas» como se uma política de massas pudesse ser decretada de fora do próprio movimento popular.

Tudo o documento revela o alheamento e a posição marginal dos seus autores em relação ao movimento popular que procuram atrelar aos seus obscuros interesses, objectivos e processos. Apesar de todas as suas declarações demagógicas e populistas não conseguem acertar o passo com as inquietações e com os anseios populares, com as lutas em curso, com a dinâmica do movimento popular que, sem que os esquerdistas dêem por isso, dia a dia se enriquece, ganha novas formas, alento, disposição combativa e, numa luta árdua e num processo irregular, regista importantes sucessos.

Para completar o quadro não

faltam sequer no documento «as reuniões» que fazem, inqualificáveis tentativas de misturar com este projecto divisionista figuras prestigiadas que os esquerdistas, sintonizados com a reacção, no passado mais violentamente combateram e a quem mais dificuldades criaram.

4. Os maiores críticos dos partidos preparam a criação do «seu» imaculado partido, procurando relançar, à sombra do caudilismo, velhas ilusões e erros crónicos. Mas, contrariamente ao que supõem os esquerdistas, o movimento operário e popular não é um orfão a precisar da protecção e do estímulo de nenhum caudilho pretensamente salvador. É, pelo contrário, uma grande força social e política, organizada e unida, consciente dos seus objectivos e dotada de uma grande maturidade política, uma força determinante na defesa e prosseguimento da revolução do 25 de Abril.

5. Duas poderosas realidades, estreitamente associadas, constituem hoje

o principal obstáculo aos planos da direita e dos conspiradores reacçãoários para liquidar o regime democrático: a ampla corrente unitária que progride em todos os planos e sectores da vida nacional e a sempre crescente influência social e política do PCP.

As iniciativas esquerdistas ocupam um papel de primeira importância no arsenal de conflitos, campanhas caluniosas e situações provocatórias aos quais a direita precisa de recorrer para combater e enfraquecer aquelas realidades.

É à reacção que interessa, numa situação marcada por grandes deslocamentos de opinião, a criação de um clima de desencanto e de descrença na democracia portuguesa, a divisão e a desorientação que dificultem ou impeçam a unidade numa ampla frente de massas de todos os que se opõem à política de recuperação capitalista e à destruição das conquistas do 25 de Abril, incluindo as próprias liberdades democrá-

ticas. É à reacção que interessam, para dar força às suas exigências de acções autoritárias e repressivas, as actuações de impaciência, de desespero, de conspiração e de provocação à margem das instituições democráticas e da Constituição.

6. Reafirmando que o inimigo principal da democracia portuguesa é a reacção, fortemente apoiada pelo imperialismo, o PCP afirma que por esse mesmo motivo se torna necessário travar uma luta decidida contra as concepções, as manobras, os métodos e formas de acção irresponsáveis e aventureiras do radicalismo esquerdista. O combate ao esquerdismo é parte integrante da luta contra a reacção.

Isolar o esquerdismo, dar resposta firme ao divisionismo, unir os trabalhadores e os democratas é criar as condições para a luta vitoriosa pela defesa das conquistas de Abril, pela defesa e consolidação da democracia portuguesa.

Os aumentos de preços

1. Os aumentos de preços de bens e serviços essenciais à vida da população — como transportes, água, electricidade, gás — já decididos pelo Governo e bem assim o anúncio público de «aumentos significativos» nos preços dos produtos do «cabaz de compras», são de molde a causar justificado desencanto e indignação popular.

Com efeito, com esta política antipopular de aumentos de preços extremamente gravosos, o que o Governo oferece ao País e aos portugueses é um dramático e insuportável agravamento das condições de vida da população laboriosa.

2. Atendendo um conjunto de artigos e serviços com um grande peso nos orçamentos familiares, e sendo em muitos casos da ordem dos 50%, os recentes aumentos representarão uma profunda redução do poder de compra e dos salários reais dos trabalhadores e projectarão igualmente sobre outras camadas laboriosas pesados sacrifícios e dificuldades.

A política de preços adoptada pelo Governo de coligação PS/CDS comprova claramente que para o Governo austriade significa, pura e simplesmente, fazer recair exclusivamente sobre os que vivem do seu trabalho ou que só podem contar com pequenas pensões e reformas, o preço das dificuldades económicas do País enquanto para os grandes capitalistas se reservam estímulos, facilidades, protecções e escandalosas utilizações de dinheiros públicos.

O PCP sublinha que uma tal política de preços é parte integrante da política de recuperação capitalista

e o resultado directo de uma política económica e social comprovadamente incapaz de dar resposta aos problemas fulcrais da crise económica e financeira nacional e que, a prosseguir, apenas conduziria o País para um desastre de incalculáveis proporções e consequências.

Os aumentos de preços recentemente decididos pelo Governo constituem indiscutivelmente medidas de profundas e negativas consequências sobre as condições de vida dos portugueses e sobre a situação económica e social do País.

Neste sentido, em carta dirigida ao Presidente da Comissão Administrativa da RTP, no passado sábado, o PCP propôs àquele órgão de informação estatizado a urgente realização de um debate sobre os aumentos de preços entre os partidos com grupos parlamentares na Assembleia da República.

Em alternativa, o PCP sugeriu igualmente que a cada um dos grupos parlamentares fosse separadamente concedido um «tempo de antena suficiente (10/15m) para uma exposição minuciosamente detalhada sobre o problema.

dispensáveis com menores sacrifícios.

O caminho para a recuperação económica não passa pela redução do mercado interno e pela consequente retração da actividade produtiva nacional, mas sim pela valorização do mercado interno como o mais seguro para

o escoamento da produção nacional, pela plena utilização de todos os recursos, energias e capacidades nacionais num grande esforço produtivo.

4. O PCP insiste em que a compra dos trabalhadores e o melhoramento das condições de vida dos portugueses não são apenas um imperativo de justiça social mas também um factor da mais alta importância na recuperação económica nacional.

O PCP volta, uma vez mais, a chamar a atenção para uma questão nunca rebatida pelo Governo ou pelos partidos de direita: a de que a redução do poder de compra da população significa inevitavelmente um golpe profundo no escoamento da produção nacional, arrastando

milhares e milhares de pequenas e médias empresas comerciais e industriais para situações cada vez mais difíceis, acelerando falências e encerramentos, aumentando o desemprego. É também por tal razão que uma verdadeira política de recuperação económica, fiel aos interesses de Portugal e liberta das condições, pressões e ingerências do imperialismo, é não apenas do interesse vital dos trabalhadores, mas também de outras camadas antimonopolistas.

5. No momento em que uma política divorciada das aspirações dos trabalhadores, alheada dos interesses nacionais, obcecada unicamente pelo objectivo de restaurar o poder económico dos grandes capitalistas, introduz novos motivos de apreensão na vida dos portugueses, mais e mais se torna indispensável a acção unida de todos os cidadãos pela defesa dos seus interesses, pela defesa do pão e do trabalho das famílias portuguesas.

No momento em que se avolumam a incerteza e a insegurança da sobrevivência económica quotidiana de muitos portugueses, mais e mais se impõe que a consciência democrática do País rejeite vigorosamente as manobras e campanhas reacçãoárias que pretendem atribuir ao 25 de Abril a culpa destas dificuldades, e mais e mais, é necessário que amplamente se afirme na vida nacional a ideia justa e clara de que as responsabilidades, pelo contrário, cabem sim a uma política que procura destruir as realizações, calcar as esperanças e frustrar os ideais do 25 de Abril.

SIP do PCP

Avante!
Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Av. António Sérgio, 26-2.º Dt.º - Lisboa, 1. Tel. 769895/7.

ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante, SAREL, Av. Santos Dumont, 57-2.º Dt.º - Lisboa-1. Tel. 769744/769751.

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Av. Santos Dumont, 57-3.º Dt.º - Lisboa-1. Tel. 769725/769722.

DISTRIBUIÇÃO: CDL, Central Distribuidora Livraria, SAREL, Central: Rua Pedro Nunes, 9-A - Lisboa-1. Tel. 769744/769751.

Centro Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-4.º Dt.º - Lisboa-1. Tel. 769705.

Casa de Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 - Lisboa-2. Tel. 372238.

Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 578 - Porto. Tel. 28938.

Casa de Venda: R. do Almada, 18-2.º Esq. - Porto. Tel. 310441.

Centro Distribuidor do Centro: Terreiro da Eira, 6 - Coimbra. Tel. 26394.

Centro Distribuidor de Santarém: R. Pedro de Santarém, 41 - Santarém. Tel. 24564.

Centro Distribuidor de Setúbal: Rua de Argôz, 23-A - Setúbal. Tel. 29493.

Centro Distribuidor do Alentejo: Alcorova de Baixo, 13 - Évora. Tel. 26361.

Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.º de Dezembro, 23 - Faro. Tel. 24417.

ASSINATURAS: CDL, Departamento de Venda Directa, Av. Santos Dumont, 50 - Lisboa-1. Tel. 763701.

PUBLICIDADE: Lisboa: R. Pedro Nunes, 9-A - Lisboa-1. Tel. 41787. Composto e Impresso na Heale Portuguesa - R. Elias Garcia, 27 - Venda Nova - Amadora.

Tiragem média do mês de Março: 83 460



Dezenas de sessões assinalaram o 2.º aniversário da Constituição

O segundo aniversário da promulgação da Constituição da República Portuguesa foi assinalado em todo o País através de numerosas sessões públicas e outras iniciativas, nas quais participaram milhares de portugueses, homens, mulheres e jovens unidos pelo espírito democrático e patriótico de defender a Constituição, unidos nessa grande tarefa de continuar Abril.

Jornadas de unidade e confiança, as comemorações do segundo aniversário da promulgação da lei fundamental do País reafirmaram não só que o ideal libertador e democrático do 25 de Abril e de todas as conquistas com ele alcançadas, em particular a Constituição, permanece

bem-vivo entre as massas populares, mas também que a presença do CDS no Governo trai os princípios e os objetivos da lei fundamental do País, onde se aponta claramente o caminho do socialismo e do exercício democrático do Poder pelas classes trabalhadoras. Das iniciativas realizadas,

destacam-se o comício que decorreu no passado dia 31 no Pavilhão dos Desportos de Lisboa, em que usaram da palavra Vital Moreira, Artur Cortês e Luís Catarino, deputados na Assembleia Constituinte, e a sessão do Palácio de Cristal, no Porto, promovida no passado domingo, com a participação de Vital Moreira, António Taborda e Vidal Pinto, entre outros.

De salientar também uma sessão realizada em Coimbra por iniciativa da União dos Sindicatos e da Associação Académica, e outra na Sociedade Filarmónica da

Amadora, promovida pelo Secretariado das Comissões de Trabalhadores da Cintura Industrial de Lisboa.

Mas o carácter progressista da Constituição e a sua importância no processo democrático português não foi só assinalado naquelas sessões públicas e as jornadas comemorativas do 2 de Abril, promovidas por organizações políticas unitárias, nomeadamente a FEPU, organismos populares, colectividades, comissões de moradores, juntas de freguesia, partidos de

esquerda, entre os quais o PCP, organizações culturais e sindicais, etc. Caracterizadas por um amplo espírito unitário e pela confiança no futuro da democracia e do País, estas sessões testemunharam igualmente o apoio firme das massas populares à Constituição da República e a todas as conquistas políticas, económicas e sociais nela expressas. Apoio que se justifica, tal como sublinhou o camarada Vital Moreira no Pavilhão dos Desportos de Lisboa, essencialmente porque a Constituição corresponde, pela sua função e pelo seu conteúdo à vontade e aos interesses



Milhares de pessoas no Palácio de Cristal do Porto para assinalar o 2.º aniversário da Constituição

das massas populares.

Assim, a Constituição também foi construída fora das paredes de S. Bento. Avançando, consolidando e defendendo as suas conquistas — afirmou o sindicalista Manuel Nobre, na sessão realizada na Amadora

— o movimento popular de massas provocou profundas alterações no sistema económico e social, que acabaram por ter reflexos directos em cada artigo que era discutido e aprovado pelos deputados à Constituinte.

A defesa da Constituição é uma tarefa de todos os democratas portugueses e é tal como salientou o camarada Vital Moreira na sessão realizada no Porto, um acto solidário da defesa de todas as conquistas da Revolução.

A agressão israelista ao Líbano condenada pelos parlamentares da UIP

A reunião plenária do Conselho Interparlamentar — que engloba dois deputados de cada grupo nacional — encorrou no passado sábado, na Fundação Gulbenkian, a Reunião da Primavera da União Interparlamentar, que decorreu em Lisboa desde o dia 28, com a presença de parlamentares de mais de 70 países.

parlamentares de mais de setenta países se debruçaram e tomaram resoluções. Um tema de grande actualidade internacional dominou os trabalhos do Conselho da UIP, durante todo o dia de sábado, ao abrigo de um ponto da ordem do dia destinado a analisar a degradação da situação no Médio Oriente.

confronto nos debates desta questão: a dos que condenaram inequivocamente a agressão israelista, defendendo a moção apresentada pelos representantes do Líbano, e a daqueles outros que se reuniram em torno de um projecto de resolução apresentado pelo grupo israelita, que pretendia a condenação do OLP, legítima representante do povo palestino.

tos, deram um favorável à proposta libanesa e outro contrário. O grupo português estava nessa altura representado pelos deputados Rudolfo Crespo, do PS, e Cunha Leal, do PPD. O voto contrário dado por Portugal à moção libanesa resulta tanto mais absurdo quanto é certo que os próprios Estados Unidos, aliados efectivos dos agressores israelitas, se queixaram pela abstenção na votação do texto apresentado pelo Líbano.

Chipre e Marrocos. Com a suspensão do Paquistão, entre tanto verificada, a União Parlamentar passa a contar, após esta Reunião da Primavera em Lisboa, com 76 membros. Especial interesse revestiu a leitura de um relatório do secretário-geral da UIP, Pío Carlo Terenzi — que enquanto tanto foi reconduzido no cargo que ocupa por mais quatro anos — sobre a situação no Chile.

um seu projecto de resolução contra a bomba de neutrões também foi construída fora das paredes de S. Bento. Avançando, consolidando e defendendo as suas conquistas — afirmou o sindicalista Manuel Nobre, na sessão realizada na Amadora

Conferência de Imprensa da delegação soviética

Durante a passada semana, a delegação parlamentar soviética à «Reunião da Primavera» da UIP concedeu uma conferência de Imprensa, no decorrer da qual o camarada Petr Pescar, vice-presidente do Conselho Estatal do Plano, Sublinhou a necessidade urgente de pôr termo à corrida aos armamentos, alertando para o perigo da bomba de neutrões.

tomada pela maioria da Assembleia da República Portuguesa em relação ao violacionista Rostropovich, a quem as autoridades soviéticas decidiram retirar a cidadania. Apontando este caso como uma ingerência nos assuntos internos do seu país e uma incompreensão por parte da maioria da AR, o camarada Abachidze declarou: Pensamos que a Assembleia da República terá questões mais importantes referentes ao seu país para discutir.

Depoimento de Alda Nogueira

Considerando positivo o balanço dos trabalhos realizados quer ao nível da luta contra o terrorismo internacional, quer ao nível da luta para por fim ao colonialismo, quer ao nível económico através da aprovação por unanimidade da fixação de preços para matérias-primas provenientes dos países em desenvolvimento, quer ao nível da luta contra o analfabetismo.

nacional foram, quanto a nós, positivos. A deputada do PCP sublinhou ainda a importância da aprovação de um projecto de resolução sobre a degradação da situação no Médio Oriente em que se condena a agressão das tropas israelitas contra o Líbano e se exige a cessação imediata das acções militares israelitas e a sua retirada controlada por força intermediária da ONU.

Os que acusam os deputados do PCP de colaborar na argumentação da URSS, os que afirmam que a delegação portuguesa actuou inferiorizada e que é bom que os portugueses saibam, os que escrevem que "houve deserções para o estrangeiro", são os que nas vésperas da reunião em Lisboa foram ao Luxemburgo "acertar agulhas" com a Europa dos monopólios para esta reunião. São os mesmos que aqui em Lisboa continuaram regular e diariamente tais reuniões — referiu ainda Alda Nogueira, que adiantou alguns dos prejuízos para o nosso país causados por esse tipo de acção.



Convocada pela Reunião Inter-Associações (RIA) da Academia de Lisboa, decorreu anteontem uma grandiosa manifestação estudantil de solidariedade para com a Faculdade de Ciências, recentemente destruída por um incêndio que, tudo leva a crer, teve origens criminosas. Esta «manif.» mobilizou milhares de estudantes de todos os ramos de Ensino, em particular do Superior, e constituiu uma poderosa afirmação de repúdio pelo terrorismo fascista. Os manifestantes concentraram-se junto da Reitoria da Cidade Universitária e desfilarão até ao MEC

Manifestação contra a vida cara no sábado, às 16 horas, no Porto

Convocada por Comissões Unitárias de Mulheres do Porto e pelos Departamentos de Mulheres da USP (CGTP-Intersindical) e de numerosos sindicatos realiza-se no sábado, pelas 16 horas, naquela cidade, uma manifestação contra a carestia de vida.

mensagens as respectivas organizações populares apelam ao povo do Porto, às mulheres, aos jovens e a todos os trabalhadores para que transformem a Jornada numa grandiosa manifestação que traduza os sentimentos das massas populares quanto à urgência de serem tomadas medidas que defendam os interesses da maioria do nosso povo e não os de uma minoria de exploradores e parasitas.

comemorações do 1.º de Maio de centralizar e realizar a jornada de luta, apelando por seu turno a todas as organizações de trabalhadores e comissões de moradores para que participem na manifestação contra a política de facto consumado do Governo PS/CDS que não tem em conta os interesses fundamentais dos trabalhadores.

Esta, a apreciação que a deputada comunista Alda Nogueira, membro da Comissão Directiva do grupo português da União Interparlamentar, nos concedeu no termo dos trabalhos da Reunião da Primavera da UIP, realizada entre nós na passada semana.

Proseguindo as suas declarações e focando um dos aspectos que mais impacto teve na opinião pública, ou seja, a luta pelo desarmamento, Alda Nogueira referiu-nos: No que respeita à luta pelo desarmamento geral lamentamos que desta reunião não tenha saído uma resolução ou um projecto de resolução contra a bomba de neutrões proibindo o seu fabrico através de um acordo internacional, como a URSS propôs.

E foi todo esse "acertar de agulhas" que se reflectiu, de maneira negativa até para as relações de Portugal com os países árabes, relações estas que após o 25 de Abril se tinham alterado de forma a corresponderem aos desejos e sentir do nosso povo.

convocada pela Reunião Inter-Associações (RIA) da Academia de Lisboa, decorreu anteontem uma grandiosa manifestação estudantil de solidariedade para com a Faculdade de Ciências, recentemente destruída por um incêndio que, tudo leva a crer, teve origens criminosas. Esta «manif.» mobilizou milhares de estudantes de todos os ramos de Ensino, em particular do Superior, e constituiu uma poderosa afirmação de repúdio pelo terrorismo fascista. Os manifestantes concentraram-se junto da Reitoria da Cidade Universitária e desfilarão até ao MEC

Grandioso espectáculo no Pavilhão dos Desportos com dezenas de artistas

Um grande espectáculo de solidariedade para com os comunistas e todos os democratas dos Açores e da Madeira realizar-se-á na próxima terça-feira, às 21 horas, no Pavilhão dos Desportos, com a participação de conhecidos artistas, conforme já referimos na última semana.

a Radiotelevisão há mesmo propostas para a sua regionalização? No campo sindical, os governos tentam também a regionalização dos sindicatos, para impedir que se manifeste a força dos trabalhadores. Tanto a direita como sectores «esquerdistas» desenvolvem manobras para dividir os trabalhadores das ilhas. No campo rural, o arrendamento veio prejudicar os rendeiros. A lei de 75 nunca foi aplicada.

Na Madeira a colónia, que foi oficialmente extinta, continua a vigorar na prática. Entretanto, mercê da luta, os trabalhadores conseguem vitórias. São as listas unitárias que vencem, é a criação de cooperativas de produção e de comercialização agrícola e de pesca.

CIÊNCIAS ECONÓMICAS E SOCIAIS

Dialéctica do processo revolucionário

I. Krassine
O LIVRO OBRIGATÓRIO PARA TODO O VERDADEIRO MARXISTA



A VENDA CML a distribuição

Mensagem do PCP ao PC da Índia

Iniciou-se a 31 de Março último da cidade de Bhatinda, Estado de Punjab, o 11.º Congresso do Partido Comunista da Índia. O Congresso, que terminará a 7 de Abril, analisará, segundo foi anunciado, a situação decorrente das eleições legislativas do ano passado, que deram a vitória ao partido conservador Janata e de que saiu derrotado o Partido do Congresso, no poder durante os últimos 30 anos. Serão também discutidas as tarefas dos comunistas indianos na defesa dos interesses das massas trabalhadoras e de uma política nacional e progressista de desenvolvimento independente. Por esta ocasião, o Partido Comunista Português, representado no Congresso pelo camarada Pires Jorge, membro do Comité Central, enviou ao Partido Comunista da Índia uma mensagem em que se começa por afirmar:

encontram ameaçadas pela acção de forças conservadoras e reaccionárias, interessadas no agravamento da exploração e opressão das massas populares. «Os comunistas portugueses são solidários com os seus camaradas do Partido Comunista da Índia que, perante a profunda crise económica e política que abela a sociedade indiana, apontam, como perspectiva para a solução dos problemas que as massas trabalhadoras enfrentam, a acção unitária das forças de esquerda e democráticas, na base de uma alternativa nacional que salvaguarde as conquistas já obtidas e garanta a independência do país, que vença a reacção e abra à Índia o caminho do progresso social.»

comunista e operário internacional, na base dos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário. «Os comunistas portugueses manifestam a sua firme solidariedade e inteiro apoio à luta do movimento operário e das forças democráticas e anti-imperialistas de todo o mundo pela democracia, a independência nacional e o progresso social, a paz e o socialismo. «Queridos Camaradas, Na complexa situação que viveis, muitos são os perigos e as dificuldades que se deparam ao povo indiano, em luta pela democracia, a independência nacional e o progresso social. Reafirmando-vos a solidariedade e o apoio dos comunistas portugueses, desejamos o pleno êxito dos trabalhos do vosso 11.º Congresso, e fazemos sinceros votos para que as suas resoluções se tornem uma arma nas mãos da classe operária e das massas trabalhadoras da Índia, na luta pela unidade de todas as forças de esquerda e democráticas. «Fazemos também votos para que se desenvolvam e reforcem as relações de amizade fraternal e de solidariedade recíproca existentes entre os nossos dois Partidos, na base dos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário e no interesse comum do povo português e do povo indiano».

de teatro da DORL do PCP. O espectáculo, que será apresentado pelas camaradas João Paulo Guerra e Rui Pedro, terá a participação dos grupos «Resistência», «Manifesto», «Trovante», «Galés», «Joaquim Rogério» e ainda do Grupo Coral e Etnográfico dos Trabalhadores de Ferreira do Alentejo.

Por outro lado adiantou o camarada — a festa terá ao convívio, segundo esperamos, muitos dos açorianos e madeirenses que vivem e trabalham no continente. Sublinhando o significado político de festa, disse-nos ainda:

Se a situação em Portugal continental é difícil, para além do terrorismo, das ameaças de despedimento e dos próprios despedimentos, ali são as próprias liberdades que são limitadas. E o camarada exemplificou: O que é a liberdade de Imprensa, por exemplo, quando ela está nas mãos do CDS e do PPD e quando para

Semana

29 Quarta-feira

1809 - Entra, no Porto, o exército francês comandado pelo general Soult. Cerca de 20 000 pessoas em fuga morrem no desastre da "Ponte das Barcas".

Recomeçam as conversações com o FML. O ministro do Comércio e Turismo, Basílio Horta (CDS), confirma aos órgãos de Informação os «aumentos significativos» previstos para a quase totalidade dos produtos do «cabaz de compras». Por sua vez, o Ministério da Indústria e Tecnologia anuncia aumentos nos preços dos gases liquefeitos e do gás da cidade. Também a EPAL revoga o aumento do preço da água. O Supremo Tribunal Administrativo deferiu o recurso apresentado pelo Sindicato dos Gráficos do Sul e lhas para impugnação da decisão unilateral do secretário de Estado da Segurança Social, Vitor Vasques, de exonerar os representantes sindicais na comissão administrativa da respectiva Caixa de Previdência. Um decreto-lei reformula o uso dos veículos do Estado e o seu uso abusivo ou indevido, ou a sua condução por funcionário ou agente não autorizado a fazê-lo ou a quem ele não esteja distribuído considera-se falta disciplinar grave. É eleita a nova direcção da Associação Portuguesa de Escritores. Em Lisboa, um escritório do Citibank (antigo First National City Bank) inaugura a sua actividade. O Instituto Nacional de Estatística revela que nos dois primeiros meses do ano o défice da balança comercial foi de 19 061 mil contos, o que significa um aumento de 6111 mil contos em relação ao saldo negativo de igual período de 1977.

30 Quinta-feira

1922 - Gago Coutinho e Sacadura Cabral iniciam, em Belém, a primeira travessia aérea do Atlântico Sul.

O ministro da Reforma Administrativa, Rui Pena (CDS), recebe a Comissão Sindical Negociadora dos Sindicatos da Função Pública, que no entanto mantém a decisão de paralisar no dia 6, devido ao fracasso da reunião. Cerca de 85 por cento dos trabalhadores da Seda-Póvoa paralisam uma hora, aderindo à greve da multinacional Solvay, detentora daquela empresa. A principal reivindicação dos trabalhadores da respectiva administração reconheça a presença permanente de uma comissão sindical junto da administração, na Bélgica. Aprovando uma proposta da FEPU, a Câmara Municipal do Porto decide não aplicar as novas tarifas sobre a electricidade. O CEMGFA, general Ramalho Eanes, exonera o chefe do EME, general Rocha Vieira. Por seu turno, o general Vasco Lourenço coloca à disposição do CEMGFA o seu cargo de Governador Militar de Lisboa. Os trabalhadores da Sociedade Nacional de Sabões, depois de uma greve que durou mais de dois meses, vencem o seu diferendo com a administração e regressam à laboração normal. O Conselho de Ministros, na sua reunião normal, aprova um decreto-lei que «regulamenta o processo de exercício do direito de reserva». Alpoim Calvão, publicamente referenciado como membro das organizações de extrema-direita MLDP e ELP, apresenta-se na Direcção do Serviço de Pessoal da Armada.

31 Sexta-feira

1921 - É extinto, em Portugal, o sinistro tribunal da «Inquisição».

Várias iniciativas assinalam em todo o país o 2.º aniversário da Constituição da República. Em Lisboa, milhares de pessoas acorrem ao Pavilhão dos Desportos onde decorreu a sessão comemorativa. Os Sindicatos dos Professores de todo o país reúnem-se em Beja para decidir o prosseguimento da luta pela garantia de emprego e pela satisfação dos restantes pontos da proposta reivindicativa. Em Setúbal, a Setenave lança à água o maior navio até hoje construído em Portugal. Trata-se de um petroleiro com 350 metros de comprimento e destinam-se à Sopotona. O Conselho da Revolução exonera o general Vasco Lourenço de Governador Militar de Lisboa e revoga «a legislação que determinava que o cargo de Governador Militar de Lisboa fosse desempenhado por um dos seus membros». Na Marinha Grande, a indústria vidreira paralisa quase na totalidade, protestando contra a venda da empresa intervencionada M. Pereira Roldão a um grupo norte-americano, efectuada pelo MIT. Mário Soares recebe o comité-director da Confederação Europeia de Agricultura, que se encontra em Portugal a convite da CAP, que também participou no encontro.

1 Sábado

1948 - Morre, em Lisboa, José Viana da Mota, considerado o melhor pianista nacional.

A lista D (social-democrata) ganha as eleições no Sindicato dos Bancários do Sul e lhas com 7 058 votos, logo a seguir a lista E (unitária) recolheu 6 879 votos, enquanto que a lista C, integrando a UEDS e organizações esquerdistas apenas conseguiu 1 454 votos. A GNR de Alcoçoba prende em S. Pedro de Muel cinco suspeitos de terem participado na morte do agente da PJ, ocorrida no Porto. Constituída em Évora a Federação dos Trabalhadores Agrícolas do Sul. Integraram-na os Sindicatos dos Trabalhadores Agrícolas dos distritos de Évora, Beja, Portalegre, Setúbal, Santarém e Lisboa. Entra em vigor o novo Código Civil. Importantes alterações vão alterar a lei dos processos constitucionais. Termina a reunião da União Interparlamentar, que condena na sua resolução a invasão sionista no sul do Líbano. Em Ilhavo, realiza-se uma sessão de homenagem ao camarada Mário Sacramento, médico e escritor falecido há 9 anos. Freitas do Amaral admite, numa confraternização de militantes do seu partido, na Póvoa de Santo Adrião, que «as medidas de austeridade são necessárias» não apenas agora mas «por mais de um ano a ano e meio, no máximo dois anos».

2 Domingo

1976 - É promulgada a Constituição da República Portuguesa.

Em entrevista à RDP, o general Vasco Lourenço afirma: «A partir de agora o Presidente da República está mais exposto. O general Ramalho Eanes, na sua qualidade de CEMGFA o alvo a atingir. O cargo que eu desempenhava era apenas um ponto de passagem nessa «estratégia». Mendêres Pimentel, vice-presidente do grupo parlamentar do PSD, numa festa de confraternização com Sá Carneiro, ao falar da situação política declarou que a «saída do impasse faz-se sem o Presidente da República e, se necessário, contra o Presidente da República».

3 Segunda-feira

1963 - Um incêndio destruiu, por completo, a histórica fragata «D. Fernando».

O general Vasco Lourenço dirige uma mensagem à população da sua área de comando na qual expressa o seu «sincero reconhecimento pela maneira correcta e colaborante» como se processaram os contactos com as forças militares da RML. Na missiva difundida acrescenta ainda: «Quero especialmente garantir que a minha saída da Região Militar de Lisboa não significa, nem pode ser encarada como sinal de retorno ao passado ou irremediável perda». O aumento recente das tarifas dos transportes públicos constitui «um desafio à imaginação e inteligência dos cidadãos», afirma um comunicado do Ministério dos Transportes e Comunicações. O EMGFA informa que foi nomeado para o cargo de CEME o general Pedro Cardoso, responsável pelo grupo de trabalho encarregue de organizar o Serviço de Informações da República. Os trabalhadores da J. Públicas concentram-se frente ao Ministério da Habitação e Obras Públicas reivindicando o direito ao trabalho e os salários em atraso. Toma posse a direcção das Associações Portuguesas de Escritores.

4 Terça-feira

1931 - Revolta da Madeira contra a ditadura fascista.

Na presença do general Ramalho Eanes, chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, tome posse o chefe do Estado-Maior do Exército, general Pedro Cardoso. O Governo, em breves encontros com os «parceiros sociais» - CGTP-Intersindical, «Carta Aberta», CAP, CIP e CPC - informa do conteúdo do «Pacote 3», nomeadamente no que diz respeito a preços, salários, reformas e créditos. Os estudantes manifestam-se contra o terrorismo fascista que destruiu a Faculdade de Ciências de Lisboa. A Polícia Judiciária investiga um caso de negação de emigrantes clandestinos para o Canadá que, tudo indica, terá lesado militares de portugueses. Começa em Lisboa, nas instalações da Fundação Gulbenkian uma reunião da UNESCO que se destina a estudar a preservação do património cultural.

Os Comunistas na Assembleia da República

Comemorar a Constituição e ignorar os compromissos

A Assembleia da República decidiu parte da sua sessão da passada terça-feira à comemoração do 2.º aniversário da aprovação e promulgação da Constituição da República Portuguesa. Ao encerrar a comemoração, Vasco da Gama Fernandes teve o gesto altamente significativo e que consubstancia o significado histórico da data comemorada em punhar um cravo vermelho de Abril numa mão e a Constituição na outra, o Presidente da Assembleia da República significava com isso a enorme importância para a nossa Pátria da Constituição de Abril, da Lei Fundamental saída da Revolução do 25 de Abril. Aliás, Vasco da Gama Fernandes, na sua intervenção, teorizou palavras de firme crítica aos que hoje atacam o texto constitucional. Definindo a Constituição como sendo o produto do esforço de um povo humilde e sacrificado, Vasco da Gama Fernandes evocou os mortos do fascismo como sendo também eles 'obreiros da Constituição'. A determinada altura da sua intervenção, o Presidente da Assembleia da República alertou para os perigos que corre o regime democrático, uma vez que contra a Constituição se erguem as armas da reacção e que tal facto repre-

senta uma via tradicional para o advento da ditadura. E Vasco da Gama Fernandes salientou: «Há sempre um mercenário à esquina à espera que nós claudiquemos. A terminar a sua emocionada intervenção, Vasco da Gama Fernandes diria: Saibamos honrar os nossos mortos e a glória do 25 de Abril. Porém, nem sempre a defesa da Constituição e do que ela representa para o futuro da nossa Pátria e do nosso povo foi a tônica dominante das comemorações na Assembleia da República do 2.º aniversário da sua aprovação e promulgação. Com efeito, tanto o representante do PPD como o do CDS não hesitaram em aproveitar o facto para, conformes com a sua posição, atacarem o texto constitucional. O representante do CDS chegou ao cúmulo de iniciar a sua intervenção falando, não dos dois anos que já passaram sobre a existência da Constituição, mas dos dois anos que faltam para a sua revisão. Nas vozes dos deputados Jorge Leite, do PCP, e Salgado Zenha, do PS, a data comemorada foi o condonamento. Ambos salientaram a importância que tem para o nosso processo democráti-

Quando a Assembleia retomou, na passada terça-feira, o debate do projecto do PPD sobre a «liberdade» de ensino, a bancada do CDS, que ultimamente tem andado muito pouco concorrida, conseguiu bater o seu recorde: presentes no hemicíclio apenas 3 (três!) deputados daquele partido. Como antes se tinha assinalado o aniversário da Constituição, é caso para pensar se não terão os deputados do partido -sombra ficado demasiado cansados com tantas alusões à Constituição, preferindo irremediavelmente apañar um pouco de sosinho?

A Assembleia discutia a questão de saber se o projecto apresentado pelo PPD sobre a «liberdade» de ensino seria ou não votado no final do debate. Posta a questão à votação, registou-se um empate entre os partidos do Governo, que pretendiam que a votação

Actividade do Grupo Parlamentar do PCP

No decurso da última semana, os deputados do PCP formularam ao Governo quatro requerimentos. O primeiro reportava-se à nomeação do Conselho de Gestão do INATEL, o segundo à situação dos pequenos agricultores e rendeiros de Santarém; o terceiro a um caso de despedimento colectivo verificado na «Ámbar»; e, finalmente, o último relativo ao atraso do Primeiro-Ministro na definição do impresso necessário para as pessoas colectivas poderem ser declaradas de utilidade pública. No mesmo período foram concedidas pelo Grupo Parlamentar comunista audiências a representantes dos trabalhadores do Centro de Produção Fabril de Viana do Castelo da Portucel, a um grupo de professores e a trabalhadores da Inspeção-Geral do Trabalho.

Dia a Dia

Plano e Orçamento na AR. A discussão das Leis do Plano e do Orçamento iniciam-se hoje de manhã na Assembleia da República. As sessões de debate, a iniciar às 10 horas, terão lugar nos dias 6, 7, 11, 12 e 13 de Abril, durante os quais os dois diplomas serão discutidos e votados na generalidade e na especialidade. O Governo dispõe de 120 minutos para apresentação do Plano e do Orçamento, após o que se seguirá um período de perguntas e respostas por parte dos diferentes grupos parlamentares, que têm direito a 15 minutos cada um, dispendo a UDP de oito minutos. O Governo dispõe, seguidamente, de 68 minutos para responder às questões que lhe forem colocadas. No decorrer do debate na generalidade, os grupos parlamentares e o Governo dispõem de 180 minutos e a UDP de 40, enquanto que no debate na especialidade os tempos são de 60 minutos para os grupos parlamentares, de 25 para a UDP e 90 para o Governo. Sessão de perguntas ao Governo. No próximo dia 2 de Maio, terá

lugar uma sessão da AR destinada à apresentação de perguntas ao Governo. As perguntas serão formuladas por escrito e entregues ao Governo com uma semana de antecedência. Estas sessões passarão a efectuar-se mensalmente, na primeira terça-feira de cada mês. Provocação anti-soviética. Pretentando comemorar o Dia Mundial do Teatro, a deputada do PS Maria Barroso apresentou à Assembleia, na passada semana, um voto «de protesto» sobre o caso do violoncelista Rostropovitch. Esse voto foi aprovado pela maioria de nove votos, isto à segunda votação e após um susto que a coligação governamental teve, a ver o empate verificado aquando da primeira votação. Os representantes dos diversos partidos da oposição denunciaram esta atitude da coligação governamental como uma violação dos direitos da oposição, classificando-a como uma grave precedente que pode traduzir uma perigosa tendência para a maioria impor a todo o custo a sua vontade à oposição. Recorde-se que este não é um facto inédito. Pela força maioritária e coligada dos votos, PS e CDS conseguiram ainda recentemente atropelar o Regimento, permitindo que o ministro CDS da Reforma Administrativa usasse da palavra no período de antes da ordem do dia.

Intervenções

«Saibamos fazer da Constituição a ruptura definitiva com o o passado opressivo e fascista»

Nós, Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, não temos qualquer dúvida da necessidade e do significado político actual das comemorações do início do 3.º ano de vida da Constituição da República Portuguesa. Mas a Constituição não é apenas esse passado recente, sempre actual. Ela é ainda uma opção política e um projecto virado para o futuro, ou se se quiser, ela é ainda uma aposta de confiança e de esperança no futuro do Povo português. E o futuro não está, naturalmente, com a opressão e com a exploração, o futuro está com a libertação, o futuro está com a construção de uma sociedade melhor, o futuro está com o desenvolvimento económico e social, na perspectiva do Socialismo. A Constituição está com o futuro. Por isso é que comemorar a Constituição é não só estar com os capitães de Abril e com as massas populares que, em estreita aliança, foram os motores das

transformações operadas no seio da nossa sociedade, mas é também estar empenhado na defesa e realização do projecto constitucional. Não há por isso que opor na Constituição passado e futuro tal como não há que opor Constituição democrática e Constituição socialista. Passado e futuro são um todo coerente, tal como o são a democracia e o socialismo. Não existem duas Constituições, como alguns querem a Constituição, elaborada e aprovada pelos legítimos representantes do Povo português, é um todo coerente que foi tornado possível pela força e determinação das massas populares e cuja concretização se torna possível e realizável pela mesma força e determinação das massas populares e das formações políticas e sociais democráticas e progressistas. Dois anos de vida da Constituição são tempo suficiente para concluirmos que os órgãos de soberania e as restantes instituições democráticas nela previstas têm funcionado no quadro orgânico constitucional. Mas dois anos de vida da Constituição são também tempo suficiente para ajuizarmos da completa falência da política de recuperação capitalista, fatuandista e imperialista, bem como das práticas governativas e parlamentares que a têm servido.

português, contra os interesses e anseios das camadas laboriosas deste País. (...) A coligação Sá Carneiro-Kaúlza de Arriaga procura por todos os meios semear o descontentamento e a desestabilização, no campo civil e no campo militar, na desesperada tentativa de impor em Portugal um regime ditatorial. A Constituição surge-lhes como um obstáculo para estes seus obscuros e reacçãoários desígnios, por isso tudo farão para a não respeitar e para a destruir. (...) Quando a reacção e os fascistas se erguem contra a Constituição, compete às forças democráticas e progressistas, e às massas populares unirem-se em volta da Constituição e do projecto, constituir e fazer dela a primeira linha de defesa do regime democrático, das conquistas de Abril, dos interesses e aspirações do nosso povo. Porque a Constituição é também o ponto de encontro e de cooperação entre as forças sociais e políticas empenhadas em evitar o regresso ao passado, em consolidar o regime democrático, em criar condições que abram perspectivas de um futuro melhor para todos nós. O apoio do Partido Comunista à Constituição, a afirmação de que vemos nela o caminho para sair das dificuldades, para recuperar a nossa economia, para consolidar a nossa democracia e defender a independência nacional, representam o nosso empenhamento sincero e sem reservas, na defesa e aprofundamento do regime democrático-constitucional. Com os trabalhadores, com as camadas desfavorecidas da população, com todos os democratas, com as forças do progresso, saibamos fazer da Constituição a ruptura definitiva com o passado opressivo e fascista e a caminhada para a construção de uma sociedade mais justa e mais fraterna, isto é, a caminhada na construção do projecto que ela aponta (Jorge Leite, em 4/4/78).



Curso de Jornalismo

Terminou no último domingo, na sede da UJC em Lisboa, o Curso de Jornalismo promovido por aquela organização em colaboração com o «Avante!». Destinado a jovens trabalhadores correspondentes locais do «Juventude», órgão central da UJC. O curso, que decorreu durante dois fins-de-semana, foi orientado por camaradas da redacção do «Avante!» e incluiu debates, trabalhos práticos, visitas de estudo e a exibição do filme «Primeira Página», de Billy Wilder. Colaboraram também camaradas da SIP central e da célula de jornalistas da DORL.

Breves notícias

● Bolsas de estudo para a Roménia - Está aberto até ao próximo dia 22 um concurso para atribuição de três bolsas de estudo oferecidas pela República Socialista da Roménia, para licenciandos portugueses em qualquer ramo, com conhecimentos da língua francesa e idade não superior a 35 anos. Estas bolsas de estudos, concedidas ao abrigo do programa de intercâmbio cultural e científico existente entre Portugal e aquele país socialista, destinam-se a períodos de seis a nove meses. Os interessados devem dirigir-se ao gabinete de relações culturais internacionais da Secretaria de Estado da Cultura, na Av. da República, 16-7.º, Sala E, Lisboa, onde lhes serão prestados os devidos esclarecimentos. ● Festa de Abril do «Notícias da Amadora» - O semanário «Notícias da Amadora», jornal bem conhecido de todos os antifascistas portugueses, promove no próximo fim-de-semana a Festa de Abril, jornada de unidade e convívio, que reforçará os já profundos laços que o ligam à opinião pública democrática. Das iniciativas programadas, destacam-se, no sábado, um debate subordinado ao tema «Trabalho», que decorrerá a partir das 15 horas, na Sociedade Filarmónica Fieireiro Artístico da Amadora, orientado por Sérgio Ribeiro director-adjunto do «NA» e com a presença de conhecidos dirigentes sindicais; e no domingo, no Pavilhão da Académica, uma manhã infantil, um debate sobre poder local às 14 e 30 e uma sessão de Canto Livre com início às 16 e 30. ● Associação - Decorreu recentemente uma Assembleia Geral desta Associação, em que foram discutidos

e aprovados o Relatório e Contas, e o Parecer do Conselho Fiscal sobre o exercício de 1977. Procedeu-se, em seguida, à eleição dos corpos gerentes para o biênio de 1978/1980, e do Conselho Nacional, organismo que reúne conhecidos nomes dos meios culturais, profissionais e artísticos. Para os corpos gerentes foram eleitos os seguintes presidentes: o actor dramático Rogério Paulo (Assembleia Geral), o escritor Alexandre Cabral (Direcção) e o despachante oficial Armando Veiga Pinto (Conselho Fiscal). ● Cinema Socialista - As Associações Portugal-RDA, Portugal-Bulgária, Portugal-Cuba e Portugal-URSS levam a efeito entre os próximos dias 10 e 14, no Auditório I da Faculdade de Letras de Lisboa, uma «Semana do Cinema Socialista», cujo programa passamos a divulgar: No dia 10, dedicado à República Socialista da Checoslováquia, realiza-se às 14 horas um colóquio sobre «O ensino e a investigação científica na RSC», orientado, pelo dr. Frederico Carvalho. Às 18 horas, é exibido o filme «A chave». No dia 11, dedicado a Cuba, efectua-se um colóquio sobre a educação na quele país, sendo projectado, pelas 16 horas, o filme «Memórias do subdesenvolvimento». No dia 12, dedicado à RDA, além de um colóquio, é apresentada, às 15 horas, a película «A morte tem um rosto». No dia 13, dedicado à Bulgária, após um debate sobre vários temas de carácter cultural, é projectado o filme «O corvo de cabra». O último dia deste ciclo, dedicado à URSS, incluirá um colóquio sobre «A investigação científica na União Soviética», pelo eng. Gaspar Teixeira, e a apresentação do filme «Os domadores do fogo». Numa sala anexa, estará patente uma exposição de fotografias e um certame -venda de livros e revistas- daqueles países socialistas. Entretanto, por iniciativa do núcleo de Sacavém da Associação Portugal-URSS e do seu Conselho Distrital de Lisboa, decorre até ao próximo dia 16, no Clube Recreativo daquela localidade, um ciclo de cinema soviético com entrada livre.

Bancários do Sul: uma lição a reter

As eleições para o Sindicato dos Trabalhadores Bancários, em 1 de Abril, foram acompanhadas com grande atenção e expectativa pelas diversas correntes político-sindicais. Para além dos resultados expressos no número de votos obtidos por cada lista e da sua análise, estas eleições sindicais, pelos problemas gerados com a formação das listas, pelos esquemas de alianças estabelecidas, pelas «teorias» sindicais defendidas, encerram experiências e ensinamentos que importa extrair com vistas ao reforço da organização de unidade do Movimento Sindical.

Com o aparecimento de uma lista apoiada pelo CDS concorrente somente à comissão de tendências, os resultados finais, dada a arrumação das diversas correntes sindicais pelas diversas listas e os apoios declarados que estas receberam dos principais partidos políticos, têm o grande mérito de demonstrar de forma inequívoca não ter sido a corrente PPD a triunfar sozinha mas sim em coligação com o CDS. Demonstram que a corrente sindical unitária (com mais 1500 votos que a lista do PPD, a segunda mais votada para a comissão de tendências) é hoje a força mais influente entre os trabalhadores bancários do Sul. Uma outra conclusão a extrair dos resultados destas eleições, e não menos importante para a actividade sindical deste sector, é a de que à frente daquele sindicato vai continuar uma direcção de direita, embora a maioria dos eleitores tenha votado à esquerda (12 259, 62,6%, contra 7 304, 37,3%). Se por um lado esta realidade nos leva a concluir ser frágil a base de apoio a esta direcção, leva-nos igualmente à conclusão de que a vitória da direita só se tornou possível devido ao facto de as forças de esquerda, se terem apresentado divididas face à direita unitária. As listas apoiadas pelo PCP e pelo PS somaram 10 700 votos (54,6%), o que teria sido mais do que suficiente para derrotar a coligação PPD/CDS.

As razões pelas quais não foi possível uma única lista de

esquerda são de ordem diversa. Os socialistas não abandonaram as suas esperanças hegemónicas, persistem na sua actividade divisionista, objectivamente preferem o reforço da direita à unidade da esquerda e mais uma vez sobrevalorizaram a sua influência fazendo uma errada apreciação da correlação de forças. Trata-se de uma orientação contrária aos interesses dos trabalhadores que acaba por se virar contra o próprio Partido Socialista. No espaço de um ano (período decorrido desde as últimas eleições) perderam 1 500 votos, o que não é sequer um fenómeno isolado, mas antes uma constante verificada em quase todas as eleições realizadas de há um ano a esta parte. É altura do PS compreender de vez que com a sua actividade cisionista do Movimento Sindical, que com as suas alianças à direita e os ataques às forças verdadeiramente de esquerda se isola cada vez mais dos trabalhadores, facilita as vitórias da direita, cavando a sua própria sepultura como partido que tem uma real influência nos trabalhadores.

O esquerdismo mais uma vez cumpriu a sua missão divisionista, fazendo objectivamente o jogo da direita. Os escassos 7% de votos que obtiveram, os ataques desferidos contra a lista unitária, as confusões que criaram foram suficientes para impedir a vitória da lista verdadeiramente unitária e consequentemente de esquerda.

A teoria da «paridade» é antidemocrática

Estas eleições se mais não fosse, tiveram o mérito de ajudar a esclarecer algumas questões importantes que hoje se colocam ao Movimento Sindical Unitário e cuja correcta ou incorrecta resolução pode contribuir para o seu reforço ou enfraquecimento. Mais uma vez se confirma a reduzida influência de massas do esquerdismo, apoio que está na razão inversa das suas ambições e demagogias políticas. Aqueles que reclamando-se de esquerda, como é o caso da UEDS, sobrevalorizando a sua real influência, depositaram a concretização das

suas esperanças hegemónicas na unidade sem princípios com os esquerdistas, viram-se defraudados nas suas previsões e devem arcar com a responsabilidade de frente do sindicato estar hoje uma direcção de direita.

Os prejuízos causados pela UEDS e os seus aliados esquerdistas da UDP, MES e PRP ultrapassam a mera questão dos votos que receberam (7%). Sob o pretexto da luta contra o hegemónico partidário — que contudo quiseram impor a seu favor, impediram a continuação do trabalho aberto, de massas, iniciado para a formação da lista unitária, provocando o afastamento de homens prestigiados cuja colaboração muito valorizaria o conteúdo unitário da lista E.

Os resultados tornaram mais claro o verdadeiro significado da «teoria» do não-hegemonismo, que, na sua essência é já bem conhecida do Movimento Sindical Unitário. Há dois anos o PS para hegemonizar o Movimento Sindical inventou a teoria antidemocrática da paridade e o resultado tem sido derrotas sobre derrotas. As tentativas para isolar os comunistas no Movimento Sindical levaram de facto ao isolamento dos socialistas afectos à linha oficial do PS.

Os elementos da UEDS que fizeram sua a teoria da paridade na eleição dos bancários, recusaram posições altamente privilegiadas como os resultados eleitorais vieram agora evidenciar.

Das teorias e das práticas que conduzem à divisão e à derrota devem os elementos do PS e da UEDS tirar as necessárias conclusões.

Os trabalhadores bancários do Sul têm uma importante organização de classe a defender. Os resultados das eleições de 1 de Abril mostram que a maioria dos trabalhadores votou por uma orientação diferente da que a divisão da esquerda vai permitir à nova direcção continuar em prejuízo da classe.

O projecto unitário da esquerda deve merecer a reflexão dos trabalhadores bancários para as jornadas futuras e para o fortalecimento do Movimento Sindical unitário.



Lutas e Tarefas

• Sindicatos e aumentos dos transportes

A má situação das empresas do sector "é utilizada pelo Governo para justificar o aumento de tarifas e o congelamento de salários e de outras regalias dos trabalhadores e pelas forças reaccionárias para atacarem as nacionalizações", afirmaram recentemente numa conferência de imprensa quatro sindicatos de trabalhadores dos transportes e a União dos Sindicatos de Lisboa. Acrescentando que foi o próprio Governo que degradou a situação nessas empresas nacionalizadas com a política dos pacotes, que causou milhares de contos de prejuízos os sindicatos salientaram que o aumento do preço do gasóleo, a subida das taxas de juro e a desvalorização do escudo determinaram prejuízos de mais de mil milhões de escudos por ano na CP, mais de 400 milhões na Rodoviária Nacional (RN), mais de 12 milhões na Transtejo e mais de 100 milhões na Carris. O aumento das tarifas "num momento em que os ferroviários lutam por uma nova tabela salarial serviu ao Governo, pela boca do ministro dos Transportes na TV, para, tentando, tentar justificar uma coisa com a outra", afirma, por seu turno, a Federação dos Sindicatos Ferroviários num comunicado recente. Esclarecendo que "o aumento não pode ser atribuído às suas reivindicações, pois estas estão longe de compensar o aumento galopante do custo de vida", a Federação recorda, por outro lado, que as propostas feitas pelos trabalhadores em Setembro, apontando para a coordenação

rodoviária", não tiveram seguimento da parte do Governo, continuando o "escândalo da concorrência, que em nada beneficia a qualidade de serviços".

A Federação, que comemorou recentemente a nacionalização da CP, emitindo a proposta um comunicado, deseja deixar bem claro "que a conta apresentada pelo governo aos trabalhadores que utilizam os Caminhos-de-Ferro não resulta de aumentos salariais", mas da própria política governamental, que tenta fazer pagar aos trabalhadores o preço total das dificuldades económicas criadas pelo Governo ao aliar-se "aos interesses dos grandes capitalistas e ao recuso de diálogo e o esforço desinteressado e o entendimento verdadeiramente patriótico dos trabalhadores". Entretanto, a Federação dos Sindicatos de Transportes Rodoviários enviava às associações patronais e à RN uma proposta de revisão do CCTV para o sector.

• Contrato dos conservelros

Os Sindicatos dos Trabalhadores da Indústria de Conservas do Norte (Matosinhos), Centro (Peniche), Setúbal e Olhão, englobando as suas secções de Lagos, Portimão e Vila Real de Santo António, empenhados na luta pela revisão do contrato colectivo de trabalho (CCT), apelam à unidade de todos os trabalhadores conservelros, mais necessária do que nunca neste momento, para colectivamente darem a resposta necessária quanto aos seus salários. Os Sindicatos organizam

plenários nas fábricas com vista «à unificação das formas de luta dos conservelros».

• Operários agrícolas há 21 meses sem contrato

A Comissão Provisória do Sindicato dos Operários Agrícolas do Distrito de Santarém, um exercício até às próximas eleições a realizar em 21 de Maio deste ano, apeça à luta pela saída do contrato de trabalho, que repousa nas gavetas do Ministério do Trabalho há 21 meses. Embora a Constituição ordene que os salários têm de harmonizar-se com o custo de vida, «os nossos direitos sociais continuam a ser espezinhados», pelo que «não podem depender da «boa vontade» dos agrários e do Governo», afirma o Sindicato numa tarjeta que divulga os salários a defender.

• Contra o divisionismo

«De mãos atadas perante o patronato» é a atitude que uma minoria de divisionistas com ordenados elevadíssimos, que excedem os 50 contos por mês, pretende impor à maioria dos trabalhadores dos espectáculos, enquanto noutros sindicatos e empresas se assiste a conluios e manobras para a criação de sindicatos paralelos e enfraquecer o Movimento Sindical. Pronta tem sido a resposta dos trabalhadores que defendem a unidade para acções concretas e eficazes, denunciando a movimentação divisionista e lutando contra as direcções sindicais que

defendem os interesses da direita e fomentam a desagregação. Assim, em Leiria, foi aprovado mais um voto de censura e desconfiança à direcção do Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Escritórios do distrito. Selenta por cento dos sócios presentes na Assembleia aprovaram novamente a destituição dos corpos gerentes afectos à ex-«Carta Aberta» e não aprovaram o relatório e contas. O mesmo sucedeu no Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Hoteleira dos distritos do Porto, Vila Real e Bragança, onde o relatório e contas foi recusado, tendo sido proposta uma peritagem a esse documento apresentado pela direcção divisionista afectada àquele mesmo grupo onde hoje predomina a corrente PPD apoiada pelo CDS e por elementos do PS. Entretanto, os trabalhadores demitiram os corpos gerentes dessa mesma linha de divisão no Sindicato dos Trabalhadores dos Transportes e Garagens, Postos de Abastecimento e Oficinas Correlativas do Centro e Sul e nomearam uma comissão directiva provisória até novas eleições. Enquanto isso, no Sindicato de Trabalhadores na Imprensa, os associados aprovaram em assembleia-geral uma moção, reafirmando nomeadamente o «repúdio por toda e qualquer tentativa de divisão do Movimento Sindical, seja pela criação de sindicatos pseudo-democráticos, seja pelo fabrico artificial de novas «centrais sindicais» — expressões do paralelismo sindical impulsionado pelos inimigos das classes trabalhadoras».

Perante a notícia «sobre intenções de criação de um sindicato paralelo de jornalistas», a Assembleia manifestava a sua solidariedade para com o Sindicato dos Jornalistas,

apelando à classe «para que não se deixe dividir» e reforce «a unidade dos Trabalhadores da Imprensa e da Comunicação Social face aos graves perigos que ameaçam os seus direitos e interesses». Contra o divisionismo apela ainda a célula do PCP na Lisnave, esclarecendo sobre calúnias e manobras contra os orgânicos dos trabalhadores eleitos por esmagadora maioria de votos.

• Defesa das nacionalizações

Enquanto os representantes dos trabalhadores do Centro de Produção da Portucel em Viana do Castelo (ex-Celnorte) advertiam, em conferência de imprensa, contra uma tentativa concertada a alto nível que ameça todo o sector nacionalizado das celulosas, nomeadamente naquele centro fabril onde as entradas de madeira têm vindo a ser reduzidas, prevendo-se uma redução drástica da produção, reuniam em plenário os delegados sindicais e as comissões de trabalhadores de 15 empresas da Rodoviária Nacional, que condenaram veementemente a atitude de pequenos grupos sem expressão que, num atentado às nacionalizações, «movimentaram, há dias, abaixo-assinados, solicitando aos órgãos do poder o regresso dos ex-patrões saboteadores». Apelando para «a maior firmeza e unidade na luta», como «única forma de vencermos os obstáculos e atingirmos a vitória final contra a exploração», o plenário alerta «todos os camaradas do sector para que não se deixem envolver em tais manobras que só visam derrubar a grande conquista dos trabalhadores que são as nacionalizações».

Profundo desacordo com o Orçamento Geral do Estado

— manifesta a CGTP-IN em Plenário

A necessidade de intensificar a campanha de adesões à CGTP-IN, combatendo firmemente as tentativas de divisão do Movimento Sindical, a intensificação da campanha de esclarecimento e divulgação das propostas e reivindicações aprovadas no Plenário Nacional de 4 de Fevereiro, a preparação das comemorações do 1.º de Maio e os contactos entre o Secretariado Nacional

e o Governo constituíram os pontos fundamentais em que incidiram as informações prestadas pelos dirigentes da Central Única dos Trabalhadores portugueses no Plenário da CGTP-IN, reunido na última quinta-feira, em Lisboa, e que aprovou por unanimidade e aclamação o relatório e as contas da Confederação Geral referentes a 1977, uma moção de solidariedade para com o general Vasco Lourenço

e ainda uma outra em que o Plenário manifesta «o seu profundo desacordo e oposição às linhas fundamentais do Projecto de Orçamento Geral do Estado», cuja discussão deve começar hoje na Assembleia da República.

De âmbito nacional, o Plenário registou a presença de 141 associações sindicais, sendo 107 sindicatos, 10 federações, 11 uniões distritais, 5 uniões locais,

4 delegações e 4 secções. Em pé de igualdade com as associações filiadas, tomaram parte na assembleia plenária mais 12 sindicatos não aderentes, fazendo subir para 153 o total das presenças no Plenário Nacional que ratificou, por unanimidade e aclamação, a entrada de dois Sindicatos para a CGTP-IN — Função Pública do Sul e Rodoviários do Porto — e aprovou a proposta do Secretariado sobre a representação dos

trabalhadores portugueses na 64.ª sessão da Conferência Internacional do Trabalho, que decorrerá em Genebra de 7 a 28 de Junho do ano corrente.

Depois de «numerosas intervenções de apoio ao Secretariado Nacional nos contactos que venha a ter com os órgãos do poder», a moção aprovada a propósito do Orçamento Geral do Estado reafirma a disposição de luta intransigente do Movimento

Sindical na «defesa das condições de vida dos trabalhadores e por uma economia ao seu serviço e ao serviço do País», mandando aquele Secretariado «para informar a Assembleia da República dessa tomada de posição, das críticas elaboradas pelo Movimento Sindical e das propostas alternativas ao Orçamento Geral do Estado apresentadas pelo Movimento Sindical».

Num comunicado do

respectivo Departamento de Informação, a CGTP-IN, através da moção aprovada no Plenário por unanimidade e aclamação, refere-se «aos ataques de que o Conselho da Revolução tem sido alvo» e às «tentativas desestabilizadoras das forças da direita», manifestando «a sua solidariedade para com o general Vasco Lourenço na certeza de que a permanência de militares que fizeram o 25 de Abril em postos de responsabilidade militar é uma

garantia para os trabalhadores e o povo português em geral de que as conquistas de Abril serão defendidas, a democracia consolidada e a Constituição respeitada».

Quanto ao 1.º de Maio, de acordo com o programa das comemorações que já foi tornada público, o Plenário Nacional reafirmou a necessidade de intensificar a sua preparação, transformando a Festa dos Trabalhadores numa grande jornada de unidade e luta.

A primeira Federação de trabalhadores rurais para reforço da luta comum

A acção dos que fomentam o divisionismo do Movimento Sindical foi firmemente condenada na reunião dos representantes dos Sindicatos de trabalhadores agrícolas do Sul que criaram no último sábado, em Évora, a respectiva Federação. Aprovados os estatutos e o programa de acção, as delegações dos sindicatos do sector agrícola dos distritos de Beja, Évora, Portalegre,

Setúbal, Santarém e Lisboa elegeram um secretariado, cujas tarefas incidirão principalmente na formação e organização dos sindicatos agrícolas, na intensificação dos esforços já empreendidos para o alargamento da legislação do trabalho ao sector rural, para a regulamentação colectiva de trabalho, por «salários dignos», pela formação profissional e promoção económica, social e cultural dos trabalhadores

rurais, actuando, no «respeito pela autonomia e independência dos sindicatos», pelo «reforço da sua unidade» e na «luta pelo cumprimento e respeito da Constituição e pela construção do socialismo».

A nova organização sindical, que desenvolverá a sua actividade nos distritos de Beja, Castelo Branco, Évora (onde terá a sede), Faro, Leiria, Lisboa, Portalegre, Santarém e Setúbal foi criada sob

a palavra de ordem «Defender a Reforma Agrária e a democracia, reforçar a unidade e organização» e, segundo os seus estatutos, desenvolverá a sua actividade «com total independência em relação ao patronato, Estado, confissões religiosas, partidos e outras associações políticas ou quaisquer agrupamentos de natureza não sindical».

A Federação dos Sindicatos Agrícolas do Sul, que aderirá

à CGTP-IN «desde que o plenário assim o deliberar», será dirigida, num primeiro período de dois anos, pelo secretariado eleito assim constituído: António José Mendes Justo, de Portalegre; Carlos Luís Baltazar Fadista, de Évora; Jerónimo Bom, de Santarém; José Godinho Tagaroso, de Beja; Manuel Vicente, de Évora; Manuel Ramalho Rodrigues, de Beja e Valério António, de Setúbal.

Durante a assembleia, em que intervieram vários oradores, foi lida uma mensagem do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas dos Açores, participando como convidado, juntamente com a CGTP-IN, Uniões de Sindicatos de Lisboa e do Porto, Federações Nacionais dos Sindicatos Metalúrgicos, do Comércio e da Construção Civil, o Sindicato dos Açores foi alvo de uma manifestação de

solidariedade por parte das delegações presentes.

Considerada como primeira fase de uma organização mais ampla, a nova Federação, que saudou a passagem do 2.º aniversário da Constituição e aprovou uma moção contra o divisionismo e os divisionistas, recebeu mensagens de solidariedade e contou com a intervenção de vários dirigentes sindicais que salientaram o alcance da

iniciativa, a sua importância na luta pela unidade e pela organização, pelas conquistas das massas trabalhadoras, nomeadamente a Reforma Agrária, e pela participação dos trabalhadores organizados na elaboração das leis que lhes dizem respeito, incluindo precisamente a Reforma Agrária, em que a Federação intervirá com a representatividade que lhe cabe, na salvaguarda dos interesses que tem de defender.

AS NACIONALIZAÇÕES
defesa e dinamização

SECTOR NACIONALIZADO
O QUE É? COMO DINAMIZAR?

A MAIS COMPLETA ANÁLISE DOS SECTORES CHAVE DA NOSSA ECONOMIA

- DADOS - NÚMEROS - FACTOS
- RENTABILIDADE • GESTÃO
- DIREITOS DOS TRABALHADORES

um livro **INDISPENSÁVEL**

190 páginas 60\$00

edições Avante!

Fortes motivos de luta levam trabalhadores à greve na Função Pública e noutros sectores

O aumento brutal do custo de vida, o bloqueamento dos salários, a recusa do direito de negociação contratual por parte do Governo (evidente na Função Pública), os salários em atraso, a ameaça do desemprego, a repressão e má gestão em empresas devolvidas ao patronato, os contratos por rever, os contratos por negociar, a perda de regalias sociais, os boicotes à contratação colectiva em geral — eis alguns motivos concretos dos conflitos de maior volume que têm levado à greve e a outras formas de luta importantes sectores de actividade.

Nos últimos dias, com excepção da Sociedade Nacional de Sabões, onde a greve terminou por um acordo que garante no essencial as posições defendidas pelos trabalhadores e onde o conflito se pode considerar sanado, nos outros sectores e empresas — cerca de duas dezenas no total, incluindo

trabalhadores agrícolas que paralisaram na última terça-feira em Almeirim — os conflitos mantêm-se com relevo para a Função Pública, cujos sindicatos — 23 no total — anunciaram nova greve nacional para hoje, depois de o Ministério da Reforma Administrativa (CDS) recusar frontalmente o direito de negociação aos legítimos representantes sindicais de mais de 95 por cento dos 300 mil trabalhadores da Função Pública da Administração Central, Regional e Local, ao mesmo tempo que tenta impor-lhes uma tabela salarial que os sindicatos não discutiram e que, segundo anunciaram, é «inaceitável para os trabalhadores, que nesse mesmo sentido se haviam já claramente manifestado».

Éxito na SNS

Entretanto, as estruturas representativas dos trabalhadores da Sociedade Nacional de Sabões

salientavam em conferência de imprensa que o balanço da luta se saldou, ao fim de 67 dias de greve, por «uma grande vitória contra a recuperação do grande capital», alcançada graças à «ampla unidade», concretizada, nomeadamente, com a participação «dos empregados de escritório da Vltameal» (uma das empresas do grupo SNS) e dos «trabalhadores da Sovernal (também da SNS) que, isolados na sua empresa, souberam resistir heroicamente».

O Comité Local de Lisboa do nosso Partido, saudando «calorosa e fraternalmente todos os trabalhadores» da SNS, sublinha que, «na actual situação em que o Governo de coligação PS/CDS procura agudizar a ofensiva da recuperação capitalista e tenta destruir as principais conquistas do 25 de Abril, a solidariedade moral e material que envolveu os trabalhadores em greve, bem como a dimensão e o significado da luta, fazem

do seu resultado final uma importante vitória de todos os trabalhadores do nosso país».

O comunicado do Comité Local salienta ainda que «a política de compromissos do actual Governo com o patronato, nomeadamente a acção dos Ministérios da Indústria e Tecnologia e do Trabalho em relação à luta da SNS, mostrou mais uma vez os nefastos efeitos da recuperação capitalista, profundamente contrária aos interesses dos trabalhadores». Sublinhando «a seriedade e firmeza» com que souberam responder às manobras de diversão, ameaças e calúnias «para os dividir e vencer, o comunicado do Comité Local saudou ainda o elevado espírito patriótico demonstrado pelos trabalhadores, no grande esforço que fizeram para a resolução do conflito, alertando o Governo para as graves consequências que a falta de produção nas empresas em greve estavam a acarretar para a nossa economia».

Justiça na Previdência

O Sindicato dos Gráficos do Sul e lhas viu deferido pelo Supremo Tribunal Administrativo o seu recurso contra a decisão do secretário de Estado da Segurança Social, Victor Vasques, que, unilateralmente, mandara exonerar os representantes sindicais na comissão administrativa da Caixa de Previdência dos trabalhadores gráficos.

«O reforço da luta do Movimento Sindical na Segurança Social e noutras frentes contra a ingerência do Governo» é assinalado pelo Sindicato, que considera a decisão do Supremo um «éxito assinalável» por esse reforço, ao fazer «a justiça que se impunha, independentemente das pessoas ou organizações implicadas».

Prossegue a preparação da jornada do 1.º de Maio

A preparação das comemorações nacionais do 1.º de Maio, Dia Mundial do Trabalhador, prossegue em vários pontos do País.

Depois do anúncio do programa em Lisboa, divulgado pela CGTP-IN e ao qual nos referimos no número anterior, o Secretariado da União dos Sindicatos de Coimbra trouxe a público, por sua vez, o programa das comemorações no distrito que constará de comício, manifestação, teatro, desporto, tarde infantil, sessões de convívio, baile e variedades.

Num encontro com os jornalistas, os dirigentes da União de Coimbra, à seme-

lhança do que sucederá em Lisboa onde se prevê uma grande jornada de unidade e luta em defesa das conquistas dos trabalhadores e pelo cumprimento da Constituição, salientaram o papel do Movimento Sindical Unitário nessa luta que assinalará em Coimbra o Dia do Trabalhador com um programa com início em 29 do corrente e que terá como momentos mais importantes, no próprio dia da Festa, uma concentração na Praça da República que percorrerá várias ruas da cidade até ao Estádio Universitário, onde decorrerá um comício que terminará com a «Noite de Convívio e Unidade», no parque da cidade.

Grande jornada dos comunistas de Santo Tirso

Com a participação de duas centenas de delegados e de cerca de 800 convidados, realizou-se no passado domingo a Assembleia da Organização de Santo Tirso do nosso Partido. Durante os trabalhos, a que assistiu o camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, acompanhado pelos camaradas Ângelo Veloso, membro suplente da Comissão Política do CC, Edgar Correia e Avelino Gonçalves, membros do CC e da DORN, foram aprovados os documentos que constituíram o Relatório da Actividade do Partido e eleitos para a Comissão Concelhia 32 camaradas.

Na sessão de encerramento, com participação entusiástica de cerca de 2500 pessoas, falaram os camaradas Domingos Pereira Ferreira, membro da Comissão Concelhia, e Álvaro Cunhal. Enquanto o primeiro aproveitou o ensejo para divulgar alguns aspectos da Assembleia, no decurso da qual foram analisados os principais problemas, aspirações e reivindicações dos trabalhadores e pequenos e médios agricultores do concelho de Santo Tirso, o secretário-geral do PCP expôs detalhadamente a posição dos comunistas face à situação política actual e outros aspectos da realidade política nacional.

Crescimento contínuo

Quando os 200 delegados e as centenas de convidados presentes na Assembleia gritavam em uníssono «A luta continua», testemunhavam e explicitavam uma grande determinação, uma enorme vontade de vencer os escolhos, a violência e as dificuldades, levantadas pelos caciques e pelos grandes senhores da indústria do concelho, que não olham a meios para tentar manter intactos os seus privilégios e continuar a viver à «tripa fora» à custa de uma exploração desenfreada.

Iniciada a estruturação da organização do Partido em Setembro de 74, a breve trecheira se alargou à quase totalidade das freguesias do concelho, sobretudo às de maior concentração operária. No Largo do Coronel Baptista Coelho funcionou durante alguns meses o Centro de Trabalho, que constituiu um importante instrumento para o reforço do Partido.

Em 5 de Agosto de 75, um grupo de vândalos fascistas, alguns deles membros do PPD e do CDS, saqueou, incendiou e pilhou o Centro de Trabalho, numa das muitas acções terroristas levadas a cabo no concelho de Santo Tirso, ficando desde então o nosso Partido sem local de reunião.

Todavia, como confirmam os dados revelados no Relatório de Actividades, aprovado por unanimidade e aclamação, o Partido, apesar de tudo isso, conseguiu alargar a sua influência junto da classe operária e dos trabalhadores. Durante a Campanha dos Dez mil, a organização quase duplicou. Nos três primeiros meses de 76, o ritmo de adesões não só não diminuiu como aumentou. Como é natural, é grande o número de têxteis comunistas, 53,3%, enquanto os operários de outros ramos representam 28,5% do total dos

milítantas, os pequenos e médios agricultores e rendeiros são 1%, empregados e funcionários, 10,2%; técnicos e intelectuais representam 2,7% e pertencem a outras camadas 4,3%.

Realtando a elevada percentagem de trabalhadores e empregados, 88,6%, o relatório sublinha o facto de serem baixas as percentagens de mulheres, de camponeses e de pequenos e médios comerciantes e industriais. Muito há a fazer para modificar esta situação.

A Comissão Concelhia eleita pelos delegados, com duas abstenções, é constituída por 23 operários, seis empregados e três intelectuais, dos quais 22 têm menos de 30 anos e dois mais de 50 anos.

Pela defesa das conquistas alcançadas

Durante as cerca de seis horas de reunião, foi patenteado pelas dezenas de camaradas que intervieram um profundo conhecimento do papel do Partido e dos seus militantes, dos problemas com que se debatem os trabalhadores e das medidas a adoptar para defender os seus direitos, conquistas e regalias para conquistarem uma vida melhor.

Além de salientarem a importância da acção organizada dos comunistas, seja na difusão da propaganda, seja na venda do «Avante!» e do «Militante», seja visando recrutar mais e mais trabalhadores para as fileiras do Partido, numerosas delegações analisaram a situação do sector têxtil, denunciaram a onda de despedimentos (nos últimos meses, ascende a mais de 200 o número de trabalhadores despedidos), salientaram o labor dos trabalhadores da «Abel Alves de Figueiredo» que, após terem tomado nas suas mãos a gestão da empresa, não só aumentaram em cerca de duas centenas o número de postos de trabalho, como pagaram muitas dívidas do patrão.

Por outro lado, também foram abordados o trabalho nas avarias, problemas e reivindicações dos trabalhadores metalúrgicos e outros ramos, dos pequenos e médios agricultores (em particular dos rendeiros (em particular dos rendeiros a braços com ordens de despejo), dos jovens, das mulheres e dos estudantes. Seria uma militante da UEC que, a finalizar a sua intervenção, proporia um minuto de silêncio pelos milhares e milhares de jovens e trabalhadores que, na América Latina, na África do Sul, nos Estados Unidos da América, na Indonésia e em tantos outros países, lutam e morrem pela liberdade e por uma sociedade mais justa e fraterna.

A disposição dos comunistas de Santo Tirso, friso, durante a Sessão de Encerramento, o camarada Domingos Pereira Ferreira, membro da Comissão Concelhia, é de não pouparem esforços para contribuir para o reforço da unidade dos trabalhadores, para desenvolver ainda mais a luta contra os despedimentos e a repressão, pelo cumprimento dos Contratos Colectivos de Trabalho e pela melhoria das condições de vida de quem trabalha.

Discurso do camarada Álvaro Cunhal

Discursando na Assembleia de Santo Tirso, o camarada Álvaro Cunhal começou por saudar os comunistas e operários têxteis da região, destacando em seguida a importância da Assembleia da Organização Concelhia a qual, apesar dos ataques e perseguições das forças reaccionárias e do incêndio do Centro de Trabalho, se desenvolveu e se tornou, mais forte das organizações políticas do concelho. Com 80% de operários, dos quais 73% operários têxteis, e 70% com menos de trinta anos, a organização não cessa de crescer.

O camarada Álvaro Cunhal abordou em seguida a questão do governo PS/CDS, o seu carácter e a sua incapacidade para resolver os problemas nacionais. O Governo nada tem feito para solucionar a crise dos têxteis, nem para aliviar a pressão e exploração dos senhorios ricos sobre os pequenos e médios agricultores, proprietários e rendeiros, e pelo contrário atira para cima da população laboriosa o peso da crise. O Governo prometeu que a taxa anual de inflação não subiria mais do que 20% mas lançou aumentos de preços que ultrapassam 50% ao mesmo tempo que mantém o congelamento efectivo dos salários. Da cobertura aos despedimentos, como se verifica em várias empresas de Santo Tirso.

O camarada Álvaro Cunhal dirigiu depois várias perguntas ao Governo: que fez para enfrentar a crise têxtil, porque não encaminha as propostas dos trabalhadores e do PCP, para conseguir novos mercados para os têxteis portugueses, para reduzir os milhões que gastam as classes parasitárias, para diminuir os altos vencimentos, porque não reduzem os ministros os seus vencimentos para metade, as suas despesas de representação, a sua vida de luxo?

É falso que as medidas decretadas pelo Governo sejam inevitáveis. O PCP contesta e tem apontado como sendo possível sair da crise melhorando o nível de vida do povo. Não são os trabalhadores que desestabilizam a situação mas sim o Governo, por isso o PCP apoia e apoiará as justas reivindicações dos trabalhadores.

No seguimento da sua intervenção, o camarada Álvaro Cunhal afirmou:

Os pequenos e médios agricultores

A política de recuperação capitalista não fere apenas profundamente os interesses da classe operária e das massas trabalhadoras. Fere também profundamente os interesses das classes e camadas intermédias.

No que respeita à agricultura, a política agrária do Governo PS-CDS, tal como antes a política do governo PS, é uma política de protecção aos grandes proprietários e aos senhorios ricos e de exploração dos pequenos e médios proprietários e rendeiros.

O PCP apoia as justas reclamações dos pequenos e médios agricultores, designadamente o escoamento dos seus produtos com preços mínimos antecipados e garantidos, a abolição da classe C do leite, fornecimento regular, boa qualidade e preços diferenciados e estáveis dos produtos de que a lavoura necessita, crédito a juro moderado, criação do Seguro Nacional agro-pecuário, apoio técnico, abolição efectiva da parceria, um regime de arrendamento com uma renda justa e equilibrada fixada em



Núcleos de Amigos são exemplo do apoio ao Partido

Muitos milhares de portugueses confiam e põem as suas esperanças no Partido Comunista. São muitas centenas de milhares que juntam as suas vozes às nossas, que, apesar de não serem militantes conhecem o nosso Partido e a sua abnegação na defesa da causa da justiça e do futuro.

Assim também são muitos os amigos que, embora não militando nas fileiras do PCP, contribuem, com dádivas e ofertas, para que o trabalho dos comunistas se possa organizar e desenvolver em melhores condições.

Um exemplo disso é o que os camaradas da 6.ª Zona do Comité Local de Lisboa nos contam. É também um exemplo da capacidade de organização dos camaradas.

Na 6.ª Zona, com efeito, organizaram-se Núcleos de Amigos. São onze, constituídos por cerca de 200 pessoas, homens e mulheres de diversas profissões e idades que mensalmente entregam um total de 6 mil escudos ao Partido. Assim, na Amalveira temos os Núcleos «Lénine» e «Che»; em Alvalade o «Mário Machado»; no Areeiro, o «Herculano de Carvalho»; no Campo Grande um com o nome do bairro e outro denominado «Dimitroff» da Escola de Enfermagem; no Lumiar há o Núcleo da Quinta do Sporting; há o Núcleo da Brilo mais dois: o «José Dias Coelho» e o «Bento de Jesus Caraca».

Sem o apoio destes núcleos de amigos, dizem os camaradas, a 6.ª Zona não estaria ultrapassando as metas mensais de fundos que se propôs cumprir. Alargar este apoio a mais trabalhadoras amigas do Partido é a sua intenção.

Grande festival infantil em Sintra

No concelho de Sintra vai realizar-se, no próximo dia 9 de Abril, Domingo, um Grande Festival Infantil. Durante todo o dia, em Montelavar, inúmeras actividades esperam os mais pequenos, numa iniciativa promovida por várias organizações populares do concelho.

A Sociedade Filarmónica Boa União Montelavarense, os Pioneiros de Portugal, núcleos de Algueirão, Belas, Cacém, Rio de Mouro e Queluz, as Comissões de Mordadores de Pero Pinheiro, de Montelavar, de São Carlos, de Algueirão, das Mercês e de Queluz Central, Zona C, as Cooperativas de Consumo Prolemb, de Queluz, A Consumel, Algueirão, a Cooperativa Escolar de Rio de Mouro, «A Galvoia», o MDM de Montelavar, o Centro Sociocultural de Rio de Mouro, o Clube Desportivo Estrela Vermelha, do Cacém, o Desporto e Juventude, de Sintra, são as organizações que promovem o Festival.

No programa prevê-se: Da parte da manhã, das 9 às 13 horas, um Festival Desportivo — atletismo, torneio de minifutebol e ginástica.

Piquenique das 13 às 15 horas. Das 15 às 18 horas — Espectáculo — Palhaças, Teatro, Fantoches e Coros.

Às 18.30 será o encerramento do Festival, com desfile da banda local e concerto no coreto do parque.

dinheiro, efectiva garantia de estabilidade para o agricultor, a aplicação efectiva da Lei dos Baldios, a revogação dos decretos sobre o abate das árvores, electrificação rural, abastecimento de água, caminhos de acesso, apoios ao cooperativismo, uma assistência médica e farmacéutica e uma previdência rural que assegure pensões e reformas dignas e pagas pontualmente de forma a que aqueles que deram a sua vida inteira ao trabalho agrícola e à lavoura possam ter assegurada uma velhice tranquila.

O PCP apoia firmemente a luta dos rendeiros contra o aumento das rendas, contra os despejos, contra as violências e contra os esbultes levados a cabo pelos senhorios ricos, sob a protecção do Governo de coligação do PS com o CDS.

Aproveito para saudar os pequenos e médios agricultores do concelho de Santo Tirso e de todo o Minho pelos grandes progressos das suas organizações e dos seus movimentos que mostram o princípio do fim da tirania dos caciques reaccionários, dos capitalistas e dos senhorios ricos, do MIRD, do CDS, do PPD, sobre a população laboriosa desta região.

Nós dizemos aos agricultores e aos rendeiros: não acrediteis no que o CDS, o PPD, os reaccionários, os caciques, dizem acerca dos comunistas. O PCP é o partido da classe operária. Mas é também o grande, constante e consequente defensor dos interesses dos pequenos e médios agricultores, dos interesses dos rendeiros.

Por isso, se quereis lutar num partido que defenda sem vacilações os vossos interesses, entraí no PCP.

É característico que, precisamente quando se desenvolvem os movimentos e as organizações dos pequenos e médios agricultores tenham vindo a Portugal, nos últimos dias, uns senhores que dizem representar a agricultura do Mercado Comum, mas que, pelo que afirmaram numa conferência de imprensa, parece que vieram não para apoiar ou ajudar a agricultura mas para apoiar e ajudar os Casqueiros & C.

Nós protestamos contra a ingerência desses senhores convidados da CAP nas questões internas portuguesas, pretendendo exigir de Portugal uma política contrária à própria Constituição e vindo, em nome do Mercado Comum, declarar a cooperação com a CAP, com os grandes agrários, os senhorios ricos e a reacção.

O Povo português começa a estar farto do rodopio dos representantes e porta-vozes do imperialismo, que vêm em nome de bancos, de fundos, de organizações agrícolas, para dar ordens em Portugal dizendo o que Portugal deve fazer. Nós os portugueses somos perfeitamente capazes de resolver sem comandos nem ingerências estrangeiras os nossos próprios problemas.

Uma política errada e nefasta

A política do actual Governo PS/CDS é errada e nefasta sob o ponto de vista dos interesses do Povo português e de Portugal como Estado livre e independente.

Impõe ao povo trabalhador enormes sacrifícios. Mas não resolve nenhum dos grandes problemas nacionais.

O governo anterior, o governo do PS sozinho aliado de facto à direita, justificou o congelamento dos salários, o aumento dos preços, o 1.º e o 2.º pacotes, a desvalorização do escudo, o aumento dos impostos e da taxa de juro, a entrega de fábricas

e empresas ao patronato sabotador e a entrega de terras latifundiárias pela necessidade de recuperação económica e financeira do País.

Afirmou que, com esses sacrifícios do Povo português, se reduzidos os enormes e ruinosos défices dos balanços comerciais e de pagamentos.

Mas, ao contrário do que o governo prometeu e anunciou e comprovando rigorosamente o que o PCP previu e destacou, esses défices em 1976 e 1977 agravaram-se mais e mais vertiginosamente, atingindo em 1977 o défice da balança comercial a soma monstruosa de cerca de 120 milhões de contos e atingindo o défice da balança de pagamentos a soma igualmente monstruosa de mais de 50 milhões.

E, se tomarmos os dados conhecidos dos primeiros 2 meses de 1978, verifica-se que os défices da balança comercial continuam a agravar-se, aumentando cerca de 50% em relação ao mesmo período do ano passado.

O Governo dizia que a austeridade seria má para o povo e boa para o País. Vê-se que na medida em que a situação dos trabalhadores se agrava, a situação do País vai de mal a pior, ao contrário do que o Governo afirma, o que é mau para o povo e também mau para o País.

Bastariam estes resultados para desacreditar definitivamente uma política e um governo, para mostrar, sem sombra de dúvida, de maneira categórica e indelével, que a política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista, a política económica e financeira do governo PS, prosseguida até agora, é altamente nefasta para os interesses nacionais, que a política, impondo ao Povo português tremendos sacrifícios, não resolverá nenhum dos grandes problemas nacionais, agravando-os a todos e conduzirá Portugal a uma crise cada vez mais profunda.

A política económica e financeira está errada e está a agravar também a política e a acção do Governo nas relações internacionais.

Na situação económica e financeira em que Portugal se encontra, a diversificação de relações externas — relações políticas, comerciais, de cooperação económica — é uma condição indispensável para conseguir sair da crise e garantir a independência nacional.

O Governo e os partidos do Governo não têm o direito de prejudicar as relações de amizade e cooperação com os países amigos, com acções de estreiteza e sectarismo partidário.

Prejudica seriamente o desenvolvimento das relações de cooperação com os países socialistas a constante e provocada campanha através dos órgãos de Comunicação Social do Estado — Televisão, Rádio, jornais estatizados — contra a URSS e os países socialistas.

Também como sabeis foram acolhidos há dias na Assembleia da República delegações parlamentares de todo o mundo, que encontram em Portugal. Mas logo no dia seguinte, nessa mesma Assembleia, em vez de um voto de congratulação de Portugal, poder receber tão variados representantes de tão variados países, a esposa do Primeiro-Ministro deputado do PS na Assembleia propôs e fez aprovar uma moção anti-soviética. Tal iniciativa, mau serviço à diplomacia portuguesa, ao regime democrático e aos interesses nacionais.

Também não serve os interesses nacionais o facto de se declarar pela boca do ministro dos Negócios Estrangeiros, de boas relações de amizade com os países socialistas e de o mesmo CDS receber pela pessoa do seu Presidente, da comissão de provocadores fascistas que pretendem organiza-

Actividades do Partido

- Arcos de Valdevez - No passado dia 18 de Março realizou-se em Arcos de Valdevez a 1.ª Assembleia da Organização Concelhia do Partido. A organização do PCP naquele concelho remonta a 1947, tal como foi afirmado no relatório posto à apreciação dos delegados eleitos. Durante muitos convidados presentes, os principais temas do relatório foram debatidos e analisados.
- Acampamento da Juventude - Realizado em 24, 25 e 26 do passado mês, em Vila Real de Santo António, o Acampamento da Primavera, promovido pela UJC e UEC, teve a participação de cerca de 5 dezenas de jovens. Iniciativas desportivas e recreativas e mesmo um mini-curso de socorismo em que participaram os «Bombeiros Voluntários» locais, Canto Livre e outras actividades ocuparam com alegria os três dias de acampamento.
- Delegação do Partido visita a Roménia - A convite do Comité Central do Partido Comunista Romano, visitou a República Socialista da Roménia, de 26 de Maio a 1 de Abril — uma delegação de estudo do Partido Comunista Português sobre problemas de organização e gestão de cooperativas agrícolas. A delegação era composta por Vasco Paiva, suplente do CC, e membro da Direcção da Organização Regional das Beiras, Francisco Manuel Roque, pequeno agricultor e membro da Comissão Concelhia de Montemor-o-Novo do PCP, José Carvalho, operário agrícola, Leonel Malaqueco, membro do Secretariado das Unidades Colectivas de Produção do Distrito de Évora e Moisés Calado, operário agrícola, membro da Comissão Concelhia do PCP do Chão e do Secretariado das UCPs do Distrito de Portalegre.
- Em Bucareste, a delegação encontrou-se com o Presidente da União Nacional das Cooperativas Agrícolas de Produção da República Socialista da Roménia, e Secretário do CC do Partido Comunista Romano, assim como o Vice-Presidente e com responsáveis das relações externas da União das Cooperativas.
- A delegação foi recebida na Secção Internacional do CC do PCR pela camarada Ghizela Vass, membro do CC do PCR.
- Deslocando-se aos distritos de Constança, Braxov, Prahova e Ialomița, a delegação contactou com os respectivos Secretários do Partido Comunista Romano para os problemas da agricultura, simultaneamente Presidentes Distritais da União das Cooperativas Agrícolas de Produção. Tal como no distrito de Ilfov (Bucareste) a delegação visitou cooperativas agrícolas de produção e complexos de associações intercooperativas, bem como fábricas de tractores e maquinaria agrícola de raças.
- Esta visita, que teve lugar no quadro das relações de amizade e cooperação existentes entre o PCP e o PCR foi de grande utilidade para o conhecimento da experiência do Partido Comunista Romano no plano da organização e gestão de cooperativas agrícolas e da reforma agrária na República Socialista da Roménia.
- Mulheres comunistas visitam a URSS - Regressou recentemente de uma visita de estudo à União Soviética uma delegação de mulheres comunistas, dirigida pela camarada Helena Medina, membro suplente do Comité Central do PCP. Esta visita teve lugar a convite do Comité Central do Partido Comunista da União Soviética e inscreveu-se no quadro das relações de amizade e cooperação que se mantêm entre os dois partidos.
- A delegação teve diversos contactos e visitas com vista a aprofundar o conhecimento do importante papel desempenhado pela mulher na sociedade socialista soviética, e da sua participação nos sectores da produção, da assistência social, da criação científica e da investigação científica, bem como a nível da organização sindical, do Governo e do Partido.

Agenda

Dia 6 Quinta-feira

Lisboa, no Centro de Trabalho dos Seguros, sessão sobre a obra de Nicolau Ostrovski «Assim foi temperado o aço» com Modesto Navarro.

Dia 7 Sexta-feira

Portimão, às 21 horas, sessão de esclarecimento no Clube União com o camarada Jaime Serra membro da Comissão Política do Comité Central. Em Faro, às 20 horas, sessão de cinema na Casa do Povo. • Loulé, às 21 horas, reunião para com membros do Partido das freguesias de S. Sebastião e S. Clemente. Estará presente o camarada Ilídio Esteves do Comité Central.

Dia 8 Sábado

Loulé, às 15 e 30 horas sessão de esclarecimento com o camarada Jaime Serra membro da Comissão Política do Comité Central. • Albufeira, às 16 horas sessão de esclarecimento com o camarada Francisco Miguel, membro do Comité Central. • Monchique, às 21 e 30 horas sessão de esclarecimento na Casa do Povo com o camarada Francisco Miguel, membro do Comité Central. • Portalegre, às 9 horas, 1.ª Assembleia de Organização Concelhia, no anexo do Liceu, com a presença da camarada Velga de Oliveira.

Dia 9 Domingo

Lisboa, às 10 horas, no Centro de Trabalho de Benfica, Assembleia da Célula do Bairro de St. Cruz, com palestra por um camarada economista. • Braga, 1.ª Conferência da Juventude Trabalhadora do Minho, promovida pela UJC da ORN. • Quejães, inauguração do Centro de Trabalho. Às 17 horas comício com o camarada Álvaro Cunhal secretário-geral do nosso Partido. • Torres Novas, festa da juventude no âmbito do XI Festival Mundial de Cuba, organizada pela UEC e UJC do Distrito de Santarém. • Lagos, às 9 e 30 horas a Organização Concelhia realiza a 1.ª Assembleia na Casa da Cultura, aberta à população, a partir das 17 horas. • Pechão (Oliveira), às 16 horas, sessão de esclarecimento com o camarada Francisco Miguel do Comité Central. • S. Bartolomeu de Messines, às 16 horas, na garagem da Rodoviária Nacional, sessão de esclarecimento com o camarada Jaime Serra, membro da Comissão Política do Comité Central. • Ponte de Sor, às 9 e 30, 1.ª Assembleia de Organização Concelhia no Cine-Teatro com o camarada Velga de Oliveira, do Comité Central. • Cano (concelho de Soutel) festa concelhia integrada na Campanha dos 3000 contos. • Montoito, às 15 horas, sessão de cinema na Casa do Povo. • Vila Viçosa, às 20 horas, sessão de cinema.

Dia 11 Terça-feira

Lisboa, às 21 horas, no Pavilhão dos Desportos, Festa de Solidariedade: Açores e Madeira no Portugal de Abril.

Joaquim Es na «O socialista e a C não são impativ

O camarada Joaquim Es, membro da Comissão Política do Secretariado do Comité Central do PCP, deslocou-se no passado fim-de-semana a Leiria e a Grande, participando em sessões comemorativas da Constituição. Na Marinha Grande, durante o seu discurso proferido no âmbito da Câmara Municipal, o camarada afirmou que o passo.

As comemorações destas forças de direita reaccionária, ultrapassaram estas comemorações para transformar numa luta pela defesa das Conquistas da Revolução.

O CDS, partido que se opõe à recuperação do Povo português, escondeu a sua hostilidade fundamental do país, não nunca renunciou aos seus objectivos de destruição das conquistas democráticas do Povo português.

O Primeiro-Ministro, dr. Soares, num dos seus discursos na Assembleia da República,

Muito air a faze

Na Agenda, que publicamos no outro local, pode verificar-se o programa de trabalho do Alentejo visando contribuir para a Campanha dos 3 mil contos. Cumpre, entretanto, recordar o concelho de Vendas e não o de Montemor-o-Lampo, anunciados no mês anterior. Aqui vão os nomes dos concelhos e por distritos: A Campanha continua, muito a fazer!

DISTRITO DE BEJA

Aljustrel, Alentejo, Arraioles, Borba, Évora, Estremoz, Évora.

DISTRITO DE LISBOA

Alameda, Alentejo, Arraioles, Borba, Évora, Estremoz, Évora.

Álvaro Cunhal em Santo Tirso

Liisboa aquilo a que chamam "Conferência contra a ameaça russa", à boa maneira dos tempos de Salazar.

Como os portugueses bem vêem, não existe nenhuma ameaça russa para Portugal. Não são russos mas americanos, os bancos que fazem tais pressões e exigências que conduzem Portugal à ruína. Não são russas mas americanas as bases das Sagas. Não é do Pacto de Varsóvia mas da NATO a brigada de Santa Margarida.

Dentro da mesma linha de acção prejudica seriamente o desenvolvimento das relações de cooperação com Angola e Moçambique, a constante campanha de ódio contra estes países — também pelos meios da comunicação social do Estado — e a transformação de Portugal numa base de organização, propáganda, recrutamento de mercenários, agressão e intervenção neocolonialista contra esses dois grandes países africanos, com os quais Portugal está profundamente interessado em desenvolver relações de amizade e cooperação.

Suster a ofensiva da reacção

Sempre afirmámos que a política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista seria acompanhada de medidas administrativas e de regulamentações restritivas das liberdades. E isso que se tem verificado.

O direito de organização dos trabalhadores é atingido por limitações à actividade, pela perseguição das comissões de trabalhadores e dos delegados sindicais, pela impunidade da repressão patronal, estimulada e apoiada pelos partidos reaccionários.

Os trabalhadores de Santo Tirso sofrem na sua própria carne essa situação e quero aqui expressar, em nome do Comité Central e da solidariedade do Partido aos delegados sindicais e trabalhadores grevistas despedidos ou processados no Arnaldo Abreu, na Pereira e Ferreira na Fiatec e na Sofil.

Os patrões reaccionários têm de convencer-se que o tempo da escravidão acabou e que não vivemos mais sob uma ditadura mas num regime democrático, que reconhece os direitos de organização e a liberdade sindical dos trabalhadores.

Estão fora da lei e fora do regime os patrões que não reconhecem Comissões de Trabalhadores, que despedem membros das CT's e delegados sindicais, que formam milícias privadas e utilizam grupos de aterrorizadores.

Os trabalhadores lutam e lutarão contra estes abusos, ilegalidades e violências. O PCP reclama do Governo e das autoridades medidas efectivas para pôr termo ao clima de intimidação, chantagem, perseguição e violência nas fábricas, nas empresas e nos campos.

Nas condições actualmente existentes em Portugal o PCP não reclama novas nacionalizações e defende que devem ser asseguradas ao sector privado condições de regular funcionamento. Mas devem ser ao mesmo tempo assegurados aos trabalhadores todos os direitos e liberdades reconhecidas na Constituição.

Se há patrões reaccionários que se querem tornar senhores de escravos, que reprimem, despedem, expulsam, fazem agredir e maltratar os trabalhadores, não são dignos de lhes seja reconhecido o direito de possuírem e dirigir empresas e estão perante condições para que amanhã as suas empresas sejam mais urgentemente nacionalizadas e sejam eles próprios expulsos das fábricas para que acabem de uma vez para sempre as violências e as humilhações de quem trabalha.

O Governo PS-CDS volta-se contra os direitos e liberdades dos trabalhadores. Tolerar as violências patronais. Dá entrada livre no aparelho de Estado a elementos reaccionários. Revê justos "saneamentos" do grande patronato, integra em altas funções magistrados que, no tempo da ditadura, acusavam e condenavam artificialmente nos tribunais plenários. Permite que a mais violenta e ignóbil propaganda e actividade fascistas, grupos de aterrorizadores neonazis, acções desestabilizadoras, o separatismo antinacional, as conspirações, corram à rédea solta.

Os direitos dos trabalhadores, as conquistas da revolução, o regime democrático e a própria independência nacional estão ameaçados de dois lados fundamentais.

De um lado, pelo Governo de coligação PS-CDS. De outro lado, pelas forças de extrema direita que preparam o assalto ao poder, forças armadas de momento numa outra coligação, que é menos falada, a coligação MIRN-PPD, Kaúlza-Sá Carneiro, que se estende a largos sectores do CDS e conta com complicidades um pouco por toda a parte.

Nós advertimos contra o perigo das acções desestabilizadoras do fascismo e da reacção, contra as suas conspirações e os seus planos que têm como objectivo tomar o Poder, destruir as conquistas da revolução, liquidar o regime democrático consagrado na Constituição e instaurar uma nova ditadura.

Ao mesmo tempo que se combate a política do Governo impõe-se desmascarar os planos fascistas e reaccionários, combater as suas actividades desestabilizadoras e unir todos quantos querem defender o regime democrático, isolar e cortar o passo aos conspiradores.

A reacção é forte. Mas o povo unido, organizado, combativo e confiante está em condições de derrotá-la.

Desde o 25 de Abril de 1974 têm sido constantes as ofensivas

do fascismo e da reacção, e numerosas vezes foram planeados e algumas vezes desencadeados golpes contra-revolucionários.

A reacção tem avançado. Mas os seus propósitos de liquidar as liberdades e as outras conquistas da revolução têm até hoje fracasado.

Continuamos a confiar em que, distinguindo as diversas ameaças, os trabalhadores e as massas populares, as forças democráticas, saberão unir-se, e saberão lutar e que cortarão por um lado o passo à conspiração e acabarão por impor por outro lado, no quadro das instituições, um novo governo e uma nova política, um governo democrático e uma política democrática, não ao serviço do grande capital, dos grandes latifundistas e do imperialismo, mas ao serviço exclusivo do nosso povo e da nossa pátria.

Os acontecimentos nas Forças Armadas

Os acontecimentos dos últimos dias em lugares de chefia das Forças Armadas ocupam uma grande parte das atenções e das inquietações do Povo português.

Consideramos haver nesta questão dois aspectos a separar. Um são certas alterações que se verificaram em postos de chefia. Outro é a frenética e descabelada campanha de desestabilização militar de que a imprensa reaccionária se fez eco, que precedeu essas alterações e que parece querer continuar.

O PCP adoptou e mantém uma posição extremamente serena em relação às Forças Armadas.

Até à nossa acção política geral, não nos empecinamos nas questões militares, evitando fazer comentários acerca de factos e declarações, temos procurado contribuir para a unidade das Forças Armadas na defesa do regime democrático e da independência nacional.

Isto não pode porém significar que não tomemos posição em duas questões fundamentais.

Uma é o apreço, como portugueses e como democratas, pelos heróicos capitães do 25 de Abril, a cuja coragem e decisão se deve a libertação de Portugal da tirania fascista e que por isso serão sempre credores da gratidão do nosso povo.

Outra é que não podemos nem devemos silenciar a campanha de desestabilização militar levada a cabo pelas forças reaccionárias bastando ler a imprensa reaccionária e conhecer as declarações do MIRN e do PPD-Sá Carneiro, para verificar a extrema violência dessa campanha e avaliar os seus objectivos.

A reacção acusa e calunia chefes militares. Faz o elogio de uns e insulta outros. Revela segredos de Estado. Afirma quem deve e quem não deve desempenhar tais ou tais funções. Desenvolve intrigas com vista a cavar novos antagonismos, conflitos, desconfianças e divisões. Ataca directamente dois órgãos de soberania: o Conselho da Revolução e o próprio Presidente da República. E procura assim criar condições para a mudança de cargos, o afastamento de muitos dos que estão e a entrada de reaccionários para o seu lugar.

O que a reacção pretende não é a disciplina nas Forças Armadas pois constantemente faz apelos à indisciplina. Não é o respeito pela hierarquia porque constantemente se subleva contra a hierarquia quando esta se não verga às suas pressões.

O que a reacção pretende é afastar das Forças Armadas o 25 de Abril e afastar as Forças Armadas do cumprimento da Constituição, cujo aniversário hoje comemoramos, que a reacção quer destruir, mas que o nosso povo saberá defender.

Toda esta ampla, insistente e perigosa campanha de desestabilização acompanha manifestamente planos de assalto ao poder político, de liquidação da democracia portuguesa, de regresso ao vergonhoso passado de antes do 25 de Abril.

Esta situação provoca necessariamente a reflexão baseada na rica experiência do processo de democratização da vida portuguesa desde o 25 de Abril.

Esta experiência mostra duas coisas: a primeira é que a reacção tem como uma das direcções fundamentais da sua actividade a divisão das forças democráticas; a segunda é que por vezes se separaram, se opuseram e se combateram forças e homens que, para bem da causa da liberdade e dos interesses nacionais, deveriam e poderiam ter-se manido unidos.

O PCP continuará a mesma orientação e a mesma conduta de serenidade e responsabilidade ante os acontecimentos. Defensor da estabilidade democrática como indispensável à defesa do regime, o PCP continua a considerar que a unidade das Forças Armadas no quadro do respeito pelas Instituições é hoje mais necessária do que nunca.

Pela sua parte, com a calma, o sangue frio, a serenidade que a situação exige, o PCP procurará contribuir, pela sua acção política geral, para que essa unidade se reforce.

O esquerdismo com a reacção

Não é por acaso que neste preciso momento de dificuldades e perigos e de ofensiva desestabilizadora das forças reaccionárias, o esquerdismo se reactiva por toda a parte,

procurando explorar o justo descontentamento e indignação populares e lançar os trabalhadores e as massas populares em tipos de acção aventureiristas que só podem facilitar os planos golpistas da reacção.

Os esquerdistas são os corvos do descontentamento popular. Aparecem sempre com palavras ultra-revolucionárias a sementeira a dúvida, a confusão, a divisão. E em geral, quando a situação aquece, desaparecem para durante muito tempo ninguém mais os vê.

Desde o 25 de Abril até hoje, em todos os momentos de crise, o esquerdismo desenvolveu uma acção convergente com a da reacção contra as forças revolucionárias, contra a democracia e o progresso social.

O esquerdismo é utilizado pela reacção como instrumento de divisão e desorientação dos trabalhadores, como uma arma da luta anticomunista e de ataque à principal força do movimento operário e popular — o Partido Comunista Português.

A reacção sabe bem que o PCP, pela sua consequente orientação democrática, a sua forte organização, a sua actividade militante, a sua experiência, os seus quadros, a sua dedicação à causa do Povo e do País, é hoje, entre as forças políticas portuguesas, a única capaz de dinamizar, de dar coerência, de unificar numa mesma frente e numa mesma torrente, as forças sociais e políticas interessadas na defesa e prosseguimento do regime democrático.

Diminuir a influência do PCP, combatê-lo, provocar o ódio vesso da burguesia contra ele por um lado e a desconfiança das massas na sua capacidade revolucionária por outro, é um objectivo constante da reacção.

O papel fundamental de força divisionista e de intriga pseudo-revolucionária contra o movimento operário, designadamente contra o movimento sindical e contra o PCP, é atribuído pela reacção ao esquerdismo.

Não é por isso ocasional que seja este o momento escolhido para lançar um novo partido esquerdista, o partido oelista, que ainda não está criado já começa as suas campanhas contra o movimento operário e contra o PCP.

No seu primeiro documento a que chama "Manifesto", este grupo aparece logo a acusar o PCP de se ter auto-arvorado em vanguarda da classe operária e de não ser revolucionário.

Esta gente, que tem altas responsabilidades nas dificuldades e derrotas que tiveram lugar no processo revolucionário, não tem feito literalmente nada de útil, mas aparece, agora, quando a reacção avança, não para se opor de facto à reacção, mas para tentar enfraquecer a barreira do movimento operário e popular (com as organizações de classe, com o PCP) que se opõe de facto à reacção.

Com uma estafada linguagem basista, falam indignados contra o que chama as cúpulas partidárias, quando eles, sem base que se veja, pouco mais são do que uma cúpula, e uma cúpula tão cúpula, que acaba por se resumir a um pretendo caudilho ou salvador a falar em nome das "bases" para assim pretender comandá-las.

O movimento operário e popular possui uma extraordinária experiência e hábitos de trabalho colectivo e de responsabilidade e responsabilização colectivas. A sua força vem-lhe da sua grandeza, da sua organização, da sua unidade. Não precisa de caudilhos ou salvadores que, esses sim, se querem auto-arvorar em dirigentes, comandantes ou "chefes" da classe trabalhadora.

Os trabalhadores não embarcarão nesta nova manobra de confusãoismo e de divisão que se junta às actividades da UDP e outros grupos semelhantes.

Quando esta gente, ao lançar a constituição de um novo grupo, faz apelo à "utilização da força e da violência revolucionária", é evidente que tais proclamações servem apenas para dar novos pretextos para o avanço das forças reaccionárias.

Estes apelos à utilização da força e da violência revolucionária, assim como ao terrorismo revolucionário, são é certo palvreado muito conhecido antes e depois do 25 de Abril.

Mas como a experiência mostra que a reacção manobra os grupos esquerdistas e se serve deles como factor de provocação que o PCP condena firmemente actividades terroristas venham donde vierem.

O PCP condena igualmente o banditismo político, através do qual certos grupos procuram justificar por motivos políticos os seus assaltos, a Bancos, quando de alguns se pode dizer que a sua única actividade conhecida são precisamente esses assaltos.

Por tudo isto, lutando contra a reacção, é necessário ao mesmo tempo dar combate ao esquerdismo, nas suas múltiplas manifestações e expressões.

A unidade necessária

As consequências da política do Governo PS/CDS ao serviço dos grandes capitalistas e dos senhorios ricos atingem todos os trabalhadores, independentemente das suas opiniões políticas ou crenças religiosas.

O Governo, ao nomear pessoas para qualquer cargo, pergunta a que partido pertencem e em que partido votaram, para dar, naturalmente, preferência aos reaccionários.

Mas o desemprego, a miséria, a ruína, quando batem à porta dos trabalhadores, não perguntam se quem lá mora votou num ou noutro partido, é comunista ou é socialista, é católico ou não o é.

Es na Marinha Grande: ali e a Constituição inpatíveis»

quando da apresentação do Programa do II Governo Constitucional afirmou que "como socialista não podia deixar de falar em opção socialista" mas, afirmou ele, "não se trata agora de construir o socialismo, trata-se de recuperar a economia deste país".

Claro que colocar o problema nestes termos falsifica a fundo da questão. Primeiro, ninguém exigiu ou podia exigir que se construísse agora o socialismo. O que a Constituição exige é que numa fase transitória se encaminhe o país nessa direcção. Segundo, é que, colocando assim a questão, o dr. Mário Soares insinua que o socialismo é incompatível com a recuperação económica. Mas o contrário é que é verdadeiro. A grave crise económica que afecta o país, o atraso de meio século no desenvolvimento industrial e agrícola, só pode ser recuperado se o esforço de todos os portugueses em especial das massas trabalhadoras for canalizado nessa

direcção. Terceiro, ao renunciar a encaminhar o país pela via do socialismo, o dr. Mário Soares entra em conflito com o artigo 2 da Constituição.

Depois de lembrar o articulado constitucional, o camarada Joaquim Gomes passou a recordar, em cada caso, a política que o Governo tem levado ou tenta levar a efeito, pondo de lado um projecto que o Povo português fez seu. O dirigente comunista aludiu ainda aos ataques que a direita reaccionária desferiu contra as instituições democráticas e a finalizar, dirigindo-se especialmente aos trabalhadores da «Manuel Pereira Roldão», deixou expresso o seu voto de protesto quanto à forma como o Governo está a tentar solucionar esta importante questão.

Defendendo os interesses do capital e dos patrões, mesmo que sejam incompetentes e sabotadores, o Governo não serve os interesses do país nem respeita o preceituado na Constituição.

ENSINO PARA A DEMOCRACIA E A DEMOCRACIA PARA O ENSINO

Distrito de Setúbal: boa participação nos trabalhos preparatórios

O distrito de Setúbal avança com a sua contribuição e o seu esforço para a realização do Encontro Nacional sobre a Educação e o Ensino. Numa breve entrevista fomos ouvir o camarada José Cavaco, membro da DORS e membro da Comissão Nacional para o Encontro. Sobre o andamento do trabalho, disse-nos:

— Para a Organização Regional de Setúbal, o Encontro tem muita importância. Os professores debatem-se com muitos problemas e são muitos a pensar que esta iniciativa do Partido vai ajudar a resolver algumas questões. Há muitos professores, não ligados ao Partido, que se interessam ou em participar ou em conhecer as conclusões. Podemos citar o exemplo de uma escola primária onde há só dois comunistas e 15 outros professores trabalham com eles na preparação dos trabalhos.

Coordenadora do Encontro junto da DORS, a partir dos professores comunistas e de responsáveis políticos de 7 concelhos. Esta Comissão organizou o Encontro Distrital de 28 de Janeiro, ao qual o «Avante!» se referiu, a partir daí, estamos a realizar encontros concelhios. Esta semana realizam-se o de Setúbal e o de Almada.

Este trabalho tem sido preparado em largas reuniões unitárias, com professores e outras estruturas ligadas aos problemas da educação e do ensino.

Alguns pontos fundamentais sobre os quais incidem os debates e os estudos: o levantamento da situação por concelho; a análise dos textos centrais em reuniões unitárias; a caracterização dos aspectos da educação e ensino no distrito — autarquias e ensino; educação popular; formação profissional nas empresas; gestão democrática; funcionamento dos estabelecimentos de ensino e ainda o ensino unificado. Estes três últimos aspectos ligam-se ao ensino preparatório e ao secundário, enquanto que o primário e o especial constituem aspectos separados. O ensino especial está a ser analisado através do trabalho realizado pelas Cooperativas de

esclarecesse o modo como essa participação se verifica.

— Quanto a escolas de formação profissional — começou por dizer-nos — tem havido um trabalho de cooperação entre os professores e as Comissões de Trabalhadores, nomeadamente de empresas como a Quimigal, a Lisnave, a Siderurgia, a Setenave e a CP. A educação popular tem merecido a atenção dos professores e de Comissões de Moradores e colectividades.

— O facto de no distrito ser um traço marcante o participarem outras estruturas para além das de professores levou-nos a pedir ao camarada que

A autarquia e o Ensino é um tema abordado pelos professores em colaboração com membros eleitos das autarquias.

Para nós — fez questão de sublinhar — isto é um trabalho de arranque, dado que nunca houve outras iniciativas deste tipo. Toda a população do distrito, trabalhadores, moradores, professores, têm participado na abordagem do problema, que é nacional.

Pensamos realizar ainda, no próximo dia 9, no Barreiro, um encontro distrital sobre o desporto. Desporto, tempos livres, organização dos professores de educação física, serão temas abordados.

A finalizar, o camarada José Cavaco afirmou ainda: A grande participação até hoje verificada nas sessões tem permitido alargar o debate para fora da escola. E o Encontro Nacional de 22 e 23 deste mês não será o fim mas o princípio de todo um trabalho que desejamos aprofundar.

Ainda ze

Mértola	3 078500
Moura	4 050800
Odemira	3 510500
Ourique	3 600500
Serpa	56 325500
Vidigueira	20 310500
Comissão Distrital	4 030900
Total do distrito	250 677900



CAMPANHA 3 MIL CONTOS

Montemor	97 793800
Mora	32 540550
Portal	10 863550
Redondo	8 600500
Reguengos	3 030500
Vendas Novas	103 727820
Viana	27 538510
Vila Viçosa	28 619550
Comissão Distrital	11 000500
Total do distrito	629 093520
Iniciativas da DORA	31 844510
Total da DORA	1 076 994510

A pesar do entusiasmo o sector é de tal modo difícil que esta iniciativa representa um bom arranque mas ficaremos muito aquém do necessário.

Falamos então da dinamização do trabalho:

— A dinamização tem sido feita por uma Comissão

Sessões e debates

O amplo trabalho que em muitas regiões do país se desenvolve, preparando o encontro, tem atraído a sessões, realizadas a vários níveis e com temas variados, muitos comunistas, professores ou outros trabalhadores de algum modo ligados aos problemas da educação e do ensino.

Também nas sessões alargadas ou públicas, muitos democratas têm procurado dar o seu contributo com as suas sugestões e críticas, num debate muito amplo.

No próximo domingo, entretanto, reúne a Comissão Nacional, às 9 e 30, no Centro de Trabalho de São Bernardo, com a finalidade de fazer um balanço do trabalho realizado e de tomar ainda algumas decisões sobre o Encontro que terá lugar a 22 e 23 do corrente mês de Abril nas instalações da «Voz do Operário», em Lisboa.

Ribatejo também intensa actividade tem mobilizado comunistas e outros democratas para a preparação do Encontro. De Santarém nos chega a notícia de que um proveitoso trabalho unitário tem permitido avançar em reuniões e sessões, prevenindo-se para o próximo dia 11 uma reunião aberta a todos os professores, no Centro de Trabalho de Santarém, para a discussão do documento «Bases de Um Sistema de Formação de Professores».

Entretanto em Abrantes, no próximo dia 13, no Centro de Trabalho de São Domingos, pelas 21 horas, o camarada Rogério Fernandes fará uma conferência durante a qual abordará os temas «Objectivos do Ensino» e «Avaliação». A conferência será aberta a todos quantos queiram participar.

Da Marinha Grande e de Vieira de Leiria sabemos que muitas sessões e colóquios têm sido levados a efeito. Anunciam-se entretanto, na Marinha Grande: Dia 6 — pelas 21 horas, na Coléctividade do Cassal Galego, sobre «Cultura Física e Desporto»; pelas 21 e 30, na sede da Associação de Amizade sobre «Gestão Democrática» e «Formação de Professores»; Dia 7 — pelas 21 e 30, na Sala de Reuniões do Sindicato Vidreiro, sobre «Cultura Física e Desporto»; Dia 8 — pelas 21,30, no Sport Operário Marinhenses sobre «Ocupação dos Tempos Livres» e «Combate à ideologia fascista nas Escolas»; Dia 11 — pelas 21 horas na sede do Lisboa e Marinha, sobre «Desporto»; Dia 12 — pelas 21 e 30, no Teatro Stephens sobre os temas «A Transformação Democrática no Ensino após o 25 de Abril» e «A Educação e o Ensino na Perspectiva Constitucional», com a presença do camarada Rogério Fernandes.



A mesa que presidiu aos Trabalhos em Almada, vendo-se ao centro o camarada Jaime Serra

Encontro de quadros do PCP nas organizações populares do concelho de Almada

Realizou-se no passado dia 1 de Abril, nas instalações da Incrivel Almadense, o 1.º Encontro concelho de quadros do Partido nas organizações populares do concelho de Almada.

No encontro, em que se fez o balanço da actividade da organização popular, analisou-se ainda a importância do reforço do movimento popular na actual situação política, e também, em grupos de trabalho, problemas de habitação e urbanismo, transportes, equipamento e meio ambiente, saúde e assistência, infância, terceira idade, cultura, desporto, ensino, alfabetização, abastecimento e preços, funcionamento das comissões de moradores e autarquias locais.

Os trabalhos encerraram com a intervenção do camarada Jaime Serra, da Comissão Política do CC do PCP.

Das conclusões do trabalho por grupos, ressaltam em primeiro lugar as enormes carências habitacionais do concelho de Almada — cerca de doze mil fogos

são indispensáveis para alojamento de famílias que vivem em barracas, sublocadas ou em fogos superlotados. Para a resolução de tão grave problema considerou-se necessário o desenvolvimento de acções de cooperação e coordenação entre o CELPH, as autarquias locais e o Fundo de Fomento de Habitação, bem como a rápida revisão dos problemas parciais de expansão da área urbana.

Por outro lado, as conclusões apontam para a rápida definição de uma política de solos racional; para a correcção dos desvios resultantes da expansão dos clandestinos e criação de infra-estruturas; para a criação, pelas autarquias, de logradouros públicos e áreas de descompressão nas zonas urbanas e ainda o aumento das áreas destinadas à prática desportiva e recreativa e para o estacionamento de veículos.

No campo dos problemas de abastecimento e preços, os trabalhos apontaram para a necessidade de criação de

Mercados Municipais nas freguesias onde ainda não existem, e as vantagens da centralização dos produtos da Reforma Agrária na CRA e a sua ligação com as cooperativas de consumo. Os participantes exigiram, por outro lado, a manutenção dos preços dos artigos do cabaz de compras e a inclusão no referido cabaz das rendas de casa, água, luz e transportes.

Quanto aos transportes, concluiu-se que a Assembleia Popular do Concelho de Almada é a estrutura popular organizada capaz de coordenar e promover as diversas medidas que neste campo se impõem e que tais iniciativas deverão ser orientadas pelas comissões de moradores, em colaboração com os órgãos autárquicos e com o seu apoio material e técnico.

Entre os diversos problemas analisados destaca-se o debate sobre o apoio a prestar à infância, nomeadamente através da criação de mais creches e jardins infantis

populares, tendo sido sublinhado o importante papel que neste campo vem sendo desempenhado pela AIPCA.

No final do encontro, como já referimos, o camarada Jaime Serra fez uma análise da actual situação política, referindo-se em detalhe ao agravamento das condições económicas e financeiras do país. A propósito, Jaime Serra salientou quanto a entrada do CDS para o Governo se fez sentir na prossecução da política de recuperação capitalista, agrária e imperialista, como aliás o PCP previra e prevenira.

É nesta situação do avanço da direita, disse, facilitado pelo desmisionismo e capitulação da direcção do PS, que mais avulta a importância da existência e a acção das organizações populares. A unidade de acção da classe operária com o movimento popular de massas, sublinhou, constitui cada vez mais uma sólida barreira que se opõe aos propósitos e manobras das forças da reacção.



O momento de uma votação

«O grande problema das autarquias é a falta de autonomia»

— afirmou ao «Avante!» Germano Madeira presidente da Junta de S. Sebastião (Setúbal)

Há pouco menos de ano e meio que em muitas das autarquias do país, membros da FEPU, eleitos pelo povo, vêm-se esforçando para levar a bom termo o que durante as eleições se comprometeram a realizar. Nem sempre é fácil a tarefa em que se empenharam mas, em colaboração com as populações organizadas, o seu esforço quotidiano produz frutos. Foi sobre a actividade, as dificuldades e as perspectivas do trabalho da autarquia a que preside que entrevistámos o camarada Germano Madeira, presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião, concelho de Setúbal.

O camarada Germano Madeira é um velho militante comunista. Os seus 54 anos de idade estão cheios da experiência da luta, desde os tempos da sua juventude. Passou pelas prisões do fascismo. É sindicalista activo, membro da actual direcção do Sindicato dos Metalúrgicos de Setúbal. À frente da Junta da Freguesia de São Sebastião é também a luta pela melhoria das condições de vida do povo que o anima.

Perguntámos-lhe como caracterizava o sector em que trabalha:

— Há sectores muito mais avançados do que o nosso concelho — começou por afirmar. — Apenas em São Sebastião se verifica que o trabalho avança, é a única freguesia que está mesmo a trabalhar e a dar o que nos com prometemos na Campanha eleitoral. É também a única freguesia do concelho em que a FEPU venceu, e no executivo encontram-se três elementos da Frente Eleitoral, três socialistas e um gup que há muito tempo não aparece. Constituímos na realidade — o que é importante — um grupo homogéneo, socialistas e membros da FEPU, e trabalhamos em unidade. Em nenhuma votação tivemos necessidade de recorrer ao

escrutínio secreto pois as decisões têm-las tomado por consenso.

E nas outras freguesias? — Noutras freguesias tem havido dificuldades, por falta de consciência dos outros elementos. Os membros da FEPU, no entanto, têm sido verdadeiros militantes, no sentido em que procuram cumprir aquilo a que se comprometeram na Campanha.

Qual o problema maior que se levanta à gestão da autarquia?

— O nosso grande problema, neste momento, reside na falta de autonomia tanto financeira como executiva. Nós não podemos dar um passo sem que tenhamos de pedir licença aqui ou ali — na Câmara ou no Governo Civil. Logo no início do mandato propusemos à Câmara a convocação de reuniões periódicas com vereadores da Câmara e elementos de todas as 6 freguesias para se poder conhecer a generalidade dos problemas a nível do concelho. Essas reuniões — que se chegaram a realizar e eram positivas — deixaram de ser convocadas por motivos que desconhecemos.

Na Assembleia Municipal — continuou o camarada — houve entretanto uma proposta da FEPU para que se

formasse um grupo de trabalho ligado às Organizações Populares de Base. Uma contraproposta do PS, que venceu, estabeleceu que esse grupo de trabalho reunisse com as Juntas. Mas nunca chegámos a reunir porque os outros presidentes das juntas não apareceram.

Apesar das dificuldades que apresentaste, o trabalho avança?

— Temos procurado avançar sempre. Para além das carências da freguesia, a que procuramos responder, temos um trabalho realizado em relação à infância, à terceira idade, desenvolvemos trabalho relacionado com creches, jardins de infância e centros-guia para a terceira idade. Temos tentado dinamizar as Comissões de Moradores, que consideramos ser de importância extraordinária para o desenvolvimento da freguesia.

Há ainda um projecto que vai reger as creches e jardins de infância com a participação das comissões de moradores. Com a Assembleia de Freguesia não podemos contar. Tem havido muitas convocações e há falta de quorum, basta dizer que todos os membros PS desta Assembleia já perderam o seu mandato por faltas, à excepção



Germano Madeira

do presidente — mas os novos membros continuam a não aparecer e a não posse e investidura apesar das 3 ou 4 convocações já feitas.

Voltando às relações com a Câmara...

— Temo-lha abordado para resolver problemas da nossa freguesia. Por exemplo, num caso de 2 moradores que têm casas ameaçadas por desabamento de barreiras. Por telefone foi-nos dito que, mesmo as Juntas de Freguesia que querem ter reuniões, o façam por escrito, com proposta de Ordem de Trabalhos, e que aguardássemos a resposta. Ora, se vierem mais umas chuvas, as pessoas perdem as casas. Consideramos a atitude do Presidente da Câmara um abuso dos poderes que tem, abuso que afecta grandemente as populações porque há casos de emergência que não podem esperar e perder tempo com burocracias.

E o vosso plano de actividades?

— Está complicado. O plano deve estar ligado à situação

económica das juntas. Sucede que, sem autonomia, as Juntas pouco podem avançar porque estão dependentes da burocracia da Câmara e, incompreensivelmente, do Governo Civil.

Numa das actividades que empreendemos — as creches e jardins de infância — temos necessidade de constituir um Gabinete de apoio a essas instituições. Depois de muita insistência, as juntas, elementos do IFAS e vereadores da Câmara foram recedidos pelo Governo Civil, que «deu luz verde» para avançar tendo em conta os orçamentos das juntas.

Para a criação desse Gabinete solicitámos então à Câmara que fossem requisitados, a título de destaque, indivíduos do Quadro Geral de Adidos para arrancar com o processo.

Isto envolvia que essas pessoas ficassem a fazer parte dos quadros das juntas. No nosso orçamento solicitámos à Câmara uns 7 milhares de contos, o que não é fantástico, visto que o plano creches e jardins de infância envolve a necessidade de pessoal e este pessoal deve ter garantia de emprego e regalias sociais que ainda não tem. Nessas verbas estão incluídos cerca de 700 contos só para o funcionamento burocrático da Junta.

Ora a Câmara mandou para as justas a mesma importância do ano anterior — pouco mais de 500 contos — o que nem sequer chega para os salários dos funcionários da Junta.

Quanto à centena de contos que o Governo Civil pôs

à disposição de cada Junta de Freguesia do distrito, nada sabemos de concreto. Perguntámos ao Presidente da Câmara e ele respondeu-nos que também não sabia. Entretanto os 100 contos já chegaram, com a indicação de que deveriam ser gastos na zona rural. Sucede que os problemas não são só de zona rural. Por outro lado há pequenas freguesias no concelho sem zona rural, o que revela que a distribuição não é equitativa. Por exemplo, à Junta de Freguesia de São Sebastião corresponde cerca de 45 por cento da população do concelho que tem 6 freguesias. A nossa tem mais de 40 mil habitantes.

A autonomia das juntas obriga a uma descentralização dos serviços da Câmara, de modo a que todos os problemas fossem solucionados. Problemas às vezes pequenos — como a licença para a construção de uma arrecadação — demoram meses a conseguir na Câmara ao passo que na Junta poderia ser resolvido num máximo de uma semana. A vida, o custo de vida, aumenta diariamente e os custos, passados meses, são muito maiores e afectam as pessoas que fazem requerimentos.

Perspectivas?

— Passado quase ano e meio, os camaradas da FEPU não estão desanimados. Tentamos por todos os meios dar cumprimento ao prometido. Para tal temos necessidade da colaboração das Comissões de Moradores e de uma política melhor da parte das entidades administrativas.

Reformados em desacordo com «passe» criado pelo Governo

A Comissão Coordenadora Nacional dos Reformados, em comunicado recentemente divulgado, manifestou o seu desacordo pelo passe para a terceira idade criado pelo Governo, pois este não corresponde às reivindicações dos reformados idosos, nomeadamente quanto a descontos nos transportes urbanos e de médio e longo curso, sem mínimo de idade e quilómetros.

Ainda segundo aquela organização a solução encontrada é discriminatória porque, por um lado, esquece pensionistas em situação económica idêntica à da terceira idade — pensionistas de invalidez, sobrevivência e acidentes de trabalho com capacidade permanente de, pelo menos, dois terços — e, por outro lado, não abrange aqueles que habitam foram dos concelhos de Lisboa e Porto.

Assembleia de Freguesia de Cedofeita defende o direito à habitação

A Assembleia de Freguesia de Cedofeita, no Porto, aprovou na sua última reunião uma proposta apresentada pelo PS em que se lamenta a revogação do Decreto-Lei 198/A/75, segundo o qual as Câmaras Municipais, juntamente com as Juntas de Freguesia, podiam forçar os senhorios a alugar as casas vagas.

Note-se que a partir da revogação daquele decreto muitos são os senhorios que mantêm as casas devolutas na mira de conseguirem vir a cobrar rendas ainda mais altas.

Na proposta aprovada, a AF de Cedofeita exige ainda a urgente publicação de legislação que altere a actual lei dos despejos, para além da atribuição às autarquias de poder para obrigar os senhorios a alugar as casas vagas, de forma a que se aplique de facto o inalienável direito de todos os cidadãos a uma habitação condigna.

Vereadores da FEPU de Aljustrel prescindem de verbas das senhas de presença

À semelhança do que tem vindo a suceder por todo o país, e na medida das possibilidades, os vereadores da FEPU na Câmara Municipal de Aljustrel decidiram prescindir das verbas correspondentes às senhas de presença nas reuniões do município, a que por lei têm direito.

As referidas verbas revertem a favor da Filarmónica e do Lar da 3.ª idade de Aljustrel, contribuindo desta forma para o desenvolvimento da actividade de organismos populares ao serviço da colectividade.

Assembleia de Freguesia em Odivelas

Para aprovação do relatório e contas do respectivo executivo, referentes ao ano transacto, reúne-se amanhã a Assembleia de Freguesia de Odivelas.

A sessão, que se realiza na Sociedade Musical Odivelense, tem início às 15 horas.

Câmara do Barreiro solidária com a juventude

Por ocasião da passagem do Dia Nacional da Juventude, 28 de Março, a Câmara Municipal do Barreiro dirigiu uma mensagem aos jovens do concelho, em que se salienta que a juventude sempre lutou estolicamente contra o fascismo e contra a guerra colonial, antes do 25 de Abril, e já depois tem contribuído decisivamente para o alcance das conquistas da Revolução e a instituição do estado Democrático.

Por esse motivo, sublinha a mensagem, neste dia, dirigimos as nossas saudações e a nossa solidariedade à juventude pois contamos com ela para a vitória final.

Moradores de Gondomar contra aumento de rendas

A Associação de Moradores da Bela Vista, Gondomar, em moção enviada ao Presidente da República e ao Primeiro-Ministro, manifesta o seu vivo repúdio pelo anunciado aumento das rendas de casa, bem como por qualquer lei que não respeite os princípios definidos na Constituição da República Portuguesa.

O texto da moção, que faz notar que as rendas das casas na generalidade já são tão elevadas que muitos milhares de famílias de trabalhadores não as podem pagar e vivem em miseráveis barracas sem as mínimas condições para serem habitadas, sublinha que a ser aprovada tal aumento ele será mais um bolo oferecido aos senhorios ricos.

A moção da Associação de Moradores recorda ainda o número três do 65.º artigo da Constituição, onde textualmente se diz que o Estado adoptará uma política tendente a estabelecer um sistema de rendas compatível com o rendimento familiar.

FEPU apela para reconstituição do Conselho Municipal da Póvoa de Varzim

O Conselho Municipal aprovado pela Assembleia Municipal da Póvoa de Varzim não reflecte a importância social e a acção desenvolvida pelas organizações locais, desprezando um factor de elemental justiça, que é o da representação proporcional das organizações escolhidas — denuncia a FEPU em comunicado à população.

Segundo a Frente, que havia apresentado uma proposta (rejeitada), para a participação no Conselho de representantes dos sindicatos, organizações económicas, colectivas recreativas e desportivas, cooperativas, organizações culturais, comissões de moradores e de trabalhadores, associações humanitárias e de benemerência, o Conselho Municipal nomeado é o resultado da deficiente e deturpada compreensão de alguns membros da Assembleia Municipal que não se apercebem dos reais e verdadeiros objectivos daquele órgão autárquico.

Confiante no espírito democrático da Assembleia, a FEPU apela para que aquele órgão reveja a sua decisão, reconstituindo o Conselho Municipal por forma a que a sua composição reflecta o mais fielmente possível a realidade social e económica do concelho da Póvoa de Varzim.



Jogos Florais

JUVENTUDE

TEMA GERAL

«A JUVENTUDE E O PORTUGAL DE ABRIL»

Poesia, Crónica ou Reportagem e Fotografia

Júri

Poesia — Mário Castrim, Ary dos Santos e Casimiro de Brito

Crónica/Reportagem — Urbano T. Rodrigues, Alexandre Cabral e Álvaro Salema

Fotografia — Augusto Cabrita e José Araújo

*

Prazo de recepção termina a 8 de Maio de 1978

FEPU presta contas da sua actividade em Azambuja

Com a finalidade de prestar contas públicas da sua actividade na Azambuja, o Secretariado da FEPU daquele concelho promove amanhã, em Aveiras de Cima, um encontro aberto com toda a população.

O encontro da FEPU surge na sequência de inúmeras irregularidades que se têm vindo a verificar nas últimas reuniões da Assembleia Municipal, cujo presidente utiliza constantemente o seu voto de qualidade para desempate de votações. A situação, segundo um comunicado divulgado pela Frente, atingiu o auge aquando da recente nomeação dos membros do Conselho Municipal.

Com efeito, embora os elementos da Assembleia Municipal tivessem acordado em anteriores reuniões que a votação das propostas para o Conselho Municipal seriam feitas por voto secreto (que não

permite o voto de desempate), o presidente da mesa, interino por demissão do efectivo, decidiu à última hora ignorar pura e simplesmente o requerimento anteriormente aprovado, não tendo a proposta da FEPU sido sequer admitida à discussão.

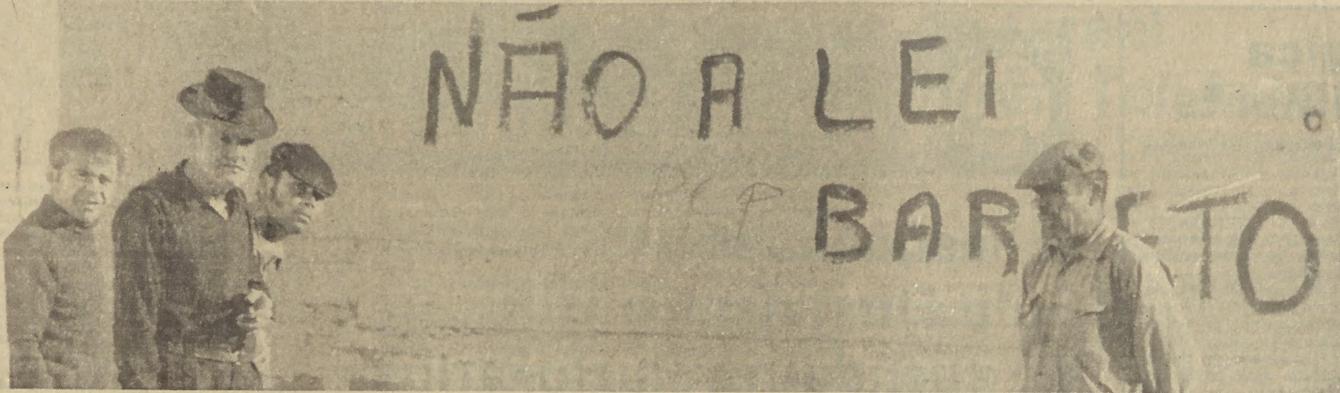
«Graças» a tal expediente, a proposta do PS sobre a constituição do referido Conselho viria a ser aprovada... com o voto de desempate do dito presidente. Desta forma, a Assembleia Municipal ignora as Comissões de Trabalhadores com sede naquele concelho e que representam mais de dois mil trabalhadores; da mesma forma que ignora as

Comissões de Moradores e ainda a Liga dos Pequenos e Médios Agricultores, sector da população com maior peso social e económico no concelho da Azambuja.

Por outro lado, e curiosamente, terá assento no Conselho Municipal um Sindicato sem representatividade, o dos Escritórios, que agrega apenas 80 sócios. Resta saber se nesta escolha terá pesado o facto daquele sindicato (?) pertencer ao movimento fantasma da chamada «Madisca — Carta Aberta».

Enquanto isto, os Sindicatos da Construção Civil e da Indústria Alimentar foram ostensivamente esquecidos, não obstante qualquer deles ser inculcavelmente mais representativo do que o dos Escritórios.

Segundo o comunicado da FEPU, só a má vontade declarada do grupo PS



Uma frente: a luta jurídica em defesa da Reforma Agrária

Um dos aspectos menos conhecidos da resistência dos trabalhadores ao processo da contra-Reforma Agrária desencadeado com a equipa Barreto e Portas, consiste no que poderíamos designar por luta jurídica na defesa da Reforma Agrária, ou seja, o combate a todas as violações quer da Constituição quer dos diplomas legais que regulamentam aquela importante conquista da revolução.

Deste aspecto, da luta jurídica em defesa da Reforma Agrária, fala hoje ao "Avante!" Fernando Luso Soares, advogado de cerca de meio cento de unidades colectivas. No entanto, do que foi e é esta luta jurídica, ainda desta vez muito ficará por dizer. Forçando ao silêncio sobre casos concretos relacionados com esta luta, existe em vigor um Estatuto Judiciário, produzido muito antes do 25 de Abril, que interdita aos advogados falarem aos órgãos de Comunicação Social sobre os casos que têm pendentes em tribunal. A coberto deste despacho, a Ordem dos Advogados moveu um processo a Fernando Luso Soares por este, num curto depoimento à revista "Opção", ter indicado três hipóteses de tomada de posição dos tribunais perante o recurso posto por este advogado relativamente ao processo já julgado do caso Dias Coelho. Comentando esta mordaza, diz-nos o nosso entrevistado: Fernando Luso Soares: Acho este processo legal verdadeiramente desactualizado. É mais acho que constitui uma injúria feita aos juizes. As veiculações, por um lado, da

formação da opinião pública e, por outro lado, da livre convicção do juiz nada têm a ver uma com a outra. É evidente que constitui uma injúria para a magistratura

Entrevista com o advogado Fernando Luso Soares

"Avante!" — A luta jurídica na defesa da Reforma Agrária que vem assumindo cada vez maior importância, tem consistido afinal no combate a todos os abusos e tropelias realizados em relação aos diplomas legais que regulamentam a zona de intervenção nos campos, não é assim?

Luso Soares — Naturalmente que se se procura fazer a implantação de um Estado democrático de direito, como a Constituição define, a luta

jurídica ocupa uma importância fundamental. Como se sabe, as ocupações foram regulamentadas e sancionadas por um conjunto de diplomas legais dos governos democráticos até ao VI Governo. São eles fundamentalmente o 406/A/75 de 30 de Julho, que ordenou a expropriação dos prédios rurísticos com mais de 50 mil pontos e que estabeleceu no Artigo 2.º do direito de reserva e prescreve as condições em que era reconhecido. No Artigo 3.º determinou-se a publicação do acto de expropriação que tem por efeito imediato a nacionalização da área abrangida e a investidura do IRA na posse administrativa da mesma. Este foi o decreto para a zona do sequeiro, digamos assim, porque na zona de regadio foi o Decreto-Lei 407/A/75, de 30 de Julho, que definiu os perímetros de rega segundo um sistema mais

radical do que o decreto da expropriação do rústico sequeiro. Este último decreto, por força do próprio, operou a nacionalização geral. Quer dizer, enquanto para o sequeiro a lei permitia as expropriações, mas era necessário o acto da expropriação por portaria, para o regadio, a expropriação foi geral para determinadas áreas. Mas também no 407 em o reconhecimento da concessão de reservas.

Por que razão sublinho este aspecto? Porque é preciso termos consciência do que a atribuição do direito da reserva não é em si mesma uma violação dos direitos dos trabalhadores. Quando, por exemplo, se diz "esta UCP protesta contra a reserva concedida nas suas terras", tal expressão enferma de esquerdismo, é uma posição demagógica e sectária e pode contribuir para que o leitor vulgar, pouco informado, se convença de que o direito de reserva foi regulamentado numa legislação antipetista quando afinal tanto o 406 como o 407 foram diplomas legais que, ali dada a correlação de forças na altura, são revolucionários, pois vieram legitimar todo o processo já desencadeado da Reforma Agrária. É evidente que o mesmo não se poderá dizer de outros diplomas, surgidos depois, os quais constituem o corpo daquilo que, com propriedade, se tem

chamado a contra-Reforma Agrária.

... a política sistemática de recorrer

"Avante!" — A luta jurídica na defesa da Reforma Agrária surgiu num plano de maior intervenção depois de 1975. Na tua opinião qual a razão imediata?

Luso Soares — Depois de 25 de Novembro, aconteceu nos Centros Regionais da Reforma Agrária a mudança das pessoas. Sucedeu o que eu poderia classificar de nepotismo agrário: começaram a aparecer, como funcionários dos CRRA, os filhos, os netos, os tíos, os primos e as primas dos agrários expropriados. Esta nova gente começou a incluir ou não, conforme as conveniências na avaliação da pontuação) benfiteiras feitas pelos trabalhadores, e a fazer demarcações cujas contagens eram os mais possíveis vantajosas para os antigos latifundiários. Era a contra-Reforma Agrária. Ora, num estado de direito, uma solução essencial é a de se recorrer aos tribunais.

De entrada encontrei certa resistência. Alguns trabalhadores e sectores democráticos consideravam que a luta no plano jurídico desmobilizaria os trabalhadores do plano da luta directa, quando, ao contrário, pode dizer-se que, num dado processo,

as duas lutas se completam. A luta jurídica tem de ser uma forma de esclarecimento moral, intelectual, social, e os trabalhadores vão-na entendendo à medida e conforme ela se desenvolve. E não há dúvida que os trabalhadores depressa compreenderam o papel fundamental desta luta jurídica na defesa da Reforma Agrária. Presentemente, e sem falar em casos concretos (senão a Ordem dos Advogados cai-me em cima), tenho a honra de ser advogado de cerca de 40 a 50 UCPs. E tenho mais ou menos 70 recursos a correr, a maior parte dos quais contra a famigerada equipa Barreto-Portas. Quero crer que a manhã será mesmo útil a publicação em Livro Branco de todos estes recursos, porque eles são um somatório crítico de todas as arbitrariedades pasmosas realizadas por aquela triste parrelha. Arbitrariedades pasmosas que teriam quintuplicado se a elas, além do mais, se não tivesse oposto uma política sistemática de interpor recursos contenciosos de anulação por meio dos quais esta equipa concedia reservas que, pelos termos da sua concessão e processo, continuamente enfermaram de inconstitucionalidade e de violações quer das leis relativas à Reforma Agrária, quer do Regulamento Orgânico do Supremo Tribunal Administrativo.

UCP e camponeses de Ourique aliados no trabalho

No mesmo movimento de solidariedade, 54 pequenos agricultores de Ourique e os trabalhadores da UCP "Luta de Camponeses" estabeleceram novas formas de cooperação no que poderemos designar por um intercâmbio de jornadas voluntárias de trabalho. Sucedeu assim que, no passado sábado, os pequenos agricultores auxiliaram os trabalhadores da unidade colectiva na limpeza de árvores e outros trabalhos agrícolas, enquanto na passada segunda-feira doze tractores da UCP foram libertos para em terras dos pequenos agricultores acabarem os alqueives interrompidos pelas chuvas.

Rendeiros do Norte manifestam-se contra "lei do PPD"

Com o apoio do MARN, representantes das Comissões de Rendeiros do Norte do País concentraram-se no passado dia 31 junto da Estação Agrária do Porto para expor ao director regional do MAP a grave situação com que se debatem centenas de rendeiros ameaçados de despejo, devido à actual legislação sobre arrendamento rural.

Ao abrigo da "lei do PPD" ou "lei dos senhorios ricos", só nos distritos do Porto e de Braga mais de cem rendeiros têm processos em tribunal, relacionados com despejos. Como salientou na ocasião um dirigente do MARN, desde a entrada em vigor da nova lei do arrendamento rural que aquele movimento tem vindo a alertar para os perigos e as injustiças que se iriam criar. O director regional do MAP que recebeu a delegação dos rendeiros comprometeu-se a informar os responsáveis do Ministério das preocupações e reivindicações dos rendeiros, que pretendem a urgente revogação dos artigos 17, 18 e 19 da referida "lei do PPD".

Revogação de artigos da lei do arrendamento rural

O Movimento de Agricultores Rendeiros do Norte (MARN) anunciou entretanto, em Coimbra, que o secretário de Estado da Estruturação Agrária, António Campos, afirmou ir-se reunir revogados em breve os artigos 17, 18 e 19 da lei do arrendamento rural, que tão contestados têm sido pelos rendeiros. Tal medida surge na sequência de um grande movimento por parte dos rendeiros, através do MARN, como forma de pôr cobro aos despejos arbitrários que os senhorios ricos vinham praticando, sendo anunciada após uma reunião deste Movimento com o secretário de Estado.

Regulamentado o arrendamento de campanha para 1978

De acordo com a Portaria n.º 161/78, publicada no "Diário da República" do passado dia 25, consideram-se automaticamente renovados para o ano corrente os contratos de arrendamento de campanha relativos aos anos de 1975, 1976 ou 1977, sem alteração das condições dos mesmos, desde que seja essa a vontade dos cultivadores, companheiros, seareiros ou dos compradores de pastagens.

Uma renovação implica a mudança de folha de cultura sempre que as necessidades de rotação cultural o exijam, sendo os senhorios obrigados a ceder uma área equivalente à da campanha finda, de idêntica aptidão cultural. Os arrendamentos de campanha fazem-se mediante contratos escritos, que devem ser precedidos do parecer favorável dos serviços regionais do MAP, nomeadamente no que se refere à área arrendada. Estes serviços deverão pronunciar-se igualmente sobre os indivíduos que são considerados "seareiros", "companheiros" ou "compradores de pastagens".

Ainda segundo a Portaria a que nos vimos referindo, os montantes das rendas máximas por hectare são os constantes na Portaria n.º 363/77, de 18 de Junho, com excepção do que se refere aos valores para a compra de pastagens. Sempre que as necessidades de rotação cultural o exijam, sendo os senhorios obrigados a ceder uma área equivalente à da campanha finda, de idêntica aptidão cultural. Os arrendamentos de campanha fazem-se mediante contratos escritos, que devem ser precedidos do parecer favorável dos serviços regionais do MAP, nomeadamente no que se refere à área arrendada. Estes serviços deverão pronunciar-se igualmente sobre os indivíduos que são considerados "seareiros", "companheiros" ou "compradores de pastagens".

Agrários caluniam direcção da UCP "A Luta é de Todos"

Em comunicado recentemente divulgado, a direcção da UCP "A Luta é de Todos" denunciou os verdadeiros objectivos da campanha que lhe vem sendo movida por grupos de agrários reaccionários, com o apoio da folha paroquial, fazendo crer à população que a UCP não estaria a fornecer à Santa Casa da Misericórdia de Mora os produtos indispensáveis à sua sobrevivência.

Segundo o comunicado, contrariamente às mentiras propagadas, podemos afirmar que durante 1977, a nossa UCP ofereceu à Santa Casa da Misericórdia mais de 143 mil escudos em diversos produtos: lenha, azeite, carne, peixe, loiças, artigos de limpeza e diversos géneros alimentares, enquanto ao hospital foram oferecidos 78 mil escudos também em diversos géneros e produtos.

Os objectivos da campanha são bem claros, afirmam. Com ela pretendem que a nossa UCP seja obrigada a entregar as herdades da Barroca, Pincaros e Galinheiras de Bakó à Santa Casa da Misericórdia, cuja direcção os agrários pretendem alcançar para, assim, passarem a ser eles os administradores de tais herdades.

Prontos a defender a sua UCP contra mais uma manobra escandalosa contra a Reforma Agrária, os trabalhadores de "A Luta é de Todos" contam com a solidariedade de todos os trabalhadores da cidade e do campo.

Fixado o preço do milho

O Ministério da Agricultura e Pescas fixou o preço de garantia para o milho ao produtor, para a campanha de 1978, em 7\$50 o quilo.

Informações mais detalhadas em relação a este assunto poderão ser obtidas na Empresa Pública de Abastecimento de Cereais, ou nas suas delegações regionais.

"Festa da Unidade"

"Festa da Unidade" foi o nome dado ao alegre convívio recentemente realizado na "Herdade da Charneca", da UCP "Alvorada na Aldeia".

Logo de manhã começaram a chegar ao local não só os trabalhadores da UCP mas todos quantos quiseram participar na "Festa da Unidade", sendo muitos os abraços entre velhos amigos há anos separados por uma vida de trabalho em terras distantes, na busca de uma vida melhor.

Dos petiscos aos cantares alentejanos, dos vinhos velhos de cem anos — sangue dos nossos avós, como alguém lembrou com lágrimas nos olhos — à intervenção política, a festa foi bem o exemplo da profunda unidade que necessariamente tem de juntar quantos lutam pela justiça social. Unidade dia a dia reforçada na luta pela Reforma Agrária, cujos frutos mal começaram a ser colhidos e logo tão cobigados pelos que nunca trabalharam a terra.

São assim as festas do povo. Alegria e luta, com confiança no futuro, com a força da unidade de quem trabalha.

Mais de 70 recursos das UCPs revelam as ilegalidades da equipa Barreto-Portas

Falar dos processos movidos pelos trabalhadores contra a ex-equipa do MAP, é ainda denunciar os inúmeros atropelos a que os senhores Barreto e Portas recorreram na sua acção desagregadora da Reforma Agrária. A este respeito, Fernando Luso Soares concedeu-nos o seguinte depoimento: — Começo por falar do último recurso de anulação que interpus contra um acto do ex-ministro Barreto. Diz o artigo 18.º do Regulamento do Supremo Tribunal Administrativo que os membros do Governo podem revogar os seus próprios actos desde que esses actos sejam constitutivos de direitos, mas dentro do prazo em que poderia haver recurso contencioso, prazo este que, segundo um outro artigo, é de um ano. Pois o senhor Barreto anulou, por uma portaria de vinte e tal de Fevereiro, uma expropriação feita em Novembro de 1975. Do ponto de vista legal, isto é uma arbitrariedade porque ele tinha um ano para fazer tal anulação, caso justa. Isto não falando num outro problema muito mais complexo que é o seguinte: a expropriação causa a nacionalização da terra — é o artigo 9.º do 406/A/75 que o diz — e, segundo a Constituição, as nacionalizações são irrevogáveis. Mas a arbitrariedade do senhor Barreto não fica pelo atentado à Lei Orgânica do Supremo Tribunal e pelo atentado à Constituição. Vai

mais longe, fazendo e publicando uma portaria quando o Governo se encontrava já demissionário. Uma portaria é um acto por excelência de um Governo em funções. Não pode ser o acto de um ex-Governo que se mantém em actividade unicamente para assegurar assuntos de expediente.

Esse poço de ilegalidades que foi o MAP

Um dos grandes campos em que se tem desenvolvido a luta jurídica na defesa da Reforma Agrária é o da concessão, efectuada em termos legais, das reservas. Daí que em grande parte dos 70 recursos pendentes, muitos contestem a atribuição de reservas tal como foram realizadas e efectivadas pela equipa de Barreto e Portas. Diz-nos Luso Soares:

— O artigo 104.º da Constituição determina que os trabalhadores intervenham em todas as questões da definição e execução da Reforma Agrária. O que faziam os CRRA? Informavam as UCPs que ia ser concedida a reserva, dando, se é que o faziam, um prazo de três dias para os trabalhadores tomarem uma posição. Passados esses três dias, sistematicamente surgia a GNR para obrigar à concessão da reserva sem que a UCP tivesse sido notificada do despacho

ministerial que mandava entregar a reserva. Eu suspeito que, na maioria dos casos, esses despachos não existiam. A prova desta suspeição é que tenho montes de recursos relativamente aos quais pedi que me notificassem desses tais despachos, sem que jamais tenha obtido uma resposta. O artigo 52.º do Regulamento do Supremo Tribunal diz que se se tratar de acto que não haja sido publicado, de que não tenha sido notificado ou de que não tenha havido conhecimento oficial, o interessado, neste caso, poderá requerer às entidades competentes, no caso ao MAP, a notificação dele, devendo esta verificar-se no prazo de 15 dias mediante remessa para a morada indicada no requerimento da cópia anterior da decisão. Ora, porque a não resposta equivale a indeferimento e o indeferimento tácito também é objecto de recurso, eu tenho sistematicamente recorrido.

Passemos a outro tipo de ilegalidades afrontosas do MAP quando nas mãos dos senhores Barreto e Portas. Um despacho do Governo, um despacho da Administração Pública só merece obediência quando é definitivo e executório, isto é, quando cria uma situação definitiva e quando está em condições de ser executado independentemente da decisão judicial. Acontece que muitos despachos do senhor Barreto, em vez de serem actos

definitivos, eram actos provisórios. Diziam: "Entregue-se provisoriamente ao senhor fulano tal a reserva tal". Isto é uma ilegalidade, porque a Administração só deve praticar actos definitivos e executórios. Estes exemplos bastam para demonstrar como o MAP foi um poço de ilegalidades. Destas as mais flagrantes foram as concessões de reservas sem despacho, isto é, por meio de despachos juridicamente inexistentes. Importância da luta jurídica na defesa da Reforma Agrária

Sintetizando o tipo de recursos movidos em defesa da Reforma Agrária contra os que sistematicamente procuraram destruir, conclui Luso Soares:

- Não individualizando casos porque isso me é interdito por uma lei que eu considero que não está constitucionalmente em vigor, podem-se classificar os recursos em quatro tipos: Primeiro: os casos em que recorro do silêncio arbitrário e ilegal do MAP que me não notifica dos despachos que diz existir e que foram executados violentamente sem que ninguém os tenha visto para examinar da sua legalidade. Segundo: casos em que as cooperativas foram notificadas de despachos mas em que se violou o artigo 104.º da Constituição, que determina que os trabalhadores devem intervir na definição e execução da

Reforma Agrária. Ora o artigo 115.º da Constituição diz que a validade das leis e dos demais actos do Estado depende da sua conformidade com ela. Desde que o acto administrativo, praticado pelo Governo, não está conforme a Constituição é esta própria que diz que ele é nulo. Terceiro: casos de recursos contra despachos que violaram, das mais variadas formas, as leis da Reforma Agrária em si mesmas, quer por erro de contagem da pontuação, quer por não consideração da pontuação, quer pela desactualização de dados cadastrais utilizados. Neste aspecto, deve-se frisar que era frequente o MAP saber perfeitamente que os cadastros estavam desactualizados e então, em vez de enviar um perito para determinar a real pontuação, se era conveniente ao requerente da reserva, gulava-se pela consideração de elementos da Caderneta Predial, elementos de há mais de vinte anos, o que provocava, por exemplo, que fossem entregues aos reservatários terras que o MAP concedia como se tivessem 50 mil pontos, quando afinal já tinham 200 mil pontos. Isto porquanto, por hipótese, entretanto os trabalhadores nelas haviam construído um acude. Tal foi uma prática ilegal de todos os dias no MAP.

Quarto: outro tipo de acções é o das relativas a questões de frutos pendentes. Começam, destas, a aparecer muitas...

Vou rematar, salientando a importância da luta jurídica na defesa da Reforma Agrária. Suponhamos, por absurdo, que acatela que o Supremo Tribunal Administrativo decidia 72 acordões a dar «para trás» nos 72 processos de recursos. Teriam estes sido inúteis? Claro que não seria tão útil como ganhar 70 ou 50% dos recursos. Mas, mesmo que se perdesse a sua totalidade, estes teriam sido extremamente úteis. E porquê? Porque, se acaso não se tivesse seguido a política de sistematicamente interpor recurso dos despachos do MAP-Barreto, que concediam reservas em termos legais, em vez de terem sido concedidas as que foram, teriam sido concedidas cinco ou mesmo dez vezes mais. Se, em cada caso, não se mostrasse sistematicamente a incomformidade das UCPs, maiores teriam sido os danos. Este é um argumento de ordem prática e política.

Outro argumento, porém, este só respeitante à legalidade de mo crática: sem dúvida nenhuma, o Supremo Tribunal Administrativo, e os tribunais em geral, desconheciam totalmente os problemas relacionados com a Reforma Agrária pois ela é um fenómeno absolutamente novo na ordem jurídica portuguesa; e, bem ou mal, está-se a aparelhar uma consciência jurídica que, mais cedo ou mais tarde, dará os seus proveitosos frutos, pendentes ou não...

Três centenas de agricultores reuniram-se em Palmela em defesa dos seus interesses

Cerca de 300 agricultores de Palmela reuniram-se, no passado domingo, no I Encontro de Pequenos e Médios Agricultores deste concelho. No decorrer do encontro foi votada por unanimidade a adesão da Liga dos PMA do concelho de Palmela à Confederação Nacional da Agricultura. O encontro, durante o qual se inscreveram na Liga mais 50 agricultores, teve por fim a eleição dos corpos gerentes e a discussão do caderno reivindicativo da classe, a apresentar aos órgãos de soberania. Esse documento traduz os anseios mais prementes dos agricultores da região, que travam uma luta insana pela sobrevivência. Ficou demonstrado, durante o debate, que as medidas governativas, longe de solucionarem os problemas da classe, mais os agravam. O chamado crédito agrícola de emergência, segundo foi dito, não é concedido aos mais

- necessitados, antes aos grandes agrários; os preços dos principais produtos e mercadorias (rações, adubos, palhas, sementes, gasóleo, etc.) são constantemente agravados e os produtos produzidos são vendidos, cada dia que passa, em piores condições. Assim, os PMA de Palmela reivindicam: — Preços mínimos de garantia, justos, para os produtos agrícolas; — Escambo assegurado, sempre que houver dificuldades na sua venda; — Tabelação e não aumento dos preços das mercadorias (adubos, rações, gasóleo, etc.); — Abaixamento da taxa de crédito agrícola de emergência para 6,5% assim como crédito barato, simplificado e sem hipoteca; — Seguro agropecuário e indemnizações para os prejuízos; — Assistência técnica no campo e não nos gabinetes, por parte dos organismos oficiais;

- Renda justa, equilibrada e com contrato escrito. Fim à parceria agrícola; — Melhores pensões e reformas iguais para os homens e para as mulheres, no valor mínimo de 1750\$00; — Reforma aos 65 anos para os homens e 62 para as mulheres. Uma das questões mais debatidas foi a dos aumentos de preços dos produtos para a lavoura, aumentos estes que vão a mais de 25% nos adubos e até 100% na batata de semente e que atingem ainda particularmente os tractores, o gasóleo e o aluguer de máquinas. Esta uma das razões por que os agricultores de Palmela exigem o apoio do Estado para a formação de cooperativas de máquinas. Outra exigência dos agricultores diz respeito à fiscalização da quantidade e da qualidade dos produtos importados. No plano da assistência técnica, os agricultores reivindicam que

o apoio técnico do Estado seja reforçado e tornado eficiente e propõem a divulgação de novas técnicas e o apoio à formação profissional dos agricultores. Salientando que o Estado deve garantir e apoiar o direito à remissão da terra, os agricultores de Palmela exigem ainda no seu Caderno Reivindicativo que "nem um palmo de terra com aptidão agrícola fique abandonado ou mal aproveitado", que as organizações de classe dos PMA, conforme manda a Constituição, sejam obrigatoriamente ouvidas e consultadas antes de o governo tomar medidas que lhes digam respeito. O 1.º Encontro de Pequenos e Médios Agricultores saiu-se numa grande e entusiástica participação que é índice do impulso para a organização e intervenção na vida do país desta importante camada de trabalhadores dos campos.

Semana do Livro Marxista

no Centro Vitória de 31/3 a 7/4

Grande Exposição — Venda

Obras de Marx, Engels, Lênine e outros autores marxistas

Colóquios

dia 7 pelas 21.30 h
"O AVANTE!" NA BATALHA IDEOLÓGICA
colóquio orientado pelos camaradas
António Dias Lourenço e Ruben de Carvalho

A formação ideológica tarefa de todo o militante

Temos de responder, no campo político e ideológico, às massas populares, aos trabalhadores e ao país.

O Leninismo e a passagem do capitalismo ao socialismo

Como ocorre o nascimento de um novo regime? Que vias conduzem a ele no labirinto dos processos sociais?

Estes problemas preocuparam e continuam a preocupar a Humanidade. A nossa geração é testemunha e criadora de um período histórico excepcionalmente importante e abundante em acontecimentos.

As transformações revolucionárias ocorridas na vida social, na ciência e na técnica levaram a que o último regime explorador — o capitalismo — caminhe para a falência inevitável. Pelo contrário, o socialismo deixou de ser um belo sonho para se converter numa realidade palpável, tornou-se uma força que exerce uma influência cada vez mais decisiva em toda a evolução mundial.

A época da passagem do capitalismo ao socialismo foi iniciada pela vitória da Grande Revolução Socialista de Outubro. Depois, derrotado o fascismo na segunda guerra mundial e mercê da

ajuda da União Soviética, surgiram novos Estados socialistas. Criou-se o sistema socialista mundial, ano a ano mais vigoroso, que está a desarticular o capitalismo em todos os sectores da vida da sociedade moderna. Em contrapartida, o capitalismo é abalado rudemente pelo crescente movimento operário nos países capitalistas desenvolvidos e pelo movimento de libertação nacional.

Nas condições actuais, não é pois de estranhar que se coloque com toda a agudeza a questão das vias e das formas de

passagem dos diferentes países do capitalismo ao socialismo.

Já no período inicial de formação da teoria marxista, nos primeiros passos da luta revolucionária da classe operária, estes problemas ocuparam um lugar importante. É portanto perfeitamente lógico que o seu aprofundamento acompanhe o desenvolvimento da doutrina revolucionária e a realidade da edificação do socialismo.

Neste livro, K. Zaróvov aborda estes problemas num plano histórico e partidário. Merecem a grande atenção a análise crítica das opiniões de autores burgueses e sociais-democratas e as ideias oportunistas, de direita e de «esquerda», sobre os problemas da transição do capitalismo para o socialismo.



Desenvolve-se nas cidades e aldeias a luta contra o analfabetismo. Crianças e adultos aprendem juntos

A via para o socialismo

Nesta obra é dada continuação ao livro de que acima falámos.

Nela é feito o estudo da essência e do conteúdo da época contemporânea, dos problemas da construção do socialismo e das perspectivas do processo revolucionário, detendo-se na análise das três forças revolucionárias principais no mundo actual: o sistema socialista mundial, a classe operária dos países capitalistas e o movimento de libertação nacional.

Cada uma das três torrentes do processo revolucionário dá a sua contribuição para o desenvolvimento da revolução mundial.

No plano internacional, esta interacção das torrentes revolucionárias e a sua luta contra o inimigo comum manifestam-se também na política externa dos destacamentos revolucionários, tanto dos que se encontram no Poder, como dos que ainda lutam para o conquistar.

Graças a uma abordagem científica, os partidos comunistas podem traçar a linha fundamental de uma política que tenha em conta a acção das leis objectivas da História e contribua para acelerar o processo histórico e a vitória do socialismo em todo o mundo.

A política externa leninista dos partidos comunistas ajuda a apoiar decididamente a luta dos povos pela sua independência e pela sua liberdade contra o domínio dos monopólios.

A conjugação da luta dos comunistas dos países capitalistas com as acções de política externa do campo socialista, frente à estratégia global do imperialismo, corresponde aos interesses da luta

revolucionária geral, que leva também ao cumprimento das tarefas nacionais. Aqui se manifesta a dialéctica revolucionária do nosso tempo.

O conceito de política externa leninista é muito mais vasto do que o estabelecimento de relações interestatais entre países em que ainda domina o regime capitalista. Neste sentido, a política externa leninista está estreitamente ligada à concepção leninista do internacionalismo proletário, como um novo tipo de concordância dos interesses gerais e dos interesses nacionais específicos, na base de uma aplicação conjunta de uma política comum. As realizações do

socialismo e o carácter democrático das sociedades que se libertaram já da exploração e opressão capitalistas são realidades indelmentáveis. Mas também é verdade que o regime socialista pode assumir, e assume, formas e particularidades diversas, segundo as diferenças da situação nos vários países e a própria diversidade do processo revolucionário.

A análise minuciosa do desenvolvimento da revolução deve ser uma preocupação dos comunistas. Só assim será possível recolherem-se ensinamentos, extrair-lhes lições e lutar, a nível internacional e interno, com consequência e eficácia.

Podemos encontrar nas Edições «Avante!» muito material para o estudo concreto das situações em que se trava a luta de partidos irmãos, uns trabalhando já na edificação do socialismo desenvolvido, outros lutando ainda nas mais duras condições de clandestinidade. Mas o objectivo de todos é um só: conquistar em todos os lugares do mundo e para todos os trabalhadores uma sociedade socialista, a única em que o homem se pode desenvolver harmoniosamente em paz e cooperação.

Relatório do Comité Central do PCUS ao XXV Congresso

«Nas condições do socialismo desenvolvido, quando o Partido Comunista se tornou o Partido de todo o povo, ele não perde de modo algum o seu carácter de classe. Pela sua natureza, o PCUS foi e continua a ser o Partido da classe operária.» — L. Brejnev.

O Partido Comunista Búlgaro e a edificação da sociedade socialista desenvolvida

«A base material e técnica do socialismo é a condição material determinante para se poder passar gradualmente à fase superior do comunismo. O nosso país alcançou grandes êxitos na solução deste problema.» — T. Jivkov.

1.º Congresso do Partido Comunista de Cuba

«As nossas lutas começaram no colonialismo, continuámo-las sob o capitalismo; hoje construímos o socialismo.» — Fidel Castro.

Documentos do Partido Comunista Brasileiro

«Diante da perspectiva de um provável aguçamento da luta política e de classes, cabe aos comunistas estar preparados para, em função das condições concretas de cada momento (...) unir e mobilizar não só as forças fundamentais da frente antifascista, mas também estabelecer um amplo sistema de alianças com todas as forças descontentes com o carácter fascista assumido pelo regime, que permita o seu maior isolamento e consequente derrota.» — Resolução Política do CC do PCB.

Na via de Ho Chi Minh

«Os anos hão-de passar, mas a vitória do povo vietnamita na guerra de resistência patriótica contra a agressão americana ficará para sempre inscrita na História como uma das suas páginas mais brilhantes, um símbolo resplandecente da vitória completa do heroísmo revolucionário e da inteligência humana.» — L. Duan.

A Revolução Latino-Americana

«O Partido Comunista do Uruguai luta por uma saída democrática, anti-imperialista, avançada. No imediato cremos que o caminho de aproximação dessa saída passa pela grande unidade contra a ditadura.» — Rodney Arismendi.

Temas ideológicos

O «esquerdismo» ou a charlatanice de pseudo-revolucionários

As duras lições aprendidas no decorrer dos 48 anos de resistência antifascista, soma a classe operária portuguesa e o seu Partido — o PCP — as lições que estes quatro anos de complexo processo revolucionário lhe têm ensinado.

Por mais de uma vez têm as forças reaccionárias investido contra as conquistas que o povo português alcançou com o 25 de Abril. A unidade das massas populares, a acção da classe operária, dos comunistas e do seu Partido têm sido decisivas para impedir a concretização dos criminosos planos fascistas.

Neste momento, a violenta campanha de desestabilização militar que a reacção pôs em marcha, os planos de assalto ao poder que a acompanham e os propósitos, publicamente confessados, de regresso ao passado fascista, trazem de novo a primeiro plano os problemas da Unidade.

Mas sempre que, nos momentos de perigo para a Revolução portuguesa, a unidade do movimento operário e popular se colocam com maior acuidade e se faz sentir como a arma capaz de sustentar a ofensiva reaccionária, que vemos nós?

Vemos, e sem ser obra do acaso, a intensificação, por parte de forças políticas, de esforços para dividir o movimento operário, manobras para dividir forças que urge unir e o lançamento de calúnias contra o PCP.

Enquadra-se nessas manobras o «novo partido» otelista, que tem estado no chão, ainda não saiu do ovo, mas já pôs cá fora o seu anticomunismo. É caso para dizer: branco é galinha e põe...

O truque é velho. Velho é o palavreado que o acompanha. E nem sequer em relação à figura que o encabeça houve possibilidade de grandes novidades.

Marx e Engels, já no seu tempo (e já lá vão mais de 130 anos...) lutaram energicamente contra o oportunismo «esquerdista» e contra os perigos por ele causados ao movimento operário e à sua unidade. Denominaram de «alquimistas da Revolução» os conspiradores pequeno-burgueses, assinalando que o objectivo destes consistia

em forçar o processo revolucionário com acções de indivíduos isolados, e não em organizar a luta revolucionária de massas.

São de Marx estas palavras condenando o desprezo dos aventureiros pelas massas: «Dirigir-se aos trabalhadores sem uma ideia rigorosamente científica e uma doutrina positiva equivale a pensar (jogo vazio e desonesto) que, dum parte deve participar um profeta inspirado e, da outra, uns asnos que o escutam de boca aberta...»

Mais tarde, Lenine, lutando contra o «esquerdismo», noutra época, noutras condições, e em defesa da unidade de classe operária russa, ensinou aos trabalhadores a não se deixarem embalar por declarações ocas, a descobrirem o verdadeiro rosto de classe dos partidos burgueses e pequeno-burgueses e a julgarem os partidos não pelos seus rótulos, pelas suas palavras de ordem e declarações, mas pelos seus actos.

«Os homens — escreveu Lenine — foram sempre vítimas do engano e da quimera, e continuarão a sê-lo enquanto não aprenderem a descobrir quais são os interesses de classe que se ocultam por detrás das frases, declarações e promessas morais, religiosas, políticas e sociais».

Os quatro anos do nosso processo revolucionário têm mostrado à sociedade que «o esquerdismo agiu sempre como força complementar e aliado efectivo da reacção. Cada ofensiva da reacção foi sempre preparada ou imediatamente seguida do recrudescimento das acções esquerdistas tendo como alvos precisamente os mesmos alvos da ofensiva reaccionária».

A experiência ensina que a atracção das massas pela fraseologia «esquerdista» não dura muito tempo. A classe operária e todas as forças autenticamente revolucionárias convencem-se com rapidez da charlatanice dos curandeiros pseudo-revolucionários, que acabam, finalmente, por ficar isolados da torrente impetuosa da luta revolucionária das massas para transformar o mundo.

Temas vários

A medicina cósmica — novo ramo da ciência

Os últimos dias de permanência no espaço dos soviéticos Yuri Romanenko e Gueorgui Gretchko foram assinalados por actividade particularmente intensa da equipa médica ligada ao voo. Tratava-se de preparar os dois cosmonautas para uma readaptação às condições da Terra depois de terem estado mais de três meses submetidos à ausência de gravidade.

O programa de investigação espacial que teve como figuras centrais Romanenko e Gueorgui foi o mais completo e prolongado realizado até hoje. Os dois cosmonautas detêm agora o recorde de permanência no cosmos. Mas, para além disso, as experiências envolveram três naves espaciais tripuladas, do tipo «Soyuz», e uma nave automática de transporte, a «Progress 1».

Uma realização desta envergadura exige um desenvolvimento científico e técnico muito elevado mas dá também um grande contributo à evolução do conhecimento humano nos diversos ramos do saber. Um deles é, sem dúvida, a medicina.

Os trabalhos da equipa médica ligada a este programa de investigação espacial não se resumiram, evidentemente, às operações ligadas ao regresso das tripulações. Toda a experiência que incluiu uma saída ao exterior da estação orbital a fim de verificar as plataformas de acoplamento, exigiu aos serviços médicos uma grande atenção para vigiar e assegurar, além da boa forma física dos cosmonautas, outras condições indispensáveis ao seu trabalho e repouso.

Complementarmente a estas actividades, e mais importantes do que elas em termos de futuro, realizaram-se estudos sobre as reacções do organismo aos factores de um voo prolongado e a eficiência dos meios profilácticos nas condições cósmicas.

por
Dr. Nikolai Gurovski
e
Prof. Anatoll Egorov

Em períodos mais espaçados (7 a 10 dias) efectuam-se exames médicos mais completos, que compreendem o registo electrocardiográfico e uma gama de outros indicadores (regularidade da pulsação, pressão arterial e venosa, função mecânica do coração, tonicidade vascular, etc.).

O organismo adapta-se

Com o auxílio de aparelhos como o vulgarmente conhecido por «bicicleta cósmica», os médicos determinam a aptidão física dos cosmonautas para o trabalho. Isso permite, por sua vez, avaliar as potencialidades do organismo.

Com uma pressão negativa aplicada à parte inferior do corpo humano, o sangue flui dos membros inferiores e reparte-se de uma forma muito semelhante à que se verifica na Terra, na posição

vertical. Consegue-se assim analisar o estado do sistema cardiovascular e prever as reacções depois do voo.

Alguns dos processos que permitiram avaliar a redistribuição sanguínea, definir o débito cardíaco e a contractibilidade do miocárdio, foram utilizados pela primeira vez neste programa espacial.

Os exames médicos feitos a Romanenko e Gretchko permitiram verificar algumas mudanças lógicas do organismo humano, previstas já antes do voo, e devidas à adaptação do organismo às condições de ausência de gravidade.

Verificou-se, por electrocardiografia, que a actividade bioeléctrica do coração não mudou, praticamente, durante o voo.

Apenas se processaram pequenos desvios, pouco importantes, devidos à mudança da posição do coração depois da nova redistribuição do sangue. A frequência das contrações do coração oscilou entre 63 e 69 em Romanenko (64 e 74 antes do voo) e 54 e 66 em Gretchko (54 e 60 anteriormente).

Os testes funcionais, por sua vez, revelaram uma amplitude considerável das reacções durante as primeiras três semanas no cosmos, mas estabilizaram a partir do 30.º dia.

Verifica-se assim que as reacções do organismo humano no Cosmos reflectem, para além dos aspectos individuais, uma capacidade de adaptação às novas condições de vida. Esquemáticamente o processo comporta dois períodos principais: a adaptação às condições de ausência de gravidade e, depois,



a estabilização relativa das funções. Esta é, no domínio da fisiologia e medicina, uma das conclusões bastante importantes retiradas deste programa prolongado a bordo da «Saliut-6».

Sou professor do Ensino Secundário há cinco anos. No ano passado concorri segundo as orientações (?) do então MEIC, preenchendo os impressos necessários da maneira exigida, pondo a minha Escola no primeiro lugar das preferências. Saíram as colocações, a minha não apareceu e vi-me forçado a participar, em Outubro do ano passado, no «mini-concurso» da Escola onde sempre trabalhara, sendo acolte uma vez que o Ministério do Sr. Cardia não enviara ninguém!

Qual o resultado disto? «Apenas» este: como não fui colocado nem reconduzido e sim admitido por mini-concurso para a Escola onde sempre trabalhara e que tinha vagas pois que me acolheu, e passei a professor eventual, não recebendo nas férias do ano passado e ficando automaticamente despedido no fim deste ano!

É esta a política do «ministro socialista» Cardia... — J.A.N., Santarém

E o custo de vida é o que se sabe. Mas afinal onde é que este Governo julga que leva este país? Pedro da Costa Pereira, Barreiro

(...) Ando no Complementar e desde já acrescento que não sou da UEC, apesar de não ter nada contra ela, mas quero falar para o vosso jornal porque tenho respeito pelo PC porque sempre o via tomar posições justas, apesar das muitas calúnias que lhe levantam. (...)

Estudo num daqueles liceus de Lisboa que se tornaram famosos ou melhor, que certo clima de violência tornou famosos. Essa violência parte dum pequeno grupo a que se chamam bandos «neonazis» e que são, na generalidade, meninos-família cheios de ódio e arrogância, apenas corajosos quando em grupo mas, quando da facto em grupo, mostram uma capacidade para a violência que não respeita nada.

Estas coisas acontecem porque, agora, parece que os «do» antigamente» se sentem muito à vontade. Nos liceus também é assim. Esses energúmenos são minoritários e só agem agora assim devido à complacência das autoridades escolares. Mas os estudantes querem, na sua maioria, o progresso e cada vez mais não-de mostrá-lo na unidade e no trabalho, acabando de vez com a escória nas Escolas. Carlos A. da Silva, Lisboa



Semana

29 Quarta-feira 1944 - As tropas nazis ocupam a Hungria.

Guerrilheiros da 'Frente Patriótica' entram na Rodésia, abrindo uma frente de combate no Norte do país...

30 Quinta-feira 1952 - São fuzilados o comunista Nicolás Belojannis e mais 3 companheiros heróis da resistência grega ao nazifascismo.

Eleições Provinciais reforçam posição do governo holandês. O presidente francês, Giscard d'Estaing, recebe no Eliseu...

31 Sexta-feira 1934 - É fundado o Partido Comunista do Iraque.

O governo italiano não aceita a troca de Aldo Moro por membros das 'Brigadas Vermelhas', como sugeria uma mensagem atribuída a Aldo Moro...

1 Sábado 1964 - Golpe militar de direita no Brasil, com participação da CIA e que derrubou o governo constitucional de João Goulart.

Raimond Barre é nomeado, de novo, primeiro-ministro francês. Indira Gandhi, ex-primeiro-ministro da Índia, escapa ileso dum atentado...

2 Domingo 1791 - Morre Gabriel Riquetti, conde de Mirabeau, um dos mais famosos políticos da 1.ª fase da Revolução Francesa.

O papa Paulo VI faz um 'solene pedido' aos 'desconhecidos autores' do rapto de Aldo Moro para que o libertem...

3 Segunda-feira 1897 - Morre Johannes Brahms, pianista e compositor alemão, autor de várias sinfonias, concertos e sonatas.

Denunciando que mais de um milhão de mexicanos foram deportados no ano de 1977 pelo Serviço de Emigração e Naturalização dos EUA...

4 Terça-feira 1968 - É assassinado nos EUA Martin Luther King, 'líder' pacifista da população negra norte-americana e Nobel da Paz.

O presidente Carter regressa aos EUA após uma viagem de 8 dias à Venezuela, Brasil, Nigéria e Libéria...

Política agressiva de Israel contestada também em Tel-Aviv

Na noite de 15 de Março, unidades blindadas e motorizadas de Israel invadiram território libanês ao longo de toda a fronteira israelo-libanesa.

Numa zona particularmente habitada por palestinos, registaram-se novamente muitos mortos e feridos. De novo os refugiados deixaram casas e terras.

A 19 de Março o Conselho de Segurança da ONU adoptou uma resolução apelando a Israel para pôr fim imediato às acções armadas contra o Líbano.

No mesmo momento em que tropas de Israel ocupam território libanês, o presidente egípcio, Sadat, recebeu o ministro israelense da Defesa, Weizman...

Árabe no Cairo, a que não estiveram presentes os países da Frente de Resistência (Síria, Líbia, Argélia, Yemem Democrático e a OLP)...

Entretanto, enquanto Washington se empenha de facto ao lado de Israel, numa pretensa 'solução' do problema do Médio Oriente...

Na batalha que se trava no Médio Oriente - hoje ainda mais agravada com o perigo real de indefinida ocupação de uma parte do território libanês por Israel - não estão só em jogo os ditames de Washington ou de Tel-Aviv, a traição do



Desenho de Nuez no 'Gramma'

América Latina: luta popular contra a política imperialista

Nos começos de 1978, uma série de acontecimentos políticos e sociais abalaram vários países da América Latina. Um grupo de correspondentes de jornais e agências noticiosas dos países socialistas entrevistaram Oscar Arévalo, membro do Comité Executivo do Partido Comunista da Argentina.

- Na sua opinião, em que condições e com que perspectivas começou o presente ano, no plano das lutas dos Povos da América Latina pela Democracia, pela Paz e contra o Imperialismo? - De forma prometedora. Dos mais longínquos lugares do vasto continente latino-americano...

tempo, os fascistas do Chile apelam para a agitação chauvinista dos problemas fronteiriços. Podem ainda fazer muito mal, mas já chegou, irreversível, a hora da sua agonia.

Depois foram os acontecimentos da Bolívia. Ali as lutas populares pelas liberdades democráticas, o combate operário - sobretudo nas minas - pela salvaguarda da actividade sindical e por melhores salários...

Bomba de neutrões: uma ameaça iminente

ENQUANTO a ameaça de produção da bomba de neutrões e do seu armazenamento na Europa se acentua, cresce a resistência mundial de todas as forças progressistas, que já permitiu que a bomba não tenha tido a saída 'fácil' que o Pentágono desejava.

OS Estados Unidos têm-se esforçado por utilizar a bomba como 'elemento de troca' nos contactos com a URSS. Uma política que já se vai tornando habitual, quer no que respeita à questão do desarmamento, quer no que se refere aos mais diversos problemas políticos...

A Casa Branca prepara-se para precipitar a decisão sobre a bomba de neutrões. Pretende-se evitar novo debate do problema na reunião da NATO, a realizar em Washington em fins de Maio. Pretende-se uma antecipação à abertura, também em Maio, da sessão especial da Assembleia Geral dedicada ao desarmamento...

Breves notícias

De Montevideo, Rio de Janeiro e Buenos Aires também chegam boas notícias. De uma forma ou de outra, embora com altos e baixos e em medidas diferentes, vai-se alargando a luta pelas liberdades democráticas e pelo fim dos regimes de excepção que têm permitido a reimposição de normas prejudiciais aos países e aos povos.

Viagem frustrada do presidente Carter

Carter regressou a Washington da sua viagem por alguns países da América Latina e de África - a Venezuela, o Brasil, a Nigéria e a Libéria - em que se fez acompanhar do secretário de Estado, Cyrus Vance e do secretário adjunto para a Segurança Nacional, Brzezinski.

Breves notícias

O rapto de Aldo Moro e a desestabilização em Itália - Desde há muito que a CIA exerce influência sobre a vida política e económica da Itália, numa ingerência que vai desde o financiamento de grupos provocatórios de extrema-direita à preparação de golpes militares reaccionários.



Raimond Barre: - Prometi ao Presidente que, a partir de hoje, mudarei de... gravata!

HUNGRIA: DA LIBERTAÇÃO AO SOCIALISMO DESENVOLVIDO



Bairro de Budapeste após os combates que expulsaram os nazis

COM a libertação do território nacional, não só terminaram as batalhas, mas uma nova época se iniciou. Quantas lutas heróicas, revoluções camponesas e guerras de libertação e independência foram, durante os séculos, esmagadas pela superioridade das forças da reacção nacional e internacional! E eis que, finalmente, a hora de mudança chegava: perante o povo húngaro novas perspectivas se abriam. Nasceu a possibilidade de construir uma sociedade nova, democrática, livre de todas as formas de exploração e de opressão.

A grande mudança

Esta possibilidade tornou-se realidade. A classe operária sob a direcção do seu partido realizou uma mudança radical no campo económico-social. O povo húngaro, em 33 anos, compensou falhas e atrasos de séculos. Antigas formas de sociedade, de propriedade e de estado foram

superadas. O seu bem-estar baseia-se numa indústria desenvolvida e numa agricultura moderna.

O povo da Hungria vive hoje equilibradamente. Está confiante e tem razões para isso: juntamente com povos amigos, num clima de amizade, constrói o socialismo desenvolvido. O seu optimismo, portanto, tem bases sólidas. Naturalmente os melhores filhos do povo húngaro não aguardaram passivamente os acontecimentos, a ocupação da pátria e a política belicosa do governo fascista. Os operários sabotavam a produção de material bélico, dificultavam o transporte de maquinaria para a Alemanha e em muitos lugares recusavam cumprir a ordem de evacuação. Os mais corajosos, entretanto, pegavam em armas e lutavam, como «partisans» contra as tropas fascistas alemãs e húngaras.

O povo húngaro, eternamente grato aos que participaram na libertação do seu país, recorda todos os anos os soldados que deram a sua vida na luta contra

o fascismo. Jamais esquecerá o papel determinante, que a União Soviética e os soldados soviéticos tiveram nesta luta.

Realizar os sonhos

A seguir à guerra, em condições muito difíceis, a vida recomeçou. Nos territórios libertados, por iniciativa dos comunistas, começaram a organizar-se os partidos democráticos e as organizações sociais; as autoridades locais aceleraram o início da produção e a normalização das condições de vida.

O novo Estado húngaro criou-se de maneira própria. Após a derrota dos fascistas pelo Exército Vermelho e a consequente libertação da Hungria, iniciou-se logo a transformação revolucionária do país. Retirado o poder aos capitalistas e latifundiários, este passa para as mãos da classe operária e camponesa, instaurando-se a ditadura democrática dos operários e camponeses.

violentos combates liquidaram, rua a rua, as numerosas forças fascistas, que se defenderam tenazmente. Desde meados de Fevereiro de 1945 a parte ocidental do país foi teatro de lutas desesperadas. Aqui também as tropas búlgaras e jugoslavas ajudaram o avanço da 3.ª Frente ucraniana do Exército Vermelho.

Naturalmente os melhores filhos do povo húngaro não aguardaram passivamente os acontecimentos, a ocupação da pátria e a política belicosa do governo fascista. Os operários sabotavam a produção de material bélico, dificultavam o transporte de maquinaria para a Alemanha e em muitos lugares recusavam cumprir a ordem de evacuação. Os mais corajosos, entretanto, pegavam em armas e lutavam, como «partisans» contra as tropas fascistas alemãs e húngaras.

O povo húngaro, eternamente grato aos que participaram na libertação do seu país, recorda todos os anos os soldados que deram a sua vida na luta contra

o fascismo. Jamais esquecerá o papel determinante, que a União Soviética e os soldados soviéticos tiveram nesta luta.

Realizar os sonhos

A seguir à guerra, em condições muito difíceis, a vida recomeçou. Nos territórios libertados, por iniciativa dos comunistas, começaram a organizar-se os partidos democráticos e as organizações sociais; as autoridades locais aceleraram o início da produção e a normalização das condições de vida.

O novo Estado húngaro criou-se de maneira própria. Após a derrota dos fascistas pelo Exército Vermelho e a consequente libertação da Hungria, iniciou-se logo a transformação revolucionária do país. Retirado o poder aos capitalistas e latifundiários, este passa para as mãos da classe operária e camponesa, instaurando-se a ditadura democrática dos operários e camponeses.

Os territórios libertados, num prazo relativamente breve, concentraram-se as forças democráticas, que iniciaram a constituição dos seus órgãos locais, os quais se tornaram o fundamento no novo poder estatal. A Frente Nacional de Independência da Hungria, constituída no sul, na cidade de Szeged, por iniciativa dos comunistas, desempenhou um papel decisivo na reconstrução. A Frente, que incluiu as forças democráticas e os sindicatos, aceitou o programa dos comunistas «Sobre a reconstrução democrática e o progresso da Hungria».

No dia 21 de Dezembro de 1944 reuniu-se o Parlamento Provisório da Hungria e depois constituiu-se o Governo Provisório Nacional. A parte ocidental do país e a capital estavam ainda ocupadas e eram devastadas pelos fascistas alemães e húngaros, mas a nova e livre Hungria já nascera.

Só com o socialismo foi possível realizar os objectivos e sonhos pelos quais, durante séculos, os melhores filhos do povo lutaram. Os sucessos alcançados, no decurso da construção duma sociedade nova, nos últimos 33 anos, fundiram-se organicamente à mais valiosa herança das tradições nacionais.



Monumento de Libertação, em Budapeste, erigido sobre o monte Gellért, debruçado sobre o Danúbio

Pelo socialismo e pela paz

O povo húngaro sabe bem que a maior garantia do seu progresso, independência e soberania está na sua relação fraterna com os países socialistas e, sobretudo, na sua amizade sincera com a União Soviética. A 17 de Fevereiro último, evocou-se conjuntamente em Moscovo e em Budapeste, o trigésimo aniversário da assinatura do Tratado de Amizade, Cooperação e Ajuda Mútua.

Em Budapeste, na cerimónia comemorativa sublinhou-se que «as relações dos nossos

respectivos Partidos e Estados caracterizam-se pela firmeza ideológica e pelo internacionalismo socialista. Os nossos melhores aliados pela paz e pelo progresso são a União Soviética e os países socialistas».

A tarefa constante da nossa política externa é ajudar o progresso social e assegurar a paz, as condições favoráveis à edificação do socialismo. Nós somos intransigentes partidários e defensores da causa do socialismo e da paz».

Unidade, liberdade e direitos humanos

As mais destacadas personalidades da história húngara sempre quiseram que a força da nação se fizesse na unidade. Aquilo que nas sociedades classicistas não passou além duma esperança vã, dum desejo, é hoje, na Hungria, uma certeza: a unidade socialista e nacional do povo trabalhador tornou-se uma realidade.

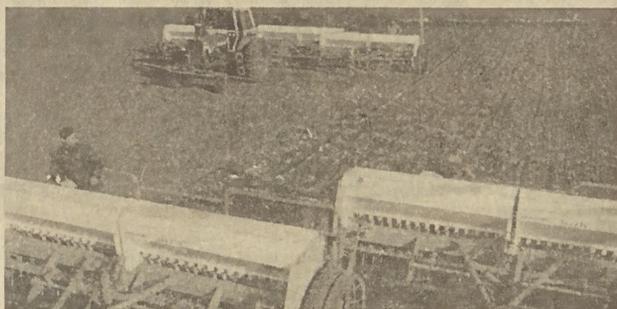
Na vida quotidiana trabalham lado a lado homens de diversas ideologias: as actividades comuns, os mesmos objectivos e experiências sociais aproximam-nos de facto. A colaboração no interesse do país entre os membros do Partido e os apolíticos, os ateus e os crentes, é cada vez mais forte. As diferenças ainda existentes, entre a situação social das diversas camadas dos trabalhadores, diminuem continuamente. O trabalho manual e intelectual também estão a aproximar-se, sobretudo, nos postos de trabalho onde já se introduziram os mais modernos processos de produção. Este processo de aproximação, de feição social, é cada vez mais profundo e contribui também, por sua vez, para o desenvolvimento da unidade nacional.

A juventude húngara de hoje já não sabe o que é desemprego, existência instável, injustiça social e desigualdade de direitos. Porém os seus pais, os seus avós — a geração dos cinquenta anos e os mais idosos — conheceram na carne época triste e terrível. Tudo isto já faz parte do passado. A lei fundamental do Estado, a Constituição declara:

«A República Popular da Hungria respeita os direitos humanos», entre eles o direito ao trabalho, ao descanso, à protecção da vida, à integridade pessoal, à saúde e à cultura; também aos cidadãos idosos, doentes e inválidos é reconhecido o direito à segurança social e económica. O Estado reconhece e garante a liberdade de criação artística e investigação e o direito à liberdade de consciência e de culto.

A Constituição — conforme com o interesse do socialismo e do povo — garante a liberdade de expressão, de imprensa, de reunião e de associação. Além do direito à liberdade e integridade pessoal todos os cidadãos têm também direito à inviolabilidade de domicílio e de sigilo de correspondência. Na Hungria todos os cidadãos têm direito a tomar parte na resolução dos assuntos públicos do país. Os deputados e os representantes das autarquias locais são eleitos pelos eleitores, maiores de 18 anos, por sufrágio universal, igual, secreto e directo.

Na República Popular da Hungria o poder pertence ao povo trabalhador, e é exercido pelo próprio povo trabalhador em seu próprio interesse. A direcção da sociedade, a produção, a organização da produção tornaram-se dever quotidiano e preocupação nacional de milhões de pessoas.



A Constituição que temos exige que a defendamos

TEM dois anos e traduz as conquistas alcançadas pelo Povo português após o 25 de Abril de 1974, encerrando ainda o projecto concreto de sociedade que a esmagadora maioria dos portugueses quer construir com as suas próprias mãos. É a Constituição da República, cujo aniversário se comemorou em todo o País no passado dia 2. É a Constituição que uns desrespeitam e outros pretendem anular.

Atacam a Constituição e pretendem anulá-la todos aqueles que se opõem a que Portugal seja uma República soberana, baseada na dignidade da pessoa humana e na vontade popular e empenhada na sua transformação numa sociedade sem classes. (Artigo 1.º)

O Povo português que, lado a lado com o Movimento dos Capitães, derrubou o fascismo e demonstrou desde a primeira hora querer um país novo numa sociedade sem exploração, a sociedade sem classes, acoitou como sua esta primeira disposição da Constituição de Abril e tem provado, com a sua firmeza, querer torná-la uma realidade.

A Constituição da República, a lei fundamental saída de Abril, reflecte hoje o que foi a luta quotidiana do Povo português após o derrubamento do fascismo. As grandes conquistas desde então alcançadas encontram-se consagradas na Constituição, de forma clara e inequívoca. De forma tão clara e inequívoca como o Povo português as foi erguendo e con-

solidando ao longo dos dias e dos meses da Revolução de Abril.

É por isso que as liberdades fundamentais, como a liberdade de associação, o direito de reunião, a liberdade sindical, o direito à greve e outras, conquistadas e consolidadas pelos trabalhadores e pelo Povo português após o 25 de Abril, se encontram expressas no texto constitucional.

Compreende-se porque é que a direita e os reaccionários lutam para que a Constituição seja revista e, se possível, anulada. É que o seu texto não se limita a apontar genericamente a sociedade sem classes como meta a atingir; estabelece as etapas para atingir essa meta.

Diz-se, por exemplo, no Artigo 80.º: «A organização económico-social da República Portuguesa assenta no desenvolvimento das relações de produção socialistas, mediante a apropriação colectiva dos principais meios de produção e solos, bem como dos recursos naturais, e o exercício do poder democrático das classes trabalhadoras».

A leitura e o estudo atento da Constituição é uma tarefa a incrementar entre as amplas camadas do nosso Povo. De um povo que tem vindo a suportar os pesados sacrifícios impostos por uma política quantas vezes desastrosa, quantas vezes contrária à própria Constituição.

Atropelada, ignorada, desvirtuada e atacada, urge hoje mais do que nunca defender a Constituição. A Constituição que declara serem todas as nacionalizações efectuadas depois do 25 de Abril conquistas irreversíveis das classes trabalhadoras (Artigo 83.º); a Constituição que estabelece ser a Reforma Agrária um dos instrumentos fundamentais para a construção da sociedade socialista (Artigo 96.º); a Constituição que reconhece como direito dos trabalhadores a criação de comissões de trabalhadores para defesa dos seus interesses e intervenção na vida democrática da empresa, visando o reforço da unidade das classes trabalhadoras e a sua mobilização para o processo revolucionário

de construção do poder democrático dos trabalhadores (Artigo 55.º); o texto constitucional que garante o direito à greve (Artigo 59.º), o direito à protecção da saúde (Artigo 64.º), o direito à habitação (Artigo 65.º), a protecção especial aos jovens e, particularmente, aos jovens trabalhadores (Artigo 70.º), a segurança económica das pessoas idosas (Artigo 72.º) e o direito à educação, à cultura e ao ensino (Artigos 73.º e 74.º).

É esta a Constituição que o Povo português tem nas mãos e que tem que defender dos ataques que os inimigos do progresso e da justiça social lhe dirigem.

É esta a Constituição que o Povo português exige que seja respeitada, porque contém em si mesma as condições para que o nosso país saia da crise para onde uma política antipopular e antipovo, contra a Constituição, o atirou.

No momento em que alguns tanto falam de revisão da Constituição, (a qual, sublinhou-se, só poderá ser feita depois de 1980) sonhando com a possibilidade de destruírem o edifício jurídico-constitucional que regula as principais conquistas dos trabalhadores portugueses, convém aqui recordar que o próprio texto da Constituição

estabelece os limites a que deve obedecer essa revisão.

Assim, nos termos do Artigo 290.º são limites à revisão constitucional: a independência nacional e a unidade do Estado; a forma republicana de governo; a separação das Igrejas do Estado; os direitos, as liberdades e garantias dos cidadãos; os direitos dos trabalhadores, das comissões de trabalhadores e das associações sindicais; o princípio da apropriação colectiva dos principais meios de produção e solos, bem como dos recursos naturais, e a eliminação dos monopólios e dos latifúndios; a planificação democrática da economia; o sufrágio universal, directo, secreto e periódico na designação dos titulares efectivos dos órgãos de soberania, das regiões autónomas e do poder local, bem como o sistema de representação proporcional; e a organização política, incluindo partidos políticos, e o direito de oposição democrática; a participação das organizações populares de base no exercício do poder local; a separação e a interdependência dos órgãos de soberania; a fiscalização da constitucionalidade por acção ou por omissão

de normas jurídicas; a independência dos tribunais; a autonomia das autarquias locais; e a autonomia político-administrativa dos arquipélagos dos Açores e da Madeira.

A defesa da Constituição, sendo imperativo do Povo português, de todos os democratas e progressistas, encontra no entanto o seu cumprimento assegurado, nos termos da própria Constituição, particularmente do seu Artigo 273.º, pelas Forças Armadas.

Efectivamente, as Forças Armadas, que garantem a independência nacional, a unidade do Estado e a integridade do território, sendo parte do povo e identificadas com o espírito do Programa do Movimento das Forças Armadas, garantem o regular funcionamento das instituições democráticas e o cumprimento da Constituição.

Incumbem ainda às Forças Armadas, nos termos constitucionais, a missão histórica de garantir as condições que permitam a transição pacífica e pluralista da sociedade portuguesa para a democracia e o socialismo. Percebem-se assim claramente os propósitos daqueles que, sem olhar a meios, tudo fazem para dividir as Forças Armadas e pôr os militares uns contra os outros...



Portugal é uma República soberana, baseada na dignidade da pessoa humana e na vontade popular e empenhada na sua transformação numa sociedade sem classes (art.º 1.º)



1. Todas as nacionalizações efectuadas depois do 25 de Abril de 1974 são conquistas irreversíveis das classes trabalhadoras... (art.º 83.º)



A Reforma Agrária é um dos instrumentos fundamentais para a construção da sociedade socialista... (art.º 96.º) Na definição e execução da Reforma Agrária, nomeadamente nos organismos por ela criados, deve ser assegurada a participação dos trabalhadores, rurais e dos pequenos e médios agricultores, através das suas organizações próprias, bem como das cooperativas e outras formas de exploração colectiva por trabalhadores (art.º 104.º)



1. Os cidadãos têm o direito de se reunir, pacificamente e sem armas, mesmo em lugares abertos ao público, sem necessidade de qualquer autorização. 2. A todos os cidadãos é reconhecido o direito de manifestação (art.º 45.º)